



CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA

EXPOSIÇÃO GERAL

DA SITUAÇÃO
ECONÔMICA DO
— BRASILE —

1952

1953





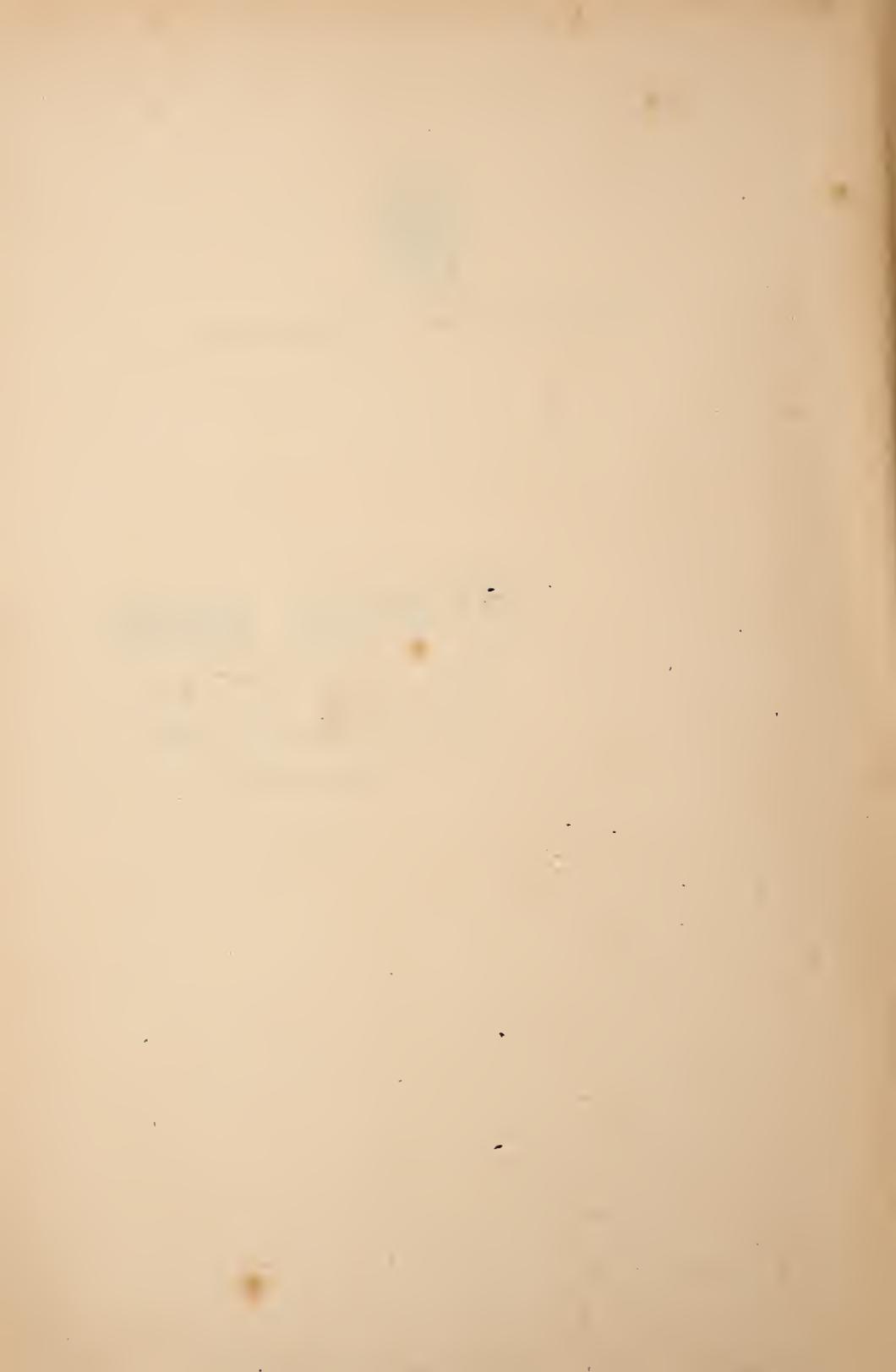
CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA

EXPOSIÇÃO GERAL

DA SITUAÇÃO
ECONÔMICA DO
— BRASIL —

1952

1953



MEMBROS DO CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA

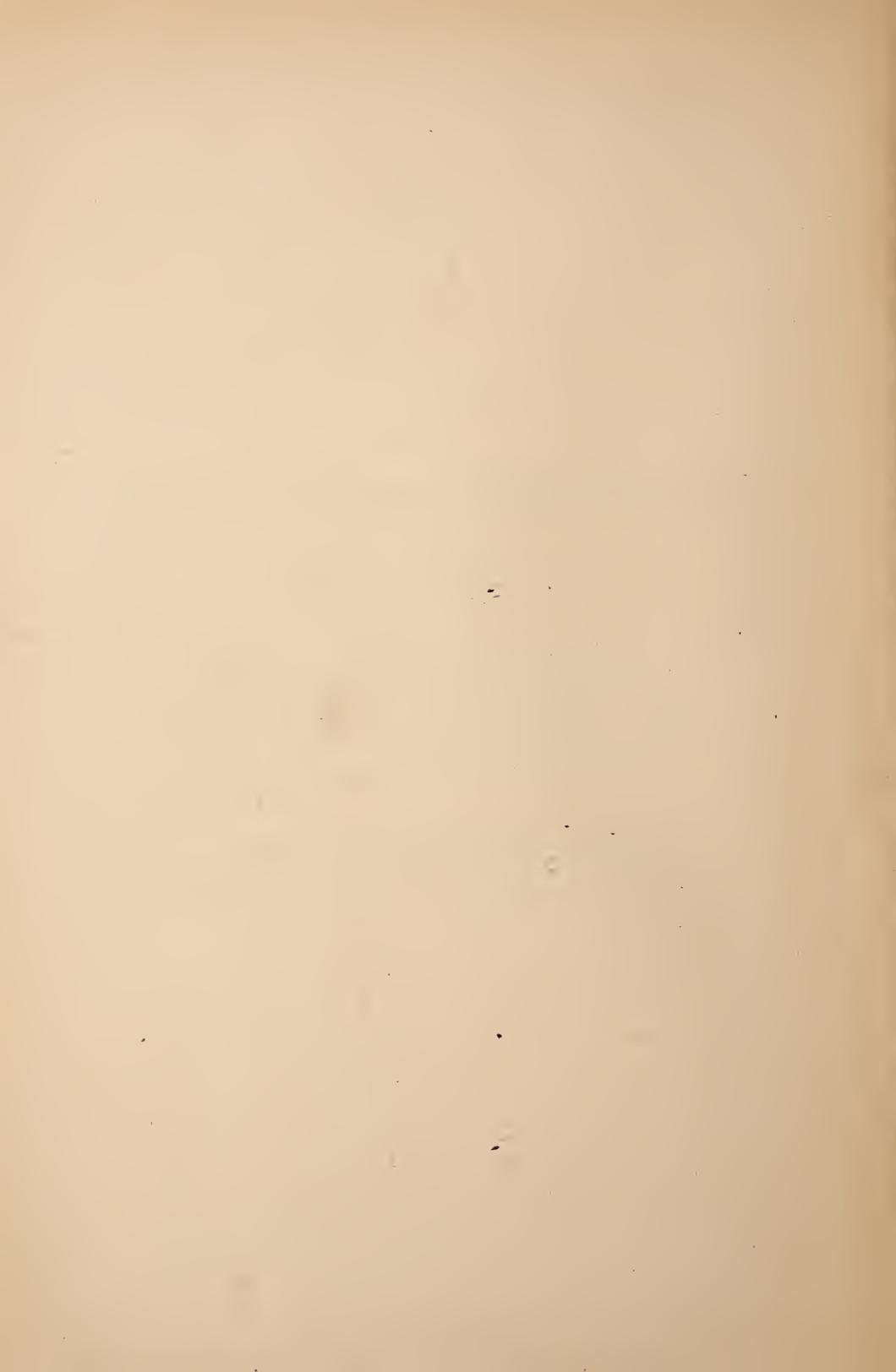
LUIZ DODSWORTH MARTINS

Presidente

ALFREDO NASSER	HUMBERTO BASTOS
ARTHUR DE SOUZA COSTA	JOÃO PINHEIRO FILHO
EDGARD TEIXEIRA LEITE	MARCIAL DIAS PEQUENO
HAMILTON PRADO	OCTAVIO GOUVEIA DE BULHÕES

Sede do Conselho Nacional de Economia :

RUA SENADOR DANTAS, 74 — 14.º e 15.º ANDARES



EXPOSIÇÃO GERAL DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

1952

— ÍNDICE —

Introdução

	Itens	Págs.
Divisão da Matéria		15
Considerações preliminares: — Medidas governamentais para incentivar o progresso do país. — O imperativo de aumento de despesas		15
Apreensões derivadas das incursões governamentais nos setores econômicos. — Hipóteses das situações que podem ocorrer em virtude das repercussões dessas incursões...		16

CAPÍTULO I

POLÍTICA RURAL

PROBLEMAS AGRO-PECUARIOS

Relevância da agricultura na estrutura econômica do país: — crescimento da população; — padrão de vida; — balança de pagamentos	1	17
Lavoura itinerante: — deflorestamento. — O lavrador sedentário: — aspecto anti-econômico da formação de capital-social. — Erosão. — Cultura cafeeira: — termos contemporâneos do antigo problema da exaustão. — A busca de terra nova de maior produtividade. — Contraste com a indústria açucareira e a cultura do arroz. — Produção em bases deficitárias. — Problemas de Contabilidade: — O Custo de produção. — Investimentos nas zonas rurais	2-6	17
A rotina: — imperativo da organização da produção; — transformação da agricultura de mineração em exploração técnica agro-pecuária	7	21
Fontes de energia: — aspecto semi-colonial; — energia muscular; — mecanização. — Produtividade em termos de produção por homem-hora; — eletrificação	8	22
Problemas de financiamento: — o caso dos sobressalentes; — multiplicidade de tipos e marcas; — tratores importados e de fabricação nacional. — Sugestões e objetivos	9-10	23

FATORES LIMITANTES
DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

	Itens	Págs.
a) Semente		
Semente não selecionada: — redução da produção; — prejuízos. — Dificuldades de exportação; — Recursos para as sementeiras. — Medidas sugeridas	11-13	25
b) O desperdício na produção agro-pecuária brasileira		
Proporções do fenômeno: — expressão numérica; — falta de aparelhamento. — O caso dos cereais. — Vantagens da racionalização do sistema	14-16	28
A industrialização do xarque. — Os laticínios. — Os matadouros: — problemas de transporte. — Produtos hortícolas	17-19	30
Baixa produtividade: — o desperdício agrava o problema; — preços e lucros no caso de gêneros perecíveis. — Armazéns refrigerados; — aproveitamento de excedentes. — Impacto sobre o custo de vida	20-21	32
c) Mão de obra agrícola		
Estreita dependência com métodos de produção; — Baixa assiduidade do operário rural. — Migrações do contingente de trabalho	22-23	33
O problema do "Emprego": — Desemprego parcial e consequente êxodo rural; — o colonato-parceria. — Baixo nível técnico do trabalhador rural: — a especialização. — Salário: — na lavoura e na indústria. — Remuneração e produtividade: — problemas independentes	24-25	34
d) Aperfeiçoamento dos Serviços de Agricultura		
Imperativo de uma revolução tecnológica: — transformação do processo extensivo em outro mais racional. — Ministério da Agricultura: órgão propulsor. — Aproveitamento de recursos. — O problema de "pessoa"....	26-28	35

CAPÍTULO II

POLÍTICA DE MATÉRIAS PRIMAS MINERAIS

a) Produção		
Exploração efetiva dos recursos minerais: — pauta de exportação desses recursos; — beneficiamento do minério. — Comportamento da produção mineral	29	37
A importação de matérias primas de origem mineral	30	38
b) Intensificação da Prospecção e Estímulo à Formação de Técnicos		
Produção e Consumo. — O caso das divisãs; — restrições das fontes supridoras. — Medidas aconselhadas para incrementar a produção	31-32	39
Dotações orçamentárias e formação profissional. — Exercício da profissão por técnicos estrangeiros	33	39

	Itens	Págs.
c) Utilização das Matérias Primas Nacionais na Produção Industrial		
○ processo de industrialização: — o consumo de matérias primas; — importação vultosa; — mercado interno e exportações; — o minério de ferro como produto exportável. Volume físico e valor das matérias primas minerais na exportação	34-35	40
d) Política Internacional de Matérias Primas		
Conferência Internacional sediada em Washington: — consumo histórico e desenvolvimento econômico; — quotas de financiamento; — a posição do Brasil	36	41
e) Política de Combustíveis e de Energia Elétrica		
○ combustível de origem vegetal no consumo doméstico. — A importância crescente da eletricidade nos usos domésticos e nas indústrias. — Estudos realizados pelo Executivo. — Sistemas elétricos existentes	37-40	42
Planos regionais e ante-projeto de lei para os serviços de energia elétrica. — O trabalho do C.N.E.: — organização dos serviços e financiamento. — O capital particular	41	43
○ carvão: — procura crescente; — concorrência com o carvão estrangeiro; — efeitos sobre a Balança de Pagamentos	42	44

PETRÓLEO

Exigências de ordem técnica; — problemas de financiamento; — desestímulo a investimentos; — Perfuração e fontes produtoras; — Equipamentos utilizados; — Produção e consumo de óleo bruto; — volume total do petróleo produzido. — Importação em 1951; — acréscimo sobre 1950; — Efeitos sobre a Balança Comercial	43-44	45
--	-------	----

A PETROBRAS

Objetivos da instituição; — empresa estatal e iniciativa privada. — Ponto de vista do C.N.E.	45	48
---	----	----

CAPÍTULO III

POLÍTICA INDUSTRIAL

a) A expansão industrial		
Magnitude da expansão: — os censos; — aumento nominal e aumento real; — índices de preços; — média anual de crescimento	46-47	51
b) Transitórios fatores adversos ao desenvolvimento industrial		
Deficit de energia: — o racionamento; — concentração industrial nas zonas populosas	48	53

	Itens	Págs.
Balança de Pagamentos: — o dilema de escassez de divisas	49	54
Investimentos e sistema de crédito; — a taxa de juros, a rentabilidade	49	55
Deficiência tecnológica	51	55
Diretrizes: — Renda nacional e estruturação da indústria. — Desenvolvimento industrial: — a ação do Estado e a iniciativa privada; — ritmo de expansão; — estímulo ao desenvolvimento dos setores novos	52-53	55
c) Manutenção do ritmo do progresso industrial		
Preservação do patrimônio existente: — a interdependência dos setores	54	57
Fatores de desenvolvimento: — energia elétrica; — trans- porte; — Balança de Pagamentos; — Capitais e Créditos para Inversões nas Indústrias. — Conhecimentos tecno- lógicos	55-62	57
d) Diretrizes para o desenvolvimento industrial		
Distribuição de recursos e seleção dos empreendimentos: — critérios de seleção	63	63
Preferência: — de ordem interna, de ordem externa. — O investimento ideal	64-65	64
Balança comercial — determinante de grau de prioridade	66	66
e) Localização das Indústrias		
Elementos determinantes: — mercados de consumo e de produção	67-68	67
Importância da ação do Estado: — modificação dos fatores adversos. — Outros elementos determinantes. — A har- monia dos fatores como causas de localização das in- dústrias	69-70	68

CAPÍTULO IV

POLÍTICA COMERCIAL

Interdependência dos mercados interno e externo. — Re- percussão da Política de Comércio Exterior nos demais setores. — Diretrizes	71-72	71
--	-------	----

PROBLEMAS DE EXPORTAÇÃO

Enunciação dos problemas	73	72
a) Desproporção entre o crescimento do volume e o do valor médio		
Explicação cabível: — inflação nos mercados exteriores; — a reconstrução no após-guerra; — limitação da oferta; — as dificuldades do setor agrícola	74-75	73
Medidas aconselháveis: — quotas de produção; — substi- tuição dos Institutos por associações de Produtores assistidas pelo Estado. — Taxas. — Fiscalização da expor- tação de produtos agro-pecuários: — certificado de fis- calização de exportação	76-79	74

	Ítems	Págs.
b) Desequilíbrio entre os preços externos e internos		
As curvas das quantidades e dos valores médios da nossa exportação: — súbita mudança entre 1951 e 1952; — a posição do café. — Queda de preços no mercado externo; — elevação de custos no mercado interno	80	76
Contraste com os Estados Unidos: — política anti-inflacionária estadunidense; — expansão desordenada no Brasil	81	76
c) Diversificação de produtos na exportação		
Produtos dominantes: — café, algodão, cacau. — Inelasticidade da produção do café e do cacau e redução de escoamento do algodão. — A exportação de minerais: — o ferro	82-88	77
d) Rumos da política européia de importação		
Áreas monetárias e trocas bilaterais: — limitações do intercâmbio com países europeus. — O café	89	81
Conjuntura da economia européia: — fase final do pós-guerra; — blocos econômicos. — Perigos da autarcia econômica. — Produtos primários: — procura, — situação dos produtos tropicais. Concorrência dos produtos da África e da Ásia	90	82
e) Observações sobre o caso particular do café		
Crescimento da procura. — Concorrência de outras regiões produtoras: — os sucedâneos. — Remédio: — preço equilibrado; — o caso da produtividade. — As duas funções; oferta e procura	91-93	83
f) O problema dos gravosos		
Legitimidade da intervenção do Estado: — efeitos na balança de comércio e nas regiões menos desenvolvidas	94	85
Dois tipos de gravosos, os de baixa produtividade técnica e os decorrentes de motivos puramente comerciais	95	86
Operações vinculadas e política de câmbio. — Alterações na conjuntura. — Relações de trocas	96-97	87
g) Política de Cooperação Continental		
Desenvolvimento da América Latina: — imperativos da Co-operação econômica; — produtos primários, — fonte de divisas	99-101	89
O Caso particular da Argentina: — o pinho, o trigo. — Auto-suficiência em trigo e intercâmbio	102-103	91
PROBLEMAS DE IMPORTAÇÃO		
O problema a curto e longo prazo. — Tendência 'a uma modificação na estrutura da produção. — Preponderância atual dos bens de produção	104-106	93
Gêneros alimentícios: — o trigo	106-109	94
A evasão de divisas: — Combustíveis; — A frota de petroleiros: — condições favoráveis no item "serviços". — Aquisições dentro e fora da área do dólar. — Carvão e ferro: — o frete de retorno	110-114	96

	Itens	Págs.
Matérias primas para a produção agrícola e industrial. — Contribuição da siderurgia nacional para aliviar a Balança Comercial. — Papel e celulose	115-117	99
Os fretes marítimos	118	100

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aspecto dinâmico da Política Comercial: — planos de curta duração. Instituto de Conjuntura	119	101
--	-----	-----

CAPÍTULO V

POLÍTICA TRIBUTÁRIA

OS IMPOSTOS

Receita Pública: — discriminação dos impostos: — aumento de arrecadação de 1950 a 1951; — Fatores do aumento: — inflação; aumento de importação; — aumento de imposição; — outros fatores	120-121	03
Categorias fiscais representativas: — o imposto de renda, o de consumo e o de vendas e consignações. — Predominância dessas figuras tributárias. — Os impostos indiretos	122-123	106
Imposto de Renda: — Deformação estrutural; — proporcionalidade e escala progressiva. — Lei 1.474	124	109
Imposto de Consumo: — Defeitos estruturais; — produtividade, — caráter regressivo — índice de concentração da riqueza	125-126	109
Imposto de Vendas e Consignações: — Alta produtividade; — incidência sobre o agregado de consumo nacional. Supremacia desse tributo. Caráter regressivo; — efeitos sobre o nível de preços	127	112
Imposto de Importação: — Tarifa específica. — Inferioridade tarifária do Brasil. Acôrdo de Genebra: — aumento de 40%; — Tarifa específica e ad-valorem	128	112

CONVÊNIOS ENTRE A UNIÃO, OS ESTADOS E OS MUNICÍPIOS

Objetivo da Política Tributária: — Formação de capitais; — a poupança forçada; — o imposto, arma de duplo efeito. — Os investimentos públicos.		
Impostos diretos: — impacto do imposto de renda sobre as economias privadas; — justiça distributiva e formação de capitais. A renda capitalizável. A taxaçoão do lucro especulativo.		

	Ítems	Págs.
Impostos indiretos e nível de preços; — inflação.		
Consumo, investimentos e política fiscal: — Investimento produtivo. — Nível de emprêgo. — Efeitos desfavoráveis do impôsto de vendas e consignações; — os impostos de consumo e de renda como elementos de equilíbrio	129-132	114
Investimentos públicos: — o impôsto como meio de financiamento; — a pressão inflacionária e o desenvolvimento econômico. — Aplicação de recursos governamentais; — a produtividade dos investimentos	133-134	112

CAPÍTULO VI

INVESTIMENTOS E POLÍTICA MONETÁRIA

a) A hierarquia dos Investimentos

Intensa procura dos fatores de produção: — inflexibilidade do suprimento; — fragilidade da expansão econômica; — escalonamento dos investimentos	135-136	121
--	---------	-----

b) A hierarquia dos investimentos e o programa de socialização das emprêsas

Empreendimentos de caráter urgente: — critério; — conjugação dos aspectos técnico e financeiro. — Investimento de caráter estatal: — impacto do financiamento no gravamê tributário. — Tendência à socialização; — a sistematização da política de crédito público e de impostos	137	122
--	-----	-----

Fontes dos recursos para investimentos: — economias individuais e lucros não distribuídos. "Economia compulsória" e liberação de fatores. — Impôsto gravando o consumo. — Concorrências entre o setor público e o privado: — Inflação	138-139	122
---	---------	-----

Impropriedade do sistema tributário: — reestruturação — Restrição de crédito bancário. — Encaminhamento de recursos para as emprêsas do Estado: — incompatibilidades com o funcionamento da iniciativa privada. Objetivo: — o bem estar social	140-142	123
--	---------	-----

c) A socialização de emprêsas e a socialização de empreendimentos

Sistema tributário, política de crédito e fatores institucionais em desacôrdo com o programa de socialização. — Exemplos estrangeiros. — Emprêsas em funcionamento e empreendimentos novos: — títulos da dívida pública e ações das Emprêsas; — dividendos e juros, possível economia na distribuição da renda. — Levantamento de capital	143-146	124
---	---------	-----

	Itens	Págs.
As vantagens do Direito Constitucional Brasileiro: — Entrosamento da atividade econômica nos setores público e privado. Conceito de serviço público: — concessão e intervenção econômica	147	125
d) Os capitais particulares e os empreendimentos de utilidade pública.		
Nivelamento da remuneração do capital. — Ausência do capital particular nos serviços públicos: — legislação inadequada; — insuficiências das tarifas; — desvalorização da moeda; — risco de desapropriação à base de custo histórico	148	127
As duas alternativas: — iniciativa privada ou socialização. Incoerência de princípios liberais na receita e socialistas na despesa	149	129
e) Volume dos Investimentos		
Orçamento da União: — a falta de universalidade e de sistemática; — imperativo de padronização dos balanços. Estimativas: fase experimental — estudo comparativo: — investimentos públicos e particulares. — Magnitude dos investimentos no setor imobiliário. — Consequente distorção de investimentos e suas principais causas.....	150-154	129

SITUAÇÃO MONETARIA

f) A evolução dos meios de pagamentos		
Ritmo de crescimento; — redução no 1.º semestre de 1952. — Contribuição do crédito bancário ao financiamento da produção; — o problema nos Estados Unidos; — efeito cumulativo do acréscimo de meios de pagamento. Tendência à expansão, — 2.º semestre de 1952. — Aspectos da política restritiva, — produção a custos constantes, — seleção de crédito, — fatores psicológicos, — O caráter de serviço pública da função do banqueiro; — o problema de entesouramento; — a taxa de juros; — A política de redesconto: — racionamento e seleção de créditos. — Juros e agiotagem. — Estudos das causas que influenciam a expansão de crédito. — Flexibilidade da expansão do crédito e pressão inflacionária.		
Nível de preços: — equilíbrio orçamentário; controle de crédito; — redução de importações e formação de estoques para exportação. Política de manutenção do poder aquisitivo do cruzeiro	155-157	132

O MERCADO DE CÂMBIO E O CONJUNTO DE MEDIDAS GOVERNAMENTAIS

Mercado livre de Câmbio: — a paridade do cruzeiro. — Mercado paralelo e taxa oficial: — corretivo a tendências verificadas. — Vantagens sobre o mercado negro. — Estabilidade externa e depreciação interna do cruzeiro. — Câmbio paralelo: — vantagens e desvantagens. — Entrosamento com a política de investimentos	158	138
--	-----	-----

A N E X O S

ANEXO I

	Págs.
Levantamento do saldo da Produção "Agro-Pecuária" "per-capita" — 1940-51	141

ANEXO II

Consumo de derivados do Petróleo	146
--	-----

ANEXO III

Indústrias produtoras de matérias primas e de bens de consumo, que poderiam ser desde logo desenvolvidas, com mercado in- terno indicado pelo volume de importação em 1951, mercado êsse cuja tendência é de expandir-se	148
---	-----

ANEXO IV

Indústrias de máquinas, aparelhos e artefatos, com mercado interno indicado pelo volume de importação em 1951, que poderiam ser desenvolvidas em prazo relativamente curto	151
--	-----

ANEXO V

Indústria de beneficiamento ou elaboração mais avançada de maté- rias primas nacionais com possibilidades no mercado externo e dados sôbre a exportação daquelas em 1951	155
--	-----

ANEXO VI

Comércio Exterior do Brasil — 1941/1952	
quadro 1 — Exportação	156
quadro 2 — Exportação de café em grão	157
quadro 3 — Exportação de algodão em rama	158
quadro 4 — Exportação de cacau em amêndoas	159
quadro 5 — Exportação de pinho	160
quadro 6 — Exportação de peles e couros	161
quadro 7 — Exportação de fumo	162
quadro 8 — Exportação de agave ou sisal	163
quadro 9 — Exportação de cêra de carnaúba	164
quadro 10 — Exportação de arroz	165
quadro 11 — Exportação de milho	166
quadro 12 — Exportação de minérios de ferro	167
quadro 13 — quadro comparativo da Exportação dos Principais Produtos	168
quadro 14 — Exportação dos Principais Produtos no 1.º semestre — 1951 e 1952	169
quadro 15 — Exportação dos Principais Produtos em julho — 1951 e 1952	170
quadro 16 — Exportação por Principais Produtos — valor — 1945 a 1952	171
quadro 17 — Exportação por Principais Produtos — quantidade — 1945 a 1952	175

ANEXO VII	
Preços médios trimestrais de alguns produtos nos mercados externos e internos — 1941/1950	Págs. 179
ANEXO VIII	
Exportação de Minérios Metálicos — 1941/1951	183
ANEXO IX	
Investimentos Inglêses nas Colônias	187
ANEXO X	
Tendência do Comércio de Exportação em algumas regiões do país — 1946/1952	189
ANEXO XI	
Exportação por principais países — 1947/1951	190
ANEXO XII	
Importações Brasileiras segundo os grandes grupos de mercadorias — 1938/1951	191
ANEXO XIII	
Imposto de Renda — 1950/1951	195
ANEXO XIV	
Concentração da Receita Tributária	199
ANEXO XV	
Consumo e Investimentos nos anos especificados — 1938/1951	201
ANEXO XVI	
Principais fatores que afetam o encaixe total no Sistema Bancário..	205
G R A F I C O :	
Índices da Produção da Indústria Brasileira	147

EXPOSIÇÃO GERAL DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

1952

INTRODUÇÃO

Os capítulos desta Exposição indicam os diferentes setores onde são destacáveis as diretrizes econômicas de maior urgência. Estão dispostos na seguinte ordem:

- Capítulo I — Política Rural.
- Capítulo II — Política de Matérias-Primas Minerais.
- Capítulo III — Política Industrial.
- Capítulo IV — Política Comercial.
- Capítulo V — Política Tributária.
- Capítulo VI — Investimentos e Política Monetária.

Foram ressaltadas indispensáveis medidas governamentais, destinadas a preservar o progresso já alcançado e a dar expansão a fatores essenciais à evolução econômica. Assim, além da remodelação dos transportes, que todos reconhecem de absoluta preferência, é de fundamental importância sejam desenvolvidas as seguintes atividades governamentais: aceleração da construção de silos, armazens e frigoríficos; selecionamento de sementes, mecanização da lavoura; difusão do ensino técnico na zona rural; formação e ampliação dos quadros de técnicos de diversos tipos e graus; intensificação da produção mineral; acórdos e constituição de fundos que incentivem o afluxo de capitais estrangeiros; estímulo à descentralização industrial, de modo a evitar-se a excessiva concentração demográfica e a acumulação da procura de fatores de produção; diversificação e regularização do comércio exterior.

Tôda essa série de providências, por fôrça de sua intensidade e sistematização, exige apreciável aumento de despesas. Por isso mesmo, vê êste Conselho com apreensão as incursões governamentais em setores econômicos que, mediante legislação adequada, poderiam atrair capitais particulares, nacionais e estrangeiros.

A preocupação do Conselho nesta emergência decorre do risco em que incorrerá o país em qualquer das hipóteses seguintes:

1.º — O Govêrno se empenha decisivamente na exploração direta e exclusiva de indústrias básicas e, por falta de recursos, deixa de atender a serviços concernentes a outras atividades;

2.º — O Govêrno atende cabalmente às exigências fundamentais de todos os setores econômicos e, nesse caso, impõe-se completa remodelação da estrutura tributária, o que envolve sérios problemas constitucionais e políticos;

3.º — O Govêrno, sem alterar a estrutura econômica do país, procura atender a todos os setores, mas, por falta de recursos adequados, vê-se na contingência de não oferecer a nenhum dêles uma solução econômica. Infelizmente, essa é a tendência que se vem registrando.

CAPÍTULO I

POLÍTICA RURAL

a) — Problemas agro-pecuários

1. A agricultura e atividades correlatas representam papel de fundamental relevância, na estrutura econômica do país.

A expansão industrial e o desenvolvimento da produção mineral estão de tal modo condicionados à agricultura, que somente se realizarão em satisfatórias condições econômicas se crescer paralelamente a produção agro-pecuária em quantidade e variedade, e se a produtividade acusar progressos intensos e sistemáticos.

Esso se torna cada vez mais importante, com o aumento de sua população, cujo índice de natalidade é o mais alto do mundo. Além disso, à medida que o povo melhora de padrão de vida, exigirá maior disponibilidade de bens alimentícios. Trata-se, ainda, da fonte mais importante de divisas, e, conseqüentemente, de recursos do estrangeiro, em mercadorias e serviços. (*)

Entretanto, atividade tão essencial à própria sobrevivência da nação está em situação precária, mercê de fatores adversos cuja atuação precisa ser examinada com cuidado.

2. As dificuldades em que se debate a agricultura nacional têm suas raízes profundas no modo por que se processou a ocupação econômica do território, com a derrubada das florestas que o revestiam e sua queima pelo fogo. Isto era, a seu tempo, indispensável, pois a "fire agriculture", tem sido a norma de desbravamento, em tôdas as regiões novas, altamente florestadas, onde a vegetação de alto porte constitui obstáculo ao uso do solo.

(*) — Vêr Anexo I

Esse processamento produziu, desde os primeiros séculos, tremenda destruição, de que temos testemunho no protesto de Duarte Coelho, que, lavrador de tradição, sentiu e previu, ainda no século XVI, a consequência da pirataria da madeira, na zona de colonização agrária, de que foi êle o grande pioneiro.

Mas, às colheitas abundantes dos primeiros anos, após a derrubada, seguiram-se de perto safras cada vez menores, pela rápida exaustão de fertilidade natural do solo, que as chuvas lixiviavam. A ignorância dos lavradores e o exemplo do indígena determinavam o abandono da terra logo que apresentava sinais de esgotamento, e novas derrubadas se faziam, atrás do humus das glebas novas. A lavoura se tornou itinerante, sempre à busca de maior uberdade. E foi assim que se estendeu a nossa agricultura, num processo que ainda não está findo, e de que somos espectadores no Paraná, em Mato Grosso e Goiás, onde estão sendo aniquiladas as últimas grandes reservas florestais do centro-sul do país.

3. A dilatação das áreas agrícolas, em consequência da busca de terras virgens, tornou indispensável a criação de todo um aparelhamento econômico: estradas de rodagem, estradas de ferro e o aparecimento de núcleos demográficos, com os serviços de natureza sócio-econômica para atender às necessidades das populações.

O lavrador, quando se tornou sedentário, iludido pela feracidade da mata tropical, construiu, não raro, um imponente aparelhamento de exploração, como se não devesse ter mais fim a riqueza natural do solo. É o que ocorreu na Bacia do Paraíba, em larga região de Minas, São Paulo, etc., com a abertura para fundação das fazendas cafeeiras, com edificações de tóda ordem, algumas das quais se situam entre as maiores das zonas rurais do cinturão tropical do globo. Foi a "grande ilusão" dos cafestistas, que tão desastrosas consequências teve para a agricultura nacional.

Esgotada a fertilidade, em brêve se apresentaram em sua brutal realidade as consequências da agricultura de mineração, da qual o aspecto mais marcante, é a erosão, que atinge milhões de hectares das regiões centro leste, justamente das que

deviam abastecer as mais densas populações do país, onde se processa a industrialização.

4. Coube principalmente ao café ser o instrumento da primeira ocupação agrícola do nosso território, na região referida. A sua lavoura, feita paralelamente às do milho e leguminosas, permitia a produção local de massa enorme de alimentos; daí a densidade demográfica da região pela elevada mão de obra que o café exigia, pois que, numa época de transportes precários, tinha de cada agricultor organizar o seu próprio suprimento alimentar.

A extensão da cultura cafeeira, pela má utilização do solo, acarretou o abandono das terras, **que não mais alimentavam o homem.**

Os cafezais, deficitários, sem trato, foram sendo extintos, e as terras invadidas pelas gramíneas, da qual a mais adaptada aos solos ácidos e de baixa fertilidade foi o "minutis minutiflora" (capim gordura), de relevante papel no retardamento do processo erosivo. O homem, expulso pela erosão de uma terra onde economicamente não podia viver, abandonou-a ao bovino, cujas exigências mínimas podiam ser atendidas pelas pastagens que se iam formando nos velhos cafezais. **O boi substituiu o homem.** Não exprime a realidade o refrão, que adquiriu fôros de verdade, o boi expulsou o homem. O homem, como agricultor, já estava condenado, pelas condições de exaustão do solo, a abandoná-lo, quando o boi começou a sua invasão. Foi sem dúvida um retrocesso a substituição da agricultura cafeeira pela pecuária extensiva, mas foi condição inelutável, pois a pressão econômica vence as condições de ordem técnica que não se adaptam à realidade.

O processo, como se disse, continua em certas regiões do país. Vale mencionar o depoimento colhido na mensagem de um Governador do Paraná, em 1948. "Há um ponto sombrio na risonha perspectiva da produção do café no norte do Paraná. É que os cafezais do Paraná continuam a ser plantados pelo mesmo processo como foram os de São Paulo e de todo o Brasil, ou seja pela destruição da floresta virgem para explorar o filão do humus, sem nenhum cuidado pela sua conservação. As ma-

deiras de lei são aproveitadas em mínima parte e o resto queimado, em quantidades enormes. Essas florestas não são, de modo nenhum, substituídas. E, além de sua perda, há o prejuízo ainda maior, do enfraquecimento acelerado das terras pela erosão, êsse mesmo fenômeno que reduziu a zero os cafezais do nordeste, os chapadões do centro e que vai rudemente devastando todo o nosso hinterland.

Se êsse processo continua principalmente nas ferazes zonas do norte do Paraná e do vale do Rio Doce, pouca coisa nos restará em matéria de florestas, dentro de um quarto de século”.

Cabe apenas acrescentar que a destruição das regiões florestadas está se realizando, em grande escala, não apenas para uma lavoura permanente, como café, mas também para o plantio de pastagens e do milho. (*)

5. Em conseqüência dêsse método — a busca de terras novas — tem se verificado o deslocamento dos centros da produção, principalmente de gêneros de alimentação, para o Paraná e Goiás. A sua alta produtividade supre os inconvenientes do distanciamento dos mercados e todos os precalços do transporte, e o contraste com as esgotadas, é um dos fatores da redução das culturas, nestas últimas. Não raro os seus proprietários se têm restringido ao plantio para consumo próprio. A situação é quase a mesma em todo o país, na região de exploração agrícola, que tem, como método generalizado, o da agricultura itinerante.

A terra passou, em regra, a ser explorada por tempo limitado, e quando cansada é largada ao abandono, até que novo revestimento vegetal, espontâneo, promova a restauração parcial do solo, e a cinza das coivaras permita o aproveitamento em certos tipos de lavoura. Esse modo de exploração extensiva exige amplas áreas para ser praticada, o que, junto à utilização de elevada mão de obra pelo generalizado emprêgo da energia humana, faz da grande propriedade uma condição indispensável na produção rotineira

Com exceção da produção açucareira que, como indústria de transformação, exige aparelhamento de elevado custo e de-

(*) — Em Cambará, Município de Jacarêzinho, a redução das safras de café atingiu a 50%, onde o desbravamento começou há 20 anos.

terminou a fixação, sem grandes possibilidades de nomadismo (mas que é itinerante dentro de uma mesma propriedade), e a de certas áreas de cultura do arroz, por motivos da mesma ordem em relação à irrigação — quase toda nossa produção agrícola de subsistência se realiza nos moldes referidos.

Salvo as explorações em terras novas ou realizadas com técnica adequada, os agricultores brasileiros produzem em bases deficitárias, seja como empresa, seja no conjunto da economia nacional, pela destruição que determinou, em poucos séculos de exploração, a delapidação do maior patrimônio agrícola, que é o solo.

6. Se o nosso lavrador não adquiriu ainda exata consciência dessa situação, é que 99% das propriedades rurais do país, segundo apuração oficial, não possuem contabilidade. Os maus resultados da exploração não podem ser exatamente avaliados pela multiplicidade de fontes de produção (diversas culturas, produtos animais), retardamento da liquidação das safras, e toda uma série de fatores que tornam altamente complexa qualquer apuração, tais como o aproveitamento, dentro da propriedade, das colheitas, quer para alimentação dos seus ocupantes, quer dos animais domésticos, com diversos objetivos. Mas, de modo geral, o agricultor percebe essa situação e dessa convicção resulta a insuficiente inversão de capitais na agricultura, e o crescente abandono das zonas rurais.

Sendo a agricultura e a pecuária atividades econômicas, têm de ser orientadas pelo **custo de produção**.

7. É a rotina, sob seus diversos aspectos, que constitui o grande fator limitante da nossa atividade agro-pecuária. Isso leva-nos a concluir que só na **organização** da produção encontraremos saída para essa situação, sem dúvida angustiada.

Impõe-se um trabalho tenaz e demorado visando a uma revolução técnica na exploração agro-pecuária que consiste em passar da agricultura de mineração para uma fase agronômica. Essa tarefa exigirá tremendo esforço, pois não se obtêm modificações estruturais, sobretudo num setor onde domina alto espírito conservador, sem contínuo e demorado trabalho. Medidas parciais, soluções unilaterais visando

prontos resultados, não podem constituir solução eficaz para a transformação de que o país urgentemente necessita. Trata-se de modificar hábitos, usos e costumes, fortemente arraigados, pois a segurança do progresso técnico se encontra na criação de nova mentalidade.

8. A feição nitidamente semi-colonial de nossa agricultura, ressalta, em sua plena evidência, quando examinada sob o aspecto das disponibilidades energéticas.

Grande parte da que é empregada tem, como fonte, o esforço muscular, humano e animal. (*)

O exame dêste setor explica muita coisa do seu atrazo e rotina, e põe em seus exatos termos a importância da mecanização, que não deve apenas ser entendida como a utilização de motores de explosão, mas o emprêgo de outras fontes de energia que não a do esforço muscular humano. A generalização do emprêgo de tração a sangue deve ser sèriamente encarada como um dos instrumentos mais importantes para a revolução técnica que precisamos realizar. O que conta na agricul-

(*) — Para melhor exame da matéria, vale mencionar que a energia humana é calculada em 1/10 de cavalo, e que o trabalho de um homem adulto de 8 horas de trabalho por dia, durante 300 dias, produzirá 190 kilowatts-hora por ano. Foi tomada como base de cálculo, a produção anual de 650.000 calorías e um consumo médio de 2.400 calorías por dia, ao rendimento de 16 a 17%.

Numa aproximação grosseira, para um determinado esforço, um cavalo substituirá 10 homens, 1 boi — 8 homens. Estes elementos devem ser notados para uma avaliação do que importaria o emprêgo de tração a-sangue, no trabalho da terra no Brasil.

Para se ter uma idéia das disponibilidades da energia humana empregada na agricultura nacional, basta lembrar que a população permanentemente ocupada nos estabelecimentos agro-pecuários em 1940 (último censo sôbre que temos resultados discriminados) tinha a seguinte composição:

Homens	até 14 anos	1.542.773
	15 e mais	5.176.063
Mulheres	até 14 anos	1.065.641
	15 e mais	2.375.068
		<hr/>
		10.159.545

Fonte: "Sinopse do Censo Agrícola" e o "Anuário Estatístico do Brasil" de 1948. Esta composição de pessoal importa em reduzir o rendimento médio de trabalho. Com efeito, tomando-se como unidade o rendimento médio do homem de 15 anos e mais, 2/3 dêsse rendimento correspondem ao da mulher da mesma idade, e 1/3 ao das crianças com idade até 14 anos. O rendimento de 100 pessoas ocupadas na agricultura e pecuária do Brasil fica, assim, equivalente ao de 75 homens de 15 anos e mais.

Assim a população de 10.159.545 representava na verdade em 1940, apenas 7.619.659 trabalhadores.

Computada a produção de 180 kilowatts-hora por trabalhador por ano, temos 1.371.538.620 kilowatts-hora por ano.

Entretanto, na realidade essa disponibilidade é bem menor, ocasionada por toda uma série de fatores, entre os quais a baixa assiduidade, a moléstia, o nomadismo, os dias feriados e de chuva, etc.

tura moderna não é a produção por hectare (que pode ser muito grande, mas obtida por dispêndio enorme de energia) mas a produção por homem-hora. Tudo que aumenta o rendimento por homem-hora reduz o custo da produção.

Para a passagem de uma agricultura de mineração para uma técnico-científica, a larga utilização de energia mecânica é fator decisivo. Daí a importância da eletrificação, embora se tenha de pensar, cada vez mais, dada a dispersão das propriedades, nos motores de explosão para as tarefas de bombeamento d'água, da manutenção das máquinas de beneficiamento de cereais e preparo de alimentos humano e animal, e toda uma série de aplicações que exigem mão de obra de utilização temporária e, por isso mesmo, muito dispendiosa e de difícil obtenção.

A eletrificação vai permitir estender às populações rurais meios de conforto e de civilização, dentre os quais a utilização da radiofonia avulta como instrumento civilizador, integrando-as no convívio social intenso. (*)

9. O problema de financiamento da mecanização, até certo ponto resolvido pelo Ministério da Agricultura, é outro sério óbice. Muito se tem falado, mesmo com certo exagero, sobre a necessidade de tratores. Não vamos repisar o assunto. Desejamos, porém, lembrar que, mais importante do que a falta de recursos dos fazendeiros e dos sitiantes — falta que pode ser vencida em grande parte pelo sistema de aluguéis e não venda de equipamentos — é o receio da aquisição de maquinária, pela possível escasez ou falta de sobressalentes.

Na verdade, a obsolescência é rápida na maquinária de produção americana; que está constantemente renovando seus tipos.

Basta lembrar que os tratores existentes no país estão distribuídos segundo a sua procedência por cerca de 35 fabricantes e que o maior número de um único fabricante é 6.659. Todos os demais não atingem a 2.000 cada um, havendo alguns de poucas dezenas.

(*) — No projeto de organização dos serviços de eletricidade no país, o Conselho Nacional de Economia deu o necessário relevo à eletrificação rural.

Não é preciso insistir sôbre êsse sério inconveniente da multiplicidade de tipos e marcas.

Cumprê ainda mencionar que as quotas de exportação, que em 1948 eram de 13% para a indústria de tratores americanos, podem ser restabelecidas a qualquer momento. A verdade é que não deve nem nem pode contar a agricultura nacional com a sua transformação tecnológica, enquanto o suprimento da energia mecânica ficar na dependência do estrangeiro seja de tratores ou implementos.

Precisamos criar a indústria nacional de tratores, de tipos adequados às nossas condições, cuja capacidade atenda às crescentes necessidades, assegurado o suprimento de peças sobressalentes. A fabricação de tratores exige a contribuição de uma série de indústrias, e a oficina de montagem é uma **assembly plant**.

Tudo demonstra quanto é imperioso que se estimule no país a fabricação de tratores, pela conjugação de esforços de diversos tipos de indústrias, localizadas em São Paulo, Distrito Federal, Estado do Rio, Rio Grande do Sul. O poder público indicaria os tipos de máquina a fabricar, e garantiria o escoamento da produção, assegurando aos fabricantes a aquisição de certa quota anualmente. Prêmios ou subvenções que fossem dados dentro das especificações julgadas as mais adequadas, teria sua compensação imediata, com o suprimento de maiores somas de energia mecânica ao país.

Nêsse sentido, são sobremodo interessantes as conclusões da comissão nomeada pelo Ministro da Agricultura para opinar sôbre a escolha de tipos de tratores mais indicados para terras brasileiras. Entre as recomendações — sôbre o tipo, potência e tração, velocidade e dimensões, está mencionada a de ser prejudicial à lavoura iniciar-se a fabricação de um trator, de qualquer tipo, sem concomitantemente fabricar os implementos essenciais, visto que o trator representa unicamente a fonte de energia que deve ser aplicada a um implemento ou máquina agrícola para produzir trabalho útil. A experiência vem demonstrando que as guerras, ou os estados de pré-guerra, tornam impraticáveis obter-se do estrangeiro arados e grades de

discos, que são os implementos básicos, essenciais aos trabalhos agrícolas.

10. Teremos assim que deve ser feito um esforço grande e tenaz, visando a:

- a) aumentar a disponibilidade de energia para as zonas rurais;
- b) facilitar o acesso do trabalho agrícola, por meio de máquinas de tração mecânica ou animal;
- c) promover no país a produção de tratores tipo agrícola e o fabrico de material agrário;
- d) desenvolver a formação de técnicos e profissionais, de diversos tipos, para as atividades moto-mecanizadas;
- e) dar tôdas as oportunidades para a introdução no país de máquinas e implementos agrícolas, facilitando o seu acesso aos lavradores.

FATORES LIMITANTES DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

a) — Semente

11. Entre os fatores que mais atuam, negativamente, na produção agrícola brasileira está a semente não selecionada.

A redução da produção tem sido, dentro de estimativas conservadoras, calculada entre 20% e 25%. Para exato conhecimento da matéria, vale recordar algumas cifras.

Em 1951 a nossa produção de cereais e de feijão foi a seguinte:

	Mil cruzeiros
Arroz	5.140.727
Centeio	34.502
Cevada	23.607
Feijão	2.787.559
Milho	6.157.673
Trigo	1.037.755
	<hr/>
	15.181.823

Todo o esforço dispendido no preparo do solo, nos tratos culturais com fertilizantes e em outras técnicas de nada valerá, se a semente lançada à terra é inferior, se não germina ou germina mal, ou não é da variedade preferível.

Assim — só na produção comercializada de cereais e de feijão — a perda anual é equivalente a Cr\$ 3.036.364,60, na base de 20%.

Mas é bem maior, pois a produção real de milho, arroz e feijão excede de muito a indicada pelas estatísticas, e a verificada nas pequenas propriedades e na dos colonos vai muito além de 20%.

O nosso lavrador vende, em geral, o melhor produto e reserva para o plantio a **pior semente**, guardando-a mal, em paióis, tulhas e armazens abertos, sem expurgo e proteção de qualquer espécie.

A situação é a mesma para outros produtos. Daí, ser avaliado o prejuízo anual da agricultura brasileira, pela utilização da má semente, nas diversas culturas que explora, em ... Cr\$ 5.500.000,00. A êsse prejuízo, que tem como base de cálculo o que **deixou de ser produzido**, cabe acrescentar outro, de difícil apuração e igualmente elevado. É o da baixa cotação do produto, de má qualidade, só conseguindo preços inferiores. Os exemplos são numerosos, na comercialização internacional, de prejuízos causados pela baixa qualidade da mercadoria vendida. Êsse fato constitui sério "handicap" para a exportação de produtos agrícolas.

Os resultados verificados nos casos do milho híbrido, cuja produção cresceu 30%, da cana de açúcar, do trigo, da batatinha e dos artigos hortícolas, dão a segurança de que, mantidos todos os demais fatores e métodos de produção, poder-se-iam aumentar, de pronto, de 20% as safras agrícolas, caso houvesse utilização de sementes de boa qualidade.

A sua obtenção é tarefa difícil mesmo nos países de agricultura tecnicamente organizada. É realizada por estabelecimentos especializados, do poder público ou de iniciativa privada.

O agricultor, consciente da importância da boa semente, tem interesse em adquiri-la, embora a preços aparentemente mais elevados.

12. Todos os esforços devem ser realizados neste relevantíssimo campo de economia agrícola, para que qualidades cada vez maiores de boa semente sejam entregues à lavoura nacional. Há certos casos em que o problema se apresenta com extrema gravidade, como o do algodão de fibra longa, um grande patrimônio cuja sobrevivência tem, entre outros fatores, a sua base em sementes adequadas.

Certamente pouco poderá ser realizado sem a ampliação de recursos. O Ministério da Agricultura deverá ser aparelhado para estender seus serviços de campos de sementeiras, realizar uma rede de campos de cooperação, com a mesma finalidade, adotando a produção de sementes nas próprias regiões interessadas. Todo o dispêndio de esforço bem orientado terá pronta remuneração pelo levantamento das safras.

A iniciativa privada — devidamente orientada — poderá, mediante garantias para o empresário e para o lavrador, dar uma ajuda valiosa neste importante setor. Mas, a par do trabalho de produção, indispensável é ampliar os serviços de pesquisas, sem o que o nosso problema da “boa semente” não será convenientemente atendido.

13. Num programa visando ao desenvolvimento dêsse setor agrícola, impõem-se portanto, as seguintes medidas:

- d) — ampliação dos serviços de pesquisa, no sentido de caráter oficial e em cooperação com os particulares, nas diversas regiões do país;
- b) — prêmios e segurança de aquisição para toda semente produzida por empresas especializadas;
- c) — larga divulgação, nos meios rurais, das necessidades do emprêgo de boa semente e dos métodos de escolha e conservação;
- d) — ampliação dos serviços de pesquisa, no sentido do aperfeiçoamento e melhoria das sementes.

b) — O desperdício na produção agro-pecuária brasileira

14. O desperdício na produção agro-pecuária assume a proporções enormes mas que, tornando-se habituais e rotineiras, quase não despertam a atenção.

Estudos e observações permitem expressá-las em cifras.

No setor da agricultura propriamente dita, vale recordar o que foi apurado no Rio Grande do Sul, na lavoura do trigo, onde, pela falta de armazenagem adequada e instalações de beneficiamento, as perdas atingem a 11% da safra, ou seja, para uma colheita de 350.000 toneladas, 38.000 toneladas, no valor de Cr\$ 95.000,00 (o preço fixado para a compra de trigo ao fazendeiro é de Cr\$ 2.500,00 a tonelada).

É geralmente considerado que, na lavoura de outros cereais e de leguminosas alimentares, por deficiência de estocagem, as perdas são de cerca de 20%, chegando a 30% nas pequenas propriedades. Segundo verificação do Instituto Biológico de São Paulo, 30% dos prejuízos causados ao milho naquele Estado provém dos ataques de insetos a esse cereal, quando armazenado.

15. A dificuldade não será resolvida apenas com a criação de rede de silos e armazens, nos grandes centros de produção. Será sem dúvida, auspicioso progresso, cujos resultados são consideráveis. Mas a verdade é que — salvo para o trigo, no Rio Grande do Sul, o arroz nêsse mesmo Estado e no Triângulo Mineiro, e para outros poucos casos, onde a técnica e a densidade de produção alcançam feição industrial — a lavoura cerealífera se processa em áreas vastíssimas do nosso território, um pouco por toda a parte, sobretudo no caso do milho e do feijão. O problema deve, assim, ser posto em termos de armazenamento nos meios rurais, com a modificação de métodos de trabalho.

A estocagem, na primeira fase — na propriedade de onde se origina a produção — aparentemente não apresenta dificuldades, já que as colheitas, consideradas individualmente, são pequenas. As temperaturas elevadas e a humidade são no Brasil um dos elementos favoráveis à proliferação dos insetos e pragas.

O nosso agricultor, em 90% dos casos, não tem tulhas, armazens e palóis, em condições que permitam o controle de pragas, insetos e roedores. São sempre espaços abertos, ou recintos onde se apresentam as condições mais favoráveis para a destruição dos cereais. Um sério esforço, no sentido de esclarecer o lavrador, sobretudo o pequeno proprietário, da necessidade de adaptação de novo método de estocagem, e também de auxiliá-lo a criar um tipo adequado de paiol onde pudesse aplicar processos de expurgo, teria imediatamente repercussão no aumento das disponibilidades em cereais.

16. Para se ter uma idéia do que representará para a economia do país a organização de um racional sistema de estocagem, basta examinar o que, para a lavoura tritícola gaúcha, será a criação de uma rede de onze silos, com a capacidade de 98.000 toneladas, em vias de execução.

Serão as seguintes as vantagens:

- a) — sistema racional de distribuição das safras;
- b) — instalações de armazenagem e beneficiamento;
- c) — regularização do mercado, assim como coordenação de embarques no interior do Estado para os portos, evitando a crise de transportes que habitualmente ocorre em cada safra;
- d) — eliminação das perdas evitáveis nas colheitas;
- e) — financiamento na base do produto estocado;
- f) — redução das despesas de manipulação e transporte (neste setor haverá uma economia de ... 3.000.000 de sacos que, a Cr\$ 12,00 c/um, representam Cr\$ 36.000.000,00 por safra).

A criação dessa rede, auto financiada pela cobrança de uma taxa de Cr\$ 0,98 s/cada quilo de trigo produzido no Rio Grande do Sul, é um exemplo a ser examinado e seguido por organizações em outros pontos do país.

Temos, assim, que o problema de estocagem de cereais tem de ser atacado sob seus dois aspectos: o das grandes con-

centrações e o da armazenagem individual, em cada propriedade.

17. Ao lado do desperdício na estocagem de cereais e outros produtos agrícolas, cabe, num estudo sucinto dêsse problema, examinar as consequências do que se passa, num dos setores da pecuária — o da industrialização do xarque. O abate nas xarqueadas do país é de cêrca de 800.000 cabeças. O prejuízo pela falta de aparelhamento adequado é de:

Sangue	2.000.000 ks.
Farinha de carne	16.000.000 ks.
Farinha de ossos	16.000.000 ks.

Dos abates nos matadouros municipais, calculando-se sobre 3.000.000 de cabeças que teriam possibilidade de aproveitamento:

Sangue sêco	7.500.000 ks.
Farinha de carne	21.000.000 ks.
Farinha de ossos	45.000.000 ks.

Para ambas as classes de estabelecimentos teriamos os seguintes totais:

Farinha de sangue . . .	9.500.000 ks. a Cr\$3 =	28.500.000
Farinha de carne	37.000.000 ks. a Cr\$4 =	148.000.000
Farinha de ossos	61.000.000 ks. a Cr\$2,5 =	152.500.000
		<hr/>
		329.000.000

Estes números se referem apenas aos bovinos. O mesmo ocorre quanto aos suínos, dos quais são abatidos seis milhões, tendo apenas um milhão aproveitamento perfeito. O mau trabalho dos cinco milhões restantes acarreta prejuízos de cêrca de 30.000.000 de quilos de sub-produtos (6 quilos por cabeça, de farinha de carne, farinha de osso, cerdas, etc.) ou sejam Cr\$ 90.000.000 por ano.

18. No campo da produção leiteira, os prejuízos são também consideráveis pela imprópria e inadequada manipulação do leite, no fabrico de queijo e de manteiga, e no próprio consumo *in natura*.

É bem conhecido o baixo consumo de leite *per capita* do habitante do Rio de Janeiro. Sabe-se que o produto é caro e de má qualidade, por uma série de fatores, desde o ambiente de ordenha, trato de animais, deficiência de manipulação e dificuldades de transportes, cuja demora varia de 72 horas a 4 dias, entre a produção e o consumo.

Durante os meses em que as gramíneas estão em franca vegetação, há abundância de leite; quando se aproxima a época de estiagem e as pastagens secam, a capacidade de manutenção se reduz e a produção decresce.

Acontece que o mercado consumidor é regulado pela produção mínima. A experiência tem na verdade provado que o consumo se mantém quase uniforme todo o ano, não aumentando o consumidor sua quota, caso haja excesso de produção. Chegada a época das águas, as usinas de refrigeração, que manipulam o produto e o enviam às cidades, não podem receber os excedentes, pois não há consumo para eles.

O excedente é calculado em mais de 220.000 litros por dia, durante cinco meses. Só a industrialização do leite poderia resolver o problema.

19. Há ainda a acrescentar as perdas devidas a métodos empregados no manuseio dos animais destinados à matança. Quanto aos transportes, basta recordar o sistema de condução do gado em manadas, por estradas de rodagem com viagens de 10 a 15 dias (Estado do Rio) até três meses (Nordeste, Acre, Brasil Central) com prejuízos elevados no pêso e perdas por morte, moléstia e extravio.

Cálculos moderados permitem avaliar o desperdício em cerca de 60.000 toneladas de carne, as quais, fabricadas nas pastagens, deixam de atingir ao consumo, por terem sido utilizadas como combustível durante o transporte a longa distância. Daí a necessidade de localização de matadouros industriais nas zonas de produção. Na verdade, o gado que se des-

tina aos matadouros afastados dos centros de origem exige um ano para se refazer do transporte. (*)

20. Os produtos hortícolas, notadamente couve-flôr, repólho, tomate, cujas colheitas se processam num certo período, ficam sem colocação, por serem, não raro, suas cotações inferiores ao custo de transporte.

Não se justifica que, além da baixa produtividade da terra e da técnica deficiente, ainda se permita que o custo da produção seja agravado pelo desperdício, o que constitui indício marcante de desorganização.

Isso explica, em grande parte, a escassez e consequente elevação de preços, no caso de gêneros perecíveis. O produtor não tem certeza de obter margem de lucro razoável, quando as colheitas se processam no prazo de poucos dias e tudo deve ser entregue ao consumo, a qualquer preço, para evitar o prejuízo total.

Temos que caminhar para a estocagem em armazéns refrigerados — ou para a industrialização dos excedentes, regulando os preços, assegurando ao produtor resultados compensadores. Será êsse um dos meios mais eficientes para baratear o custo da vida.

21. O combate ao desperdício na economia agro-pecuária, em seus vários setores, traria a recuperação de produtos, e seria fator valioso na solução do abastecimento e do custo da vida. Larga contribuição representaria a execução de um longo programa de desidratação, concentração e preservação de alimentos.

(*) — Em 1949, o Governador do Estado do Rio contratou dois técnicos de uma das maiores organizações norte-americanas de refrigeração e frigorificação, para efetuar um completo balanço sobre o problema de conservação de produtos perecíveis na zona metropolitana — Niterói, Rio de Janeiro e cidades vizinhas.

Eis alguns trechos do relatório apresentado:

“Armazéns refrigerados concorrerão para eliminar o desperdício. Vimos que o desperdício atinge a cerca de 30% (trinta por cento) de produtos hortícolas — verduras e legumes — pelo modo por que são manipulados. Verificamos também um incrível desperdício de gorduras, em vários mercados, onde elas se derretem pelo calor! Relativamente à indústria da pesca, notamos considerável desperdício. Observamos casos em que o peixe não podia ser vendido por excesso de suprimento, no momento, e tinha de ser de novo atirado ao mar.

O armazém refrigerado, com adaptação para pesca, poderá evitar êsse inconveniente, estocando os excessos. Poderá ainda auxiliar a estabelecer preço, fazendo desaparecer as flutuações. Um dos mais importantes motivos destas flutuações é a grande diferença entre a produção da seca e do tempo das águas.

E isto, com armazém frigorífico, poderá ser evitado porque agirá como estabilizador, guardando os excessos e escoando-os nas épocas de escassez.”

c) — Mão de obra agrícola

22. As condições da mão de obra agrícola estão na mais estreita dependência dos métodos utilizados na produção. Onde o esforço humano é a única fonte energética utilizada, o salário tem de se ater às baixas condições de produtividade, que esse sistema de exploração comporta. Salvo em regiões novas ou de terras excepcionalmente férteis, o agricultor pode apenas destinar parte diminuta para pagamento de salários, sempre que utiliza processos primitivos de trabalho. Assim a possibilidade de melhoria de salários, nas zonas rurais, depende, sobretudo, do aperfeiçoamento tecnológico da agricultura, do qual a mecanização, de diversos tipos e sistemas, é o elemento mais importante. O agricultor sem possibilidade de pagar melhor salário, pelas condições muitas vezes deficitárias de sua exploração, restringe as áreas de sua lavoura, limitando-as ao estrito suficiente para o abastecimento da propriedade. Esta é uma das explicações para o reduzido aumento da superfície cultivada no país, o que tem justamente preocupado pelas repercussões sobre o abastecimento. (*)

23. Outro fator que perturba a produção agrícola é a baixa assiduidade do operário rural, o que limita, para cada propriedade, a disponibilidade da mão de obra, tornando-a escassa em relação aos trabalhadores aparentemente existentes e utilizados. Sobretudo em regiões doentes, a frequência do operário fica às vezes reduzida à metade.

Vale mencionar, como elemento de desorganização do mercado do trabalho, o nomadismo de ponderáveis contingentes de populações rurais, que se deslocam de propriedade em propriedade, quase em trânsito, em busca de melhor salário, quando não por simples desejo de mudança. A sua fixação ao solo é um dos problemas fundamentais da organização da nossa agricultura em bases racionais. Para isso, terá particular importância a possibilidade de exploração de uma parcela de terra, livre de qualquer ônus, como vai sendo adotado em certas regiões do país, bem como a de medidas de proteção aos que trabalham em terras alheias, como arrendatário ou parceiro.

(*) — Vêr quadro do Anexo I

Merecem ainda especial destaque as migrações internas, que estão de alguns anos a esta parte assumindo proporções alarmantes, determinando o despovoamento de certas áreas dos Estados do Nordeste e adjacentes, em busca de trabalho nas regiões meridionais. Êsses milhares de agricultores enquanto deixam de produzir para o seu próprio suprimento e de suas famílias, ficam, num longo período em que se processa o seu reajustamento, a pesarem sôbre a economia geral.

24. O desemprego parcial é uma das características da agricultura, pelas condições peculiares a êsse gênero de atividade. Ao período da lavra e sementeira, de trabalho intenso, segue-se o do tempo de acalmia, para recrudescer na época da colheita. Em certas regiões, a situação agrava imenso as condições do trabalhador agrícola, que se vê privado de salário logo que termina as grandes tarefas, piorando o seu nível de vida.

No Brasil o desemprego e sub-emprego são regra nas atividades agrícolas, desde que utilizem em grau elevado o braço humano. Essa situação é um dos mais atuantes fatores, embora poucas vezes mencionado, do êxodo rural. O operário fica tentado pela possibilidade de obter, na indústria ou nas zonas urbanas, ocupação permanente, e deserta o campo onde o seu emprego é aleatório.

Um meio de atenuar o desemprego parcial consiste no colonato-parceria, de modo a dispor o proprietário de mão de obra estável, que, na época de vacância, é utilizada em lavou-
ras dos próprios trabalhadores. A regulamentação desse tipo de assalariado é uma urgente necessidade.

25. Outro fator relevante, quanto à mão de obra, é o baixo nível técnico do nosso trabalhador rural, que possui limitada capacidade profissional, adstrita aos métodos de rotina, únicos que conhece. Todo o esforço — de que já existem promissores exemplos — para o aperfeiçoamento e a especialização do nosso operário rural, terá repercussão sumamente favorável no aumento da produção agro-pecuária.

Por meio de centros de treinamento e organizações desse tipo, permanentes ou temporárias, num programa de larga am-

plitude, poderá ser realizada uma transformação sensível na **qualidade** de nossa mão de obra rural.

Será sempre difícil estabelecer paridade entre os salários das indústrias e os agrícolas, sobretudo num país como o Brasil onde os métodos extensivos da lavoura são a regra.

Na verdade, o baixo padrão de vida nas zonas rurais não é fenômeno apenas dos países sub-desenvolvidos; afeta também àqueles que já atingiram alto nível de desenvolvimento econômico. Todavia, nos países sub-desenvolvidos, o problema apresenta-se em dimensões diferentes, isso porque a sua economia é eminentemente agrícola.

Tem-se de atenuar essa situação, promovendo condições mais favoráveis para o trabalhador rural, ampliando certas franquias e regalias já em uso nos meios rurais, tais como melhoria de habitação, cultivo de áreas de livre uso, e criando outros, que o serviço rural deverá promover, para facultar condições mais razoáveis de existência.

O problema está, porém, todo êle condicionado ao aumento de produtividade, sem o que a melhor remuneração não será possível, e os meios rurais continuarão a ser privados de seus melhores elementos de trabalho.

d) — **Aperfeiçoamento dos Serviços de Agricultura**

26. A agricultura no Brasil está necessitando de uma grande transformação, conforme se deduz da realidade constangedora que acabamos de analisar sumariamente. Longe se encontra êsse setor econômico de acompanhar o progresso dos conhecimentos que têm servido aos países de mais alto padrão técnico, e que não constituem privilégio de nenhum.

Ê, pois, pela renovação dos métodos de trabalho, tais como dos processos de trato do solo, da melhoria das plantas, e da aparelhagem mecânica, que se terá de realizar uma verdadeira **revolução tecnológica** na produção agrícola.

Impõe-se a substituição de um sistema extensivo, empírico, rotineiro, por outro semi-intensivo, mais racional, mudançã essa que deve ser enfrentada com decisão e tenacidade.

É incontestável o esforço desenvolvido com este objetivo pela iniciativa privada, amparada pelos órgãos oficiais especializados. Contudo, muito se terá ainda de fazer.

27. O instrumento propulsor tem de ser o Ministério da Agricultura e as Secretarias Estaduais especializadas. Cada dia aumentam as suas responsabilidades, como órgãos dinamizadores desse trabalho. É indispensável, portanto, dar-lhes os elementos de que necessitam para as suas funções, fortificando os seus meios de comando e execução.

Mas, a verdade é que, para atender ao aumento dos encargos, não tem o Ministério da Agricultura recebido o correspondente acréscimo de recursos orçamentários. Daí talvez, pela deficiência de sua atuação, terem sido atribuídas a órgãos de diferentes tipos tarefas que lhe incumbem estritamente.

28. Em país de escassos elementos técnicos e de penúria orçamentária, a dispersão de esforços implica em desperdício de recursos, que necessita ser decisivamente abolido.

De nada valerá, entretanto, suprimir atividades paralelas, se o aumento de encargos do Ministério da Agricultura não fôr atendido com verbas orçamentárias, que sempre foram insuficientes para a sua grande tarefa. São-lhe necessários recursos financeiros e também humanos, pois é sobremodo reduzido, como foi dito, o número de elementos de que dispõe o Ministério, no setor agrícola e veterinário. Possui para atender a 2 milhões de propriedades rurais e às necessidades de um rebanho de 112 milhões de animais, um número extremamente escasso de técnicos, isto é 800 agrônomos e 300 veterinários. É também escasso o número de auxiliares técnicos dos dois tipos profissionais.

Reafirma-se, nêsse ponto, a grande premência do problema da formação técnica em nosso país.

CAPÍTULO II

POLÍTICA DE MATÉRIAS PRIMAS MINERAIS

a) — Produção

29. Apesar de o país não ter realizado, até o momento, a exploração efetiva de seus vastos recursos minerais, vem se destacando no mercado mundial com as suas exportações de minérios de ferro, manganês, mica, quartzo, diamantes industriais, ilmenita e zircônio.

Vários deles não são, entretanto, suficientemente ricos em teor metálico para serem exportados independentemente de beneficiamento prévio ou tratamento elementar.

A desidratação de minérios, por meio de ustulação, pode ser praticada em minérios de manganês e alumínio, com economia de 10 a 20% da atual praça marítima necessária à sua exportação. Por outro lado, as atuais facilidades para redução elétrica devem ser desenvolvidas, sendo lícito esperar-se, para futuro muito próximo, que este e outros processos venham a ser aplicados mais amplamente.

Ressalvadas as deficiências das estatísticas, a produção vem experimentando, de 1941 a 1950, razoável crescimento; enquanto, todavia, no biênio 1949/50 o minério de ferro passou de 1.887.777 a 1.987.425 toneladas, o carvão de pedra decresceu de 2.128.858 para 1.958.469 toneladas. Também baixou a produção de minério de manganês que, de 231.417 toneladas, passou a 195.505.

A bauxita e o mármore tiveram, entretanto, seus totais acrescidos no biênio em questão, ascendendo de 16.213 a ... 18.570 e de 20.270 a 23.817 toneladas, respectivamente. O mesmo se pode dizer com relação ao arsênico (de 959 para 1.067 toneladas), mica (de 1.363 para 1.813 toneladas), ouro (de

3 707 para 4.082 quilogramos) e prata (de 654 para 665 quilogramos).

Relativamente ao zinco, sabe-se que a produção nacional é extremamente reduzida, não chegando sequer a atingir a 1/10 das necessidades de nosso parque industrial.

Insignificante também é o volume de nossa produção de estanho. O máximo produzido — de que se tem notícia — foi em 1947, quando se alcançou a quantidade de 224 toneladas, no valor de 8.941 mil cruzeiros. A partir daquele ano e até 1950, as cifras conhecidas revelam queda: 188 toneladas e 9.120 milhares de cruzeiros, em 1948; 160 toneladas e 7.687 milhares de cruzeiros, em 1949; e 120 toneladas e 6.560 mil cruzeiros, em 1950.

Na mineração do estanho, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo e Território do Amapá produzem, respectivamente, 84%, 3%, 3% e 10% do total nacional.

No que concerne ao chumbo, a produção indígena não chega a alcançar 10% do consumo, que excede de 20.000 toneladas. Todavia, as usinas recém instaladas ou reequipadas no Estado de São Paulo, permitem antever melhores perspectivas para a produção desse metal.

Em referência ao zinco, estanho, chumbo, cobre, níquel e alumínio, nossas atividades industriais se mantêm graças aos recursos da importação, de resto contingenciada em muitos casos, do que resulta evidente cerceamento ao desenvolvimento econômico do país.

30. A fim de que se tenha uma idéia do que representam nossas aquisições no exterior dos metais supramencionados, basta dizer que, em 1951, importamos 15.929 toneladas de alumínio, no valor de 162.944 mil cruzeiros; 13.407 toneladas e 178.314 milhares de cruzeiros de zinco; 3.184 toneladas e 202 733 mil cruzeiros de estanho; 23.098 toneladas e 199.016 milhares de cruzeiros de chumbo; 281 toneladas e 9.905 mil cruzeiros de níquel; e 28.954 toneladas e 493.377 milhares de cruzeiros de cobre. Estas cifras de 1951 significam que, naquele ano, dispendeu o Brasil, com a aquisição dos seis produtos ora focalizados, nada menos de Cr\$ 1.246.289.000.

h) — Intensificação da prospecção e estímulo à formação de técnicos

31. É imprescindível se tomem, com a devida urgência, efetivas medidas tendentes ao desenvolvimento da produção mineral brasileira, sob pena de retardarmos a evolução econômica do país. Já se viu que a atual produção está aquém das nossas necessidades e que não produzimos muitos dos metais indispensáveis às atividades da indústria nacional. Em face disso, nosso quadro de produção é incompleto e nosso consumo — cada vez maior — é atendido, em parte, com os recursos da importação, contingenciada em virtude de restrições adotadas pelos países fornecedores.

32. Para efetivar o aumento da produção mineral, impõe-se:

- 1) — aumento de verbas para os trabalhos de pesquisa e prospecção;
- 2) — aumento de pessoal técnico;
- 3) — revisão dos fretes para o transporte de minérios;
- 4) — facilidades, aos mineradores, para obtenção de equipamento destinado a seus trabalhos;
- 5) — apoio decisivo do Estado a toda iniciativa que represente investimento de capital nesse setor de produção;
- 6) — revisão das leis e regulamentos relativos à exploração mineral.

33. Vinculando-se, ainda, aos trabalhos de pesquisa e prospecção, temos o problema da formação de técnicos, sem dúvida de grande importância. Enquanto a obtenção de verbas suficientes pode ser resolvida pelo Governo, a preparação de técnicos exige formação profissional. No caso brasileiro, a especialização terá de fazer-se no exterior, visto não dispormos suficientemente dos modernos recursos de treinamento profissional.

Vencimentos especiais, fora dos padrões normais da administração, deveriam ser dados aos funcionários técnicos do Departamento da Produção Mineral, encarregados dos trabalhos de pesquisa e prospecção.

A par disso, deveriam ser simplificadas temporariamente as exigências relativas à interpretação do regulamento baixado pelo Decreto n. 23.569, de 11 de dezembro de 1933, segundo a qual mencionados órgãos dificultam demasiadamente o exercício da profissão de engenheiro ao estrangeiro formado pelas escolas estrangeiras, em qualquer ramo da engenharia.

c) — Utilização das matérias-primas nacionais na produção industrial

34. O Brasil se encontra em animador processo de industrialização e, portanto, se torna consumidor de matérias-primas. Se olharmos, panoramicamente, para a indústria metalúrgica brasileira que utiliza recursos naturais como carvão, madeira, minerais e energia elétrica, sentiremos que o seu futuro é dos mais promissores. Do mesmo modo, nessa indústria encontraremos um dos fatores mais importantes no desenvolvimento econômico nacional.

É preciso entretanto que se repita: até o presente apesar de o Brasil possuir minerais em abundância, sua produção é deficiente de tal modo que só na importação consegue encontrar o suprimento de que carece. País de transporte difícil, com a capacidade dos suprimentos de combustível ainda não plenamente aproveitada, é natural que o empreendimento particular tenha sentido dificuldade em vencer êsses obstáculos. Todavia, dado o grande surto industrial dêsses últimos anos, mais fácil será o progresso de exploração mineral. E a produção para o mercado interno não deve sacrificar as possibilidades de exportação.

Deve-se salientar que é na metalúrgia do ferro que mais se verifica o consumo de matéria-prima brasileira. Nas indústrias de artefatos de ferro e outros metais, de artefatos de ferro estanhado e alumínio, de cutelaria e ferramentas, de arames

e telas, artefatos de ferro esmaltado, laminação de estanho e outras atividades, torna-se crescente a utilização desses produtos primários.

35. O grosso da quantidade de matérias-primas minerais exportadas — cujos totais são de 1.503.076 toneladas e 579.725 mil cruzeiros — recai nos minérios de ferro que, no ano de 1951, representaram 1.455.084 toneladas e 416.999 mil cruzeiros: 97% da quantidade e 72% do valor das exportações.

É, ainda, oportuno acentuar que as matérias-primas minerais participaram, no ano em espécie, com 31% do volume físico da exportação geral do país, mas, apenas, com 1,8% do valor dessa exportação nacional. E os minérios metálicos com 30% na quantidade e 1,3% no valor, também da exportação geral, assunto que será tratado no capítulo seguinte.

d) — Política internacional de matérias-primas

36. É evidente que não se encontra regularizado o mercado internacional de matérias-primas. E foi essa conjuntura que levou os Estados Unidos, a França e a Inglaterra a convocarem os países diretamente interessados no problema para se reunirem em uma “Conferência Internacional de Matérias-Primas”, sediada em Washington. Instalou-se o órgão, e o Brasil passou dele a participar. Desde o início, entretanto, verificou-se um antagonismo de orientação, surgido pela preferência dos dois critérios a serem adotados. Um seria o do **consumo histórico**, baseado na média de consumo de 1948/50, e outro o do **desenvolvimento econômico**. Os países europeus não concordaram com o último critério e prevaleceu, por maioria de votos, o critério de **consumo histórico**.

Com aquela prevalência, cada comitê especializado, em número de oito, estabelece as quotas de fornecimento de matérias-primas à base da média aritmética obtida em função do determinado período de consumo, ou seja 1948/50. Ora, como esse período básico corresponde àquele em que o Brasil, pela escassez de divisas, se viu obrigado a restringir suas importa-

ções, as quotas de matérias-primas para o nosso país não vêm correspondendo às suas verdadeiras necessidades.

Encontra-se, dêsse modo, o Brasil em situação crítica, relativamente a enxofre, cobre, sucatas, chumbo, chapas, folhas e tiras de aço, fios e cabos, nus e isolados e níquel. Há possibilidades de o Brasil contornar suas dificuldades em alguns setores de matérias-primas, como enxofre, chumbo e estanho, com o Acôrdo Comercial ora em estudo com a Bolívia. Nêsse sentido já foi aprovado pelo Govêrno Brasileiro um crédito de 5 milhões de dólares, como base para a conta gráfica a prevalecer nas transações entre os dois países.

e) — Política de combustíveis e de energia elétrica

37. A produção de combustíveis e de energia elétrica vem assumindo, à proporção em que o país se desenvolve social e economicamente, posição de magna importância.

Explica-se, em parte, êsse contraste existente entre as necessidades mínimas de produção de combustíveis e o grau de desenvolvimento econômico e social da Nação ante a forte pressão demográfica registada entre nós, que é das mais fortes do mundo, e a deficiência de recursos técnicos e financeiros.

Os únicos combustíveis utilizados para fins domésticos, pelos ricos ou pobres, foram a lenha das florestas acessíveis e o carvão vegetal, cuja maior parte provinha do trabalho individual, obtido em pequena escala e por processos primitivos.

38. Contudo, ainda hoje, em nosso país, a fonte mais importante continua a ser a de origem vegetal. Cêrca de 75% dos motores existentes no país utilizam a lenha como combustível. Grande número de estradas de ferro a emprega nas suas locomotivas, bem como as embarcações a vapor da nossa navegação fluvial. O maior consumo, porém, de lenha, é para fins domésticos. Com exceção de poucas cidades — Rio de Janeiro, São Paulo, Recife — entre as capitais, e outras em número reduzido, onde parte da população é servida pelo gás de destilação da hulha — a totalidade da população brasileira

tem de recorrer à lenha e ao carvão de madeira, para usos domésticos.

39. Por sua vez, substituindo o consumo de derivados de petróleo nas necessidades domésticas, passou a eletricidade a ser mais amplamente utilizada, não ficando, porém, aí, o seu emprego, pôsto que a sua colaboração foi reclamada pelas modernas atividades industriais, pelos grandes centros comerciais, pela intensa vida econômica e social de nossos dias.

Sem dúvida relevante é o papel desempenhado pela eletricidade na economia nacional. Por isso mesmo, o alargamento da capacidade de produção de energia elétrica no Brasil é uma das tarefas que mais de perto vem sendo atacadas pelo Poder Executivo, seja através do estudo das condições dessa produção, seja participando, como acionista principal, de grandes empresas instaladas com êsse objetivo, seja, ainda, procurando, na medida de suas possibilidades, apoiar as iniciativas projetadas nêsse sentido.

40. Estão em curso, como se sabe, diversos planos regionais, devidamente relacionados e entrosados, de modo a obter-se um melhor aproveitamento dos recursos naturais de que dispõe o país.

Supérfluo referir, nesta exposição, a necessidade de serem melhoradas as condições de produção e da vida rural brasileiras, do suprimento dos setores industriais da Nação e do consumo residencial das grandes cidades através do aumento da produção de energia elétrica. São êstes os motivos pelos quais se vem dando prioridade à concretização de diversos sistemas elétricos.

Se considerarmos os sistemas elétricos mais importantes, a saber: o Sistema Light de São Paulo, o Sistema Light do Rio de Janeiro, o Paulista das Empresas Elétricas Brasileiras e o da Empresa Sul Mineira de Eletricidade, verificaremos que sua capacidade instalada total é de cêrca de 911.400 kw.

41. O aproveitamento do potencial de energia elétrica existente no país tem sido estudado, com o objetivo de atender à crescente procura nos centros de maior desenvolvimento,

e vários planos estão em execução, por iniciativa do Governo da União e dos Estados. O Conselho Nacional de Economia, por incumbência do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, apresentou, na base de cuidadoso estudo, em setembro do ano em curso, anteprojeto de lei que cria as condições e estabelece as diretrizes para a organização e o desenvolvimento da energia elétrica no país.

Na justificativa do anteprojeto, estudou exaustivamente o Conselho os planos regionais e propôs diretrizes nacionais, a fim de articulá-los e completá-los; cuidou da questão básica dos financiamentos particulares e estatais; procedeu ao exame da legislação vigente; analisou a posição atual dos capitais necessários, bem como de sua remuneração; e tratou da organização dos serviços públicos relativos à energia elétrica, assim como da instituição de um imposto único que, com a exclusão de qualquer outro (salvo o de renda) “sobre a produção, o comércio, a distribuição e o consumo de energia elétrica ou sobre o seu produtor ou distribuidor pela atividade que lhe é inerente, incidirá sobre o consumo, adicionado às contas dos consumidores em todo o país.”

Não há dúvida de que o aceleração da produção de energia elétrica no Brasil depende de obra de pioneirismo do Poder Público. Mas reconhece o Conselho que a solução do problema, que se apresenta em proporções de excepcional altitude e com a característica de urgência, só poderá ser trazida com a mais decidida contribuição do capital particular, o que exige preliminarmente a modificação das leis existentes.

42. Quanto ao problema do carvão nacional, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná representam praticamente o centro da produção carbonífera brasileira. Não obstante muitas deficiências tecnológicas, a produção tem evoluído, muito embora, no momento, não atenda às necessidades do mercado interno. A expansão da siderurgia, e mesmo dos transportes e das indústrias em geral, proporcionará procura crescente de carvão nacional, se seus preços se mantiverem em nível de concorrência com os do carvão estrangeiro, considerado o poder calorífero e outros fatores, conforme salientou

o Conselho Nacional de Economia, no seu “Plano de Racionalização da Indústria do Carvão.” De 1946 a 1951, a produção do carvão mineral apresenta os dados seguintes:

Anos	Toneladas
1946	1.896.883
1947	1.998.896
1948	2.024.989
1949	2.128.858
1950	1.958.649
1951	1.949.549

O referido Plano previa a substituição, pelo carvão nacional, de 25.000 toneladas anuais de carvão estrangeiro, de 90.000 toneladas de óleo na futura fábrica da Cia. Nacional de Alcalis, e de 1 milhão de metros cúbicos de lenha, representando essas substituições uma economia de divisas no valor de 4.750.000 dólares, o que viria indiscutivelmente aliviar a nossa balança de pagamentos.

f) — Petróleo

43. As pesquisas para a determinação de áreas favoráveis à acumulação de petróleo e o desenvolvimento dos campos petrolíferos exigem trabalhos especializados de grande complexidade, os quais abrangem: reconhecimento geológico geral; aerofotogrametria; geologia pormenorizada; geofísica, compreendendo prospecções sísmicas gravimétricas, elétricas e magnéticas; perfurações stratigráficas; perfurações pioneiras; perfurações para produção; preparo dos campos para produção de óleo bruto e gás natural; cálculos de reserva, de potencial, etc.

Essas exigências de ordem técnica, que envolvem, por sua vez, dispêndios consideráveis, tornam, ao que parece, a pesquisa e a exploração do petróleo no Brasil pouco atraentes, pois que, além do mais, tem que enfrentar as características especiais com que o problema se apresenta em nosso país, tais como a extensão territorial, a precariedade dos meios de comunicação,

as condições econômicas e a ausência de manifestações superficiais de óleo.

As perfurações executadas pelo Conselho Nacional do Petróleo no Estado da Bahia visaram, inicialmente, à região do Lobato-Joanes, onde se descobrira, em 21 de janeiro de 1939, o primeiro poço produtor de óleo no Brasil. Posteriormente, foram localizados nêsse Estado mais seis campos de óleo (Candeias, Itaparica, Dom João, Água Grande, Pedras e Paramirim do Vencimento) e dois de gás natural (Aratu e Mata de São João). Fez, ainda, aquele Conselho sondagem no Território do Acre e nos Estados do Paraná, Maranhão, Alagôas e Sergipe. Atualmente, perfura também no Estado de São Paulo.

Em 1951, concluiu-se a perfuração de 34 poços e o aprofundamento de mais 3, dos quais 33 ãa Bahia, 1 no Pará, 1 no Maranhão e 2 em Sergipe. No fim do ano, estavam em andamento mais 5 poços, tendo a metragem total perfurada naquele ano atingido 23.836. Das perfurações realizadas, 19 produziram petróleo, 4 gás e 11 foram sêcas.

Para a execução dêsses trabalhos, contou com 12 sondas, das quais 9 operaram na Bahia, 1 em Sergipe, 1 no Maranhão e 1 no Pará.

Nos nove primeiros meses de 1952, foram perfurados 36 poços, estando em andamento, no dia 30 de setembro, a perfuração de mais 7, dos quais 5 no Estado da Bahia, 1 no Pará e 1 em São Paulo.

O número total de poços perfurados pelo C.N.P. elevava-se, no último dia de setembro de 1952, a 283, dos quais 269 na Bahia, 7 em Alagôas, 4 em Sergipe, 2 no Território do Acre, 1 no Pará e 1 no Maranhão. Dêsses poços, 161 são produtores de óleo (todos na Bahia), 22 de gás (também na Bahia) e 100 sêcos.

Os campos petrolíferos no Estado da Bahia produziram, em 1951, 690.776 barris de óleo bruto, ou sejam 109.833.431,70 litros. A produção de 1952, até 30 de setembro, foi de 551.897,53, barris, isto é, de 87.751.707,27 litros.

O óleo bruto produzido na Bahia é utilizado na refinaria de Mataripe, nas caldeiras das sondas em operação em Candeias e, em pequena escala, na pavimentação de estradas.

Até 30 de setembro de 1952, o volume total de petróleo produzido pelos campos baianos ascendeu a 2.219.714.00 barris, ou sejam 352.934.370 litros.

Impõe-se esclarecer que, até meados de 1950, os poços da Bahia produziram o óleo estritamente necessário ao consumo dos campos para uso direto em caldeiras, para revestimento de estradas e para abastecer uma refinaria rudimentar que havia sido instalada em Aratu e que operou até julho daquele ano, quando foi então paralizada. A partir de setembro de 1950 é que teve início, pròpriamente, a produção industrial do petróleo no Brasil, com a inauguração da refinaria de Mataripe, que passou a consumir 2.500 barris diários de óleo bruto, procedente dos campos de Candeias e Itaparica.

A refinaria de Mataripe produziu, em 1951, 43.851.038 litros de gasolina comum; 3.553.126 litros de querosene; 9.382.764 litros de óleo "Diesel" e 31.339.719 litros de óleo combustível. Em 1952, até 31 de agosto, a produção da Refinaria foi a seguinte: gasolina comum, 31.055.010 litros; querosene, 3.998.175 litros; óleo "Diesel", 9.263.520 litros; óleo combustível, 31.020.208 litros. (*)

44. Durante o ano de 1951, foram importadas 4.819.823 toneladas de petróleo e derivados, contra 4.194.517 toneladas em 1950, nos valores equivalentes a US\$ 162.156.000,00 e US\$ 127.476.000,00, respectivamente.

As quantidades importadas em 1951, com as respectivas percentagens de acréscimo em relação a 1950, foram as que se seguem em toneladas:

Gasolina comum	1.692.483	— 15,63%
Gasolina de aviação	163.890	— 12,51
Querosene	255.875	— 3,92
Óleos "Diesel" e gás	588.538	— 13,40
Óleos lubrificantes	174.501	— 69,76
Óleos combustíveis	1.879.504	— 13,38
Petróleo bruto	45.084	— 23,94
Gás liquefeito	19.948	— —

(*) — Vêr Anexo II

Desnecessário frisar o que representa, para a economia do Brasil, essa importação maciça de petróleo e derivados, cujas entradas, em ritmo francamente ascensional, operam como um verdadeiro dreno de nossas divisas fortes.

Estes dados vêm confirmar a preocupação do Governo Federal em solucionar o problema da produção de petróleo e derivados no Brasil, a fim de aliviar nossa balança comercial de pesado ônus, registado todos os anos e em proporções cada vez maiores.

g) — A Petrobrás

45. O Governo com a criação da Petrobrás oferece maior flexibilidade de ação ao Conselho Nacional de Petróleo e permite ao Estado tomar conhecimento direto dos diferentes aspectos técnicos e comerciais da produção petrolífera. Neste particular é até conveniente que se trate de empresa puramente estatal.

Ampliar, porém, a ação do Estado, atribuindo-lhe o monopólio da pesquisa e da exploração, parece-nos condenável, não só pelos motivos constantes do Capítulo VI desta Exposição, como também para que seja reduzida, o mais rapidamente possível, a importação maciça do combustível e evitado o estrangulamento de nossa economia.

Estamos ante um fato quase consumado, que é a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei que, autorizando e regulando o funcionamento da Petrobrás, prossegue na diretriz da eliminação, por tempo indefinido, da livre iniciativa e do capital privado, nacional ou estrangeiro, na pesquisa, lavra e industrialização do petróleo.

Respeitando a sinceridade e competência de muitos que defenderam tal política, o Conselho Nacional de Economia ressalva sua responsabilidade em face de um problema de tal relevância, e sobre o qual lhe compete evidentemente opinar. Conforme ponderou em sua Primeira Exposição e, de maneira mais minuciosa, no parecer que emitiu sobre as empresas de serviço público, o Governo está habilitado a nelas exercer a

mais rigorosa fiscalização, e, notadamente sobre as empresas que operam com as riquezas do sub-solo. Não é, portanto, justificável impedir a participação de particulares, nacionais e estrangeiros, na pesquisa e exploração do petróleo, por motivo de segurança nacional ou de ordem pública. Essa política petrolífera retardaria o aumento da produção e criaria graves embaraços à possibilidade de empresas nacionais participarem da exploração do petróleo em países limítrofes, o que é parte importante de nossa política de combustíveis.

Eis porque o Conselho Nacional de Economia confia em que os nossos dirigentes e legisladores encontrem fórmula capaz de repôr o problema da exploração do petróleo em seus verdadeiros termos.



CAPÍTULO III

POLÍTICA INDUSTRIAL

a) — A expansão industrial

46. Mesmo quem não esteja bem informado da evolução econômica do país, percebe o progresso da nossa indústria, não só pelo crescimento considerável do número dos seus estabelecimentos, como também, pela variedade de produtos que já hoje oferece a nosso mercado consumidor. Um confronto estatístico, que os censos permitem estabelecer, mostrará a grandeza dessa expansão.

Censos	Nos. de Fábricas	N.º de operários	Valor da Produção (Milhões de cruzeiros)
1920	13.569	293.675	3.200
1940	49.418	781.185	17.479
1950	89.086	1.256.807	116.747

Devemos, naturalmente, ter em consideração a parte nominal do aumento de valores, entre 1920 e 1940 e entre 1940 e 1950, a fim de termos uma idéia mais aproximada do aumento real da produção. Os índices gerais de preços de que dispomos em diferentes publicações não abrangem todo êsse período. Aliás, quanto maior o lapso de tempo, tanto mais difícil se torna o confronto, e, conseqüentemente, mais minucioso e complexo há de ser o processo de elaboração dos índices. Contudo, como

estimativa de comparação, podemos recorrer à cotação do cruzeiro no câmbio, pois aí teremos a possibilidade de avaliar a referida expansão, sem receio de subestimá-la. Mostra a experiência que o cruzeiro no exterior, até 1940, se desvalorizava com maior rapidez do que internamente. Depois que foram estabelecidos os contrôles de importação, o mercado de câmbio deixou de refletir a desvalorização da moeda.

O prêmio à importação é anulado, não somente pela falta de cruzeiros em busca de moeda estrangeira para a aquisição de produtos fora do país, como também pela proibição de importar. Nestas condições, entre 1940 e 1950, devemos recorrer a índices de preços.

47. Com base em tais elementos (*), podemos chegar aos seguintes valores, que exprimem, aproximadamente, a produção real:

Valores corrigidos
(em milhões de cruzeiros)

De 3.200 em 1920 para 4.830 em 1940
De 17.479 em 1940 para 43.000 em 1950

É bem provável, conforme acentuamos, que a expansão de 1920 a 1940 esteja subestimada e que os índices de preços considerados não tenham sido suficientes para dar o devido abati-

(*) — Em 1920, a situação cambial sofreu profunda modificação quanto às taxas, que vieram firmar-se em 1921 em nível bem mais elevado do que em 1919. Os preços em 1919 eram visivelmente inflados. Nestas condições, parece aconselhável considerarmos a média cambial de 1919/21 como ponto de referência. Os índices de preços, entre 1940 e 1950, são os levantados pelo I.B.G.E., a título de experiência, e não têm cunho oficial:

	Valores arredondados do cruzeiro em face do dólar	Coefficiente de correção
1919/21	Cr\$ 5,50	3,60
1939/41	20,00	
	Índices de Preços	
1940	270	2.7
1949	100	

mento ao valor nominal da produção de 1950, relativamente ao de 1940 (*). De qualquer modo, porém, é evidente o considerável aumento do ritmo da produção. Entre 1920 e 1940, a média anual de crescimento foi de 2,5%, e de 1940 a 1950 foi de 14% por ano.

Trata-se, assim, de uma extraordinária expansão, seja relativamente ao passado de nosso desenvolvimento, seja em relação aos surtos de progresso de outros países. Para alguns setores industriais foi possível elaborar-se um gráfico, com elementos colhidos pelo I.B.G.E., sobre o período intermediário de 1939 a 1950. (**)

b) — Transitórios Fatores Adversos ao Desenvolvimento Industrial

48. Esse notável surto industrial acha-se ameaçado. Estão surgindo fatores adversos à manutenção do seu ritmo, e provenientes de circunstâncias que necessitam ser eliminadas. Analisaremos, a seguir, aquêles que se destacam pela sua maior significação.

O primeiro dêles é o deficit de energia, que vem dificultando a movimentação das próprias indústrias existentes.

Valores Corrigidos em milhões de cruzeiros

1920	3.200
1940	4.330
	<hr/>
	1.630
1940	17.479
1950	43.000
	<hr/>
	25.521

Aumentos — média do aumento por ano:

1920/40	81.5
1940/50	2.552.1

Média Anual de crescimento (percentagem s/ o ano básico)

1920/40	2.5
1940/50	14.6

(*) — Há estudos feitos no Instituto de Economia da Fundação Getúlio Vargas, que dão uma expansão menor, entre 1940 e 1950, ou seja de 10% por ano.

(**) — Ver gráfico em anexo.

É de notar-se que essa deficiência está constringendo os maiores centros industriais ao consumo de força sob regime de racionamento. Em certos setores processa-se uma redução de atividade, que as indústrias de maior porte procuram superar com a aquisição de grupos geradores para uso próprio. Adicionada à relativa deficiência dos nossos meios de transporte e aos altos fretes, a falta de extensão da energia a novas zonas vem determinando maior concentração industrial nas já servidas, fato êsse que vem trazendo consigo outras consequências que se refletem sôbre o maior custo da produção. Entre tais consequências, é de ressaltar-se a confluência de indústrias em zonas já densamente povoadas, o que provoca mais elevadas despesas de fabricação pelos mais altos salários e maiores tributos municipais.

49. Outro fator adverso, que se vem acentuando, é a atual situação que enfrentamos no intercâmbio com o exterior. O próprio caráter de essencialidade do abastecimento das matérias-primas e de máquinas para o equipamento de nosso parque industrial vinha obrigando, progressivamente, dentro da previsão para as importações, a maiores verbas para êsses dois itens. Já no ano de 1951, de um total de importações de 37 bilhões e 200 milhões de cruzeiros, foram destinados, sômente para equipamentos e aparelhamentos para indústria, a agricultura e o comércio, quase 14 bilhões de cruzeiros, e para as matérias-primas necessárias à produção industrial e agrícola, com exclusão dos combustíveis, pouco mais de 10 bilhões de cruzeiros.

Verificou-se nêsse exercício, para o país, só na balança comercial, um saldo devedor de 4 bilhões e 684 milhões de cruzeiros. Assim, em condições normais, as divisas auferidas pelas nossas exportações deverão ser consumidas com a simples importação de matérias-primas, equipamentos e combustíveis, com pequena sobra para os restantes produtos, tais como alimentos e artigos manufaturados para consumo direto. Não mais haverá saldo para o pagamento dos serviços e compromissos do país no exterior, custeados habitualmente pelo superavit da balança comercial. Ora, não podendo êsse pagamento deixar

de ser efetuado, a redução daquelas importações é de necessidade insuperável.

50. Um terceiro fator adverso ao ritmo atual do desenvolvimento da nossa indústria é o que se origina da dificuldade de obtenção de capitais para investimentos, à qual se alia a insuficiência do mecanismo de crédito para inversões. Essa insuficiência leva os inversores a recorrer a outros tipos de créditos, como os de natureza pessoal, que vêm onerados com taxas mais elevadas, não compatíveis com a natureza da aplicação e da própria operação, que é das que podem oferecer maiores garantias, como são as destinadas a investimentos industriais. São correntes as taxas de juros que, com as despesas financeiras da transação, excedem de muito a 12%, impossibilitando o aperfeiçoamento técnico ou criação de certas indústrias, pela rentabilidade baixa ou demorada que as mesmas oferecem na sua fase inicial.

51. Ainda um outro fator adverso pode ser visto na ausência de mais profundos conhecimentos tecnológicos, com que se processa uma grande parte de nossa expansão industrial. Esse desconhecimento torna mais onerosa a expansão, pelas perdas que ocasiona, sem levar em conta aquêles prejuízos decorrentes dos atritos desnecessários, resultantes do crescimento espontâneo e desassistido de diretrizes econômicas.

52. A progressiva agravação dos citados fatores adversos está indicando a necessidade de ficarmos atentos e estabelecermos prudentes cautelas na condução de nossa expansão industrial, a fim de obter-se melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, conservarmos pelo menos a mesma celeridade no ritmo de crescimento, visando, porém, a melhores resultados para a renda nacional e para a própria estruturação da nossa indústria. Evidentemente tais cautelas não têm o aspecto de normas para um planejamento impôsto pelo Estado e que fixe os quadros dentro dos quais dever-se-á processar o desenvolvimento dessas indústrias. Não constituem, também, um programa prefixado que, partindo dos recursos e elementos de produção

disponíveis, trace, em detalhe, a rota para inversões e utilização daqueles recursos, objetivando, de início, e em tempo previsto, quantitativos de produção considerados necessários para atingir determinados níveis de riqueza. Têm, antes, a significação de diretrizes, dentro das quais o Estado se deve orientar para os seus investimentos no setor da produção e bem assim na utilização dos estímulos e meios de incrementá-la pela iniciativa privada, para melhor aproveitamento da nossa limitada disponibilidade de capitais e de recursos no exterior, bem como de serviços técnicos e demais fatores de produção.

Visam, assim, a ensejar a melhoria dos padrões de vida, pois que esta depende da elevação da renda nacional, a qual por sua vez, resultará de mais abundantes investimentos em setores de produção e melhor aproveitamento dos outros fatores de ordem material e tecnológica. Visam, ainda, a concorrer para afastar os riscos que um desenvolvimento desequilibrado pode trazer, inclusive para o próprio destino da indústria. Fomentada, apenas, pela atração do maior lucro em certos setores, os capitais que para aí convergem sacrificam às vezes o desenvolvimento de outras atividades, das quais dependem quase sempre aquêles setores altamente lucrativos. O mesmo acontece com a mão de obra, que poderia vir a escassear em outras atividades essenciais à economia do país.

Agindo, portanto, o Estado com a necessária previsão e convenientemente orientado, poderá impedir ou evitar o eventual engarrafamento provocado por desequilíbrios ou deficiências que, não corrigidas em tempo, venham a sacrificar, não apenas o ritmo do desenvolvimento da economia do país, como também a própria normalidade da produção.

53. Dessa mesma ponderação resulta que as cautelas a serem adotadas pelo Estado, na assistência à indústria, devem desdobrar-se em dois planos: o primeiro, para assegurar a normalidade das atividades dos setores industriais existentes e dar ensejo a ser mantido o mesmo ritmo de expansão no crescimento desses setores; o segundo, para promover condições de estímulo ao desenvolvimento de setores novos, que dêem um melhor equilíbrio à estrutura econômica do país.

c) — **Manutenção do ritmo do progresso industrial**

54. A primeira cautela é, pois, a preservação do patrimônio industrial existente, que deve ser a base dos futuros empreendimentos.

Não há que indagar, nesta emergência, sôbre a maior ou menor essencialidade de um ou de outro setor industrial. A interdependência de todos é de tal forma orgânica, que o colapso eventual de qualquer dêles poderá aietar de maneira irremediável as possibilidades de sobrevivência de outros que se qualificam fundamentais, além de provocar repercussões varias sôbre o bem estar geral, pelos efeitos sociais, financeiros, fiscais e políticos que diretamente suscita.

Deve, pois, constituir preocupação imediata do Estado corrigir e desviar os fatores adversos atrás apontados.

Energia elétrica

55. O Conselho Nacional de Economia, conforme referimos no Capítulo II, já estudou o problema da escassez da produção de energia elétrica entre nós e se compenetrou da necessidade de se proporcionar maior estímulo à iniciativa particular nêsse setor da atividade, a fim de garantir sua ação criadora e intensiva.

Naquêlê trabalho recomendou a modificação da legislação em vigor, aliás em alguns pontos já distanciada do que dispõe a Constituição Federal, para o efeito de adoção de várias medidas convenientes ao estímulo da iniciativa particular. Impõe-se a adaptação da política desenvolvida pelos órgãos governamentais que atuam no setor da produção, transmissão, transformação e distribuição de energia elétrica às medidas recomendadas por êste Conselho, naquilo em que as mesmas se conformam com as disposições da Constituição Federal, antes mesmo que a lei ordinária venha a modificar a legislação em vigor. Assim se reduziriam, desde logo, as condições desfavoráveis que hoje comprometem inúmeras Emprêsas e se contribuiria para que, com maior brevidade, se expandisse a ação destas e

de outras, pelo interesse que os investimentos nas mesmas passarão a despertar no mercado de capitais no país.

Outra providência recomendável seria o estímulo ao aproveitamento da energia térmica, que pode ser obtida pela queima do carvão mineral nacional nas proximidades das minas existentes, quando outras razões técnicas não a contra-indicam, o que reduziria os vultosos investimentos exigidos pelas captações hidrográficas, e contribuiria para fortalecer a indústria extrativa do carvão de pedra.

Transportes

56. Entende este Conselho que, ao invés de se ter em primeiro plano de cogitações, no momento, um programa visando a dotar o país de um aparelhamento de transportes moderno, eficiente e completo, deve ser objetivo imediato acudir às necessidades prementes de equipamentos, e bem assim melhoria das condições técnicas e administrativas das vias-férreas, que asseguram o transporte das cargas entre os principais centros de produção e consumo. Essa, aliás parece ser a orientação que o Governo vem adotando. Cabe ao Conselho, apenas, lembrar as sugestões já formuladas no sentido de que o equipamento, em grande parte, seja produzido pela indústria nacional, inclusive no que respeita a vagões e certos tipos de locomotivas. As fábricas nacionais existentes estão aparelhadas para elevada produção, que está longe de ser integralmente aproveitada, apenas por dificuldades de financiamentos. As estradas de ferro não têm meios para comprar à vista ou a curto prazo, e os produtores não possuem recursos financeiros suficientes para realizar fornecimentos em bases de longo prazo. Os altos juros, os prazos e outras condições restritivas vigentes em nosso sistema bancário, entram também o financiamento pelos estabelecimentos particulares e nacionais de crédito. Em consequência, assiste-se a uma pressão constante, por parte de empresas de transporte, junto às nossas autoridades, para efetuarem importações de equipamentos e aparelhagem que aqui poderiam ser comprados, mas que, do exterior, vêm em condições de mais fácil pagamento.

O próprio desaparelhamento de certas estradas contribui para que não tenha conveniente escoamento, a frete baixo, combustível nacional, que assim deixa de ser usado em tais estradas e outros centros de consumo, em detrimento da evolução da nossa indústria extrativa e em prejuízo do melhor equilíbrio da nossa balança comercial. Também não implicaria em aumento de importações, senão em casos especiais e em volumes muito reduzidos, a melhoria das condições técnicas das nossas ferrovias, que, com mais favoráveis traçados, reduções de rampas, ampliações de raios de curvas, reforços de obras de arte, etc., poderiam ficar em condições de ampliar consideravelmente sua capacidade de transporte. Também a progressiva padronização do material ferroviário conduziria à possibilidade de um mais amplo aproveitamento desse material.

Balança de Pagamentos

57. As medidas adequadas à remoção das dificuldades, que o intercâmbio com o exterior vem oferecendo à expansão industrial, vão indicadas mais detalhadamente no capítulo IV desta Exposição. Convém, no entanto, observar que, a par das compressões indispensáveis na importação de bens de consumo menos essenciais e dos estímulos para expansão de nossas exportações, urge que se procure uma modificação na estrutura das próprias importações de equipamentos e matérias-primas. Para isso, não se recomendam restrições que poderiam pôr em crise, ou dificultar, as atividades normais de setores de produção já existentes. Ao contrário, conviria recorrer-se a estímulos que permitam o aparecimento e maior desenvolvimento de atividades produtoras, capazes de realizar essa modificação de estrutura.

Capitais e Créditos para Inversões na Indústria.

58. A própria antecedência com que na indústria caminham os investimentos sobre os seus resultados, isto é, sobre a produção, antecedência que chega, frequentemente, a ser de

vários anos, cria a contingência de uma concentração maior de capitais nas realizações industriais. O progresso tecnológico, oferecendo sempre equipamentos mais econômicos e eficientes que, embora mais custosos, proporcionam maior margem de remuneração para a unidade de capital investido, é outro fator que obriga a indústria a constantes solicitações de capital.

Essas solicitações são acrescidas das que se fazem necessárias para atender à multiplicação das iniciativas e à formação de maiores estoques de matérias-primas, impostos pelo próprio crescimento da produção e pelas dificuldades de abastecimento, decorrentes de fatores sazonais ou das formalidades burocráticas que se acentuam no setor da importação.

No que respeita ao capital investido em novas indústrias, é de notar-se que seu aliciamento se processou praticamente em círculos fechados, à margem do mercado constituído nas Bôlsas. (*)

59. As companhias de investimentos, entre nós formadas, poderiam concorrer para modificar essa situação e possibilitar afluxo substancial de capitais para os empreendimentos industriais de maior interesse e significação. Todavia, muitas dessas Companhias concentram-se no mercado imobiliário, contrariamente às suas finalidades estatutárias, tornando recomendável a conveniência de mais rígida fiscalização às suas atividades.

As Bôlsas Oficiais de Valores, em cooperação com essas organizações financeiras, poderiam incentivar consideravelmente o lançamento de ações nos mercados. Essa iniciativa poderia realizar-se através de um exame mais detido das empresas em geral, que se organizam sob a forma de sociedades anônimas, e da divulgação de resultados e peculiaridades meritórias da administração dessas empresas, a fim de estabelecer melhor conhecimento e mais adequado julgamento do valor dos investimentos.

Cabe, também, não perder de vista a falta enorme que tem feito ao país o afluxo de capitais originados do exterior. É uma

(*) — Pelas pesquisas da Bolsa Oficial de Valores de S. Paulo, essas Inversões atingiram a 11.828 milhões de cruzeiros em 1951, e até setembro do corrente ano, a 10.317 milhões, sendo que o montante das transações em títulos particulares, nas praças do Rio e S. Paulo, não ultrapassou 60 milhões de cruzeiros por mês.

realidade a cessação do fluxo de capitais estrangeiros para o país. Tanto em 1951, como em 1952, a quota de capital novo nas companhias dedicadas à produção industrial, energia e transporte, de que são titulares pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras, não chegou a 20% do total; sendo de notar, ainda, que perto de 90% dessa parcela resultaram de lucros auferidos no país.

60. O Conselho Nacional de Economia, com o fim de melhorar a situação da aplicação de capitais estrangeiros no território nacional, elaborou um anteprojeto de lei, onde, na justificação, se diz: "Até hoje o Brasil se ressentia de um estatuto que discipline os investimentos estrangeiros. A legislação existente regula, apenas a remessa de rendimentos e o retorno do capital. Cumpre, pois, examinar o assunto em conjunto e nos diversos aspectos que apresenta, a fim de conjugar o problema cambial com o tratamento de capitais estrangeiros, dentro de uma política geral de investimentos que seja conveniente à vida do país." (*)

Lembrou o Conselho, no referido trabalho, a conveniência do Governo entrar em acôrdo com outros países, no sentido de acertar melhor os encargos fiscais que pesam sobre os lucros de estrangeiros, produzidos no território nacional e, se possível, dividir as responsabilidades do risco cambial, com a instituição de fundos comuns de garantia.

Não é possível, depois de duas grandes guerras mundiais e sob ameaças de uma terceira, que se pretenda ver afluirem as correntes de capital privado, sem antes estabelecerem-se medidas especiais de segurança entre as duas nações: a exportadora e a importadora de capitais.

61. Enquanto não forem tomadas essas providências, que demandam tempo, o Governo poderia, desde logo, amparar os produtores nacionais, que estão em condições de receber auxílio financeiro do exterior e desenvolver atividades básicas para o progresso do país, assegurando-lhes a garantia de empréstimos que lá pudessem ser levantados. Esse sistema poderia

(*) — Revista do Conselho Nacional de Economia, maio de 1952, pág. 29.

ser tentado através o Banco de Desenvolvimento Econômico que, no país, se entenderia com as empresas, e no exterior com o Banco Internacional e outras entidades oficiais.

No que respeita ao regime creditício, urge maior deslocamento de recursos das carteiras de crédito pessoal para as de investimentos, adotando-se formalidades rigorosas, mas condições mais suaves do que as vigentes. O alto nível das taxas de juros vigorantes torna praticamente inviáveis, ou sujeitos a uma sobrecarga financeira que põe em risco o sucesso da iniciativa, os investimentos de maior vulto e complexidade técnica, dada a dificuldade da absorção dessa sobrecarga, pela demora que caracteriza, em tais casos, a superveniência dos resultados.

O fato corrente de serem usados, para as empresas industriais, créditos com taxas muito elevadas e prazos curtos, que oneram tais créditos com outras despesas, constitui um dos sérios fatores do alto custo da produção e da dificuldade de sua expansão, inclusive na concorrência internacional. Aliás, como estímulo a uma seleção nos investimentos particulares, deviam ser usadas taxas bem moderadas a par de condições mais suaves nas concessões de crédito.

Deficiência de conhecimentos tecnológicos

62. Não cabe entrar aqui no exame das condições que melhor assegurariam a maior produtividade por homem, associada à produção total do investimento. Deseja-se, apenas, destacar a contribuição que, dentro de uma política de estímulo ao nosso desenvolvimento industrial, pode prestar o Estado na eliminação das perdas determinadas pela ausência de melhor conhecimento de problemas técnicos.

Seria oportuno, no exame de casos concretos, a ponderação das disponibilidades de capital, de mão de obra e outros fatores de produção na região econômica em que se deva realizar o empreendimento, e bem assim as condições do mercado consumidor, objetivando o que se denomina a densidade ótima de capital por homem ocupado.

Seria recomendável, também, que o Estado promovesse a criação ou adaptação de órgãos técnicos, visando a assegurar assistência, não apenas tecnológica, mas, também, a relativa a problemas de organização e racionalização da produção. O primeiro passo nêsse sentido já foi dado com a celebração, em setembro último, do acôrdo brasileiro-americano de assistência técnica, como decorrência dos entendimentos ligados a execução do chamado Ponto IV. Todavia, dada a relevante necessidade dessa cooperação, no presente estágio de desenvolvimento industrial, a verba até agora prevista nêsse acôrdo, mesmo para a sua fase inicial, é insuficiente. Para obtenção de melhores resultados torna-se indispensável integrar nêsse programa os vários órgãos e estabelecimentos de pesquisa e ensino de que dispõe o país. Extremamente benéfico seria ainda que os escritórios, criados com essa finalidade, se aparelhassem para prestar informes úteis e atualizados sôbre as condições dos mercados fornecedores de equipamentos e matérias-primas e mercados consumidores dos nossos produtos industriais.

Tais medidas contribuiriam consideravelmente para que nossa expansão industrial atingisse mais elevados graus de rendimento e utilidade.

d) — Diretrizes para o desenvolvimento industrial

63. Tomadas que sejam as providências indicadas no item c), é de recomendar-se, em segundo plano, que o Estado, na distribuição dos recursos e estímulos ao seu alcance, adote, no fomento de novas iniciativas, critérios que envolvam a seleção dos empreendimentos, propiciando a verificação daqueles que irão contribuir mais eficazmente para um melhor equilíbrio da estrutura econômica do país. Serão assim destacados os que produzirão maiores rendimentos para as inversões, aumentando o volume de riqueza útil com o mesmo capital, ou contribuirão para melhorar os termos do intercâmbio com o exterior, ou, ainda, reforçarão a estrutura da indústria em benefício da segurança nacional.

A seleção prevista deve levar em conta as contribuições que cada um dos empreendimentos — cada qual de per si —

traz para que tais resultados sejam alcançados. Serão elas consideradas como elementos de preferência no exame de cada caso.

As preferências podem ser classificadas em dois tipos principais: de ordem interna e de ordem externa.

64. São de ordem interna, quando o empreendimento possa:

1) — atender a uma demanda ponderável no mercado interno, suficiente para justificar a iniciativa. Tal demanda, quando já ocorre além de certo limite mínimo (variável em cada caso), assegura, desde logo, a viabilidade do empreendimento industrial, pela fácil colocação que garante aos produtos a remuneração satisfatória dos capitais investidos, dispensando assim despesas complementares, de outra forma necessárias para a criação de um mercado consumidor. Sem mercado consumidor suficiente o empreendimento poderá ser até aventureiro, ou de viabilidade e sucesso incertos. Acentua o mérito dessa prioridade o fato de poder o produto ser vendido por preço menor do que já é habitualmente oferecido, tendo pelo menos a mesma qualidade dêste, especialmente se o preço base é o do mercado externo, caso em que as possibilidades de expansão da atividade são maiores e os seus resultados mais interessantes à economia nacional, justificando o enquadramento da iniciativa também na prioridade do item 5;

2) — objetivar a produção de um artigo (de equipamento ou de consumo), ou serviço, que seja necessário ao exercício ou desenvolvimento de outras atividades produtoras;

3) — concorrer para o aproveitamento de matérias-primas nacionais, de forma a expandir-se uma nova riqueza, até então, pouco ou não aproveitada;

4) — contribuir para a elevação do nível técnico de cada indústria, em particular, cooperando assim no desenvolvimento da indústria em geral.

Na consideração das preferências de ordem interna devem ser apreciadas, também, peculiaridades que tornam o investimento mais ou menos econômico, oportuno ou interessante ao organismo social. Entre elas estão o chamado prazo de maturidade (ou demora do início de produção econômica); a intensidade de produção do capital investido; a resistência do investimento ao desgaste ou depreciação; o vulto maior ou menor do investimento; a possibilidade de ser a indústria anexada a outra existente ou a ser criada, de forma a reduzir o custo da inversão e as despesas de administração; os efeitos do investimento sobre as rendas públicas e o progresso econômico de regiões menos desenvolvidas; a disponibilidade de recursos ou conhecimentos tecnológicos.

65. São de ordem externa, quando o empreendimento possa:

5) — objetivar a produção de um artigo cuja importação venha onerando a balança comercial do país, ou que tenha condições para concorrer com vantagens no mercado internacional, podendo ser exportado;

6) — não provocar remessas de lucros, retorno de capitais ou pagamento de "royalties" para o exterior;

7) — concorrer para a segurança nacional.

O investimento ideal seria aquele que viesse a acumular os pontos atribuíveis a todos esses itens, vindo em ordem decrescente de prioridade os que reunissem um número cada vez menor de pontos. Instituído que fôsse, porém, um sistema de preferência alicerçado em tais critérios, o número de pontos atribuíveis às prioridades de ordem interna ou externa deveria variar de acordo com a conjuntura, ou melhor, a pressão que, no momento, pudessem exercer sobre as diretrizes da industrialização as condições econômico-financeiras do país, e de seu intercâmbio com o exterior. Assim, quando, como agora acontece, a balança de pagamentos se revela desequilibrada, por motivos de longa duração, exigindo ação corretiva, inclusive pela política industrial, o número de pontos atribuíveis passa a ser maior

para as prioridades de ordem externa, isto é, em favor das indústrias que contribuirão para corrigir aquêlê desequilíbrio. Se, porém, a balança está equilibrada sem riscos de próxima flutuação, havendo relativa disponibilidade de divisas, pode-se alterar o critério para se dar preferência a setores da atividade industrial que objetivem melhor abastecimento do mercado interno, maior aproveitamento de matérias-primas nacionais, etc., devendo-se, assim, aumentar o número de pontos para as prioridades de ordem interna ou reduzir os das de ordem externa. (*)

66. Na atual conjuntura, a indicação primeira do rol de atividades industriais, cuja criação ou incremento se recomenda, está na balança comercial, cujo exame desde logo aponta os produtos industriais (especialmente matérias-primas) mais solicitadas em nosso mercado consumidor e que, em consequência, maior ônus em divisas vem trazendo a essa balança. Outra indicação resulta também do exame da demanda, nos mercados externos, de artigos cuja produção seja factível em nosso país, pela disponibilidade de matérias-primas de fácil acesso e serviços técnicos. O exame dessas duas fontes já fornece relação extensa de atividades industriais, (**), cuja criação ou desenvolvimento atuaria benêficamente sôbre o equilíbrio de nossas relações com o exterior e a própria estrutura da indústria nacional. Sôbre elas poderia ser aplicado o sistema de preferências atrás descrito. A poupança de divisas, ou o aumento nestas verificado como resultado dos sucessos obtidos nêsses empreendimentos, bem assim a própria expansão eco-

(*) — Exemplificando, poderíamos indicar que, no momento, as prioridades de ordem externa poderiam valer em conjunto 60 a 90 pontos (cada item a menos, seriam menos 20 ou 30 pontos) e as de ordem interna apenas 40 pontos em conjunto. O empreendimento de maior prioridade deveria reunir 100 pontos na 1.^a hipótese ou 130, na segunda. Cada item não atendido pelo empreendimento na ordem interna seriam 10 pontos a menos. Mudada que seja a situação da balança de pagamentos, a atribuição de pontos poderia ser modificada para uma situação de equilíbrio entre as prioridades de ordem interna e externa, ou favoráveis às primeiras, conforme as maiores conveniências da Nação. Assim, as de ordem interna poderiam passar a valer em conjunto 80 a 120 pontos, ou, então, as de ordem externa reduzir-se a um valor de 30 pontos em conjunto.

(**) — Vêr Anexo III, IV e V.

nômica por êles provocada, tornariam menos remotas e mais viáveis outras iniciativas de maior vulto e complexidade. (***)

e) — Localização das Indústrias

67. No desenvolvimento dessa política, êsse ponto não deve ser descurado, pela relevância que assume dentro do empenho de estimular e ordenar a expansão industrial. Sem a presença de uma ação do Estado, a localização das indústrias se processa normalmente sob a influência de dois grupos de fatores principais, que influem no interesse do empreendedor:

- a) — fatores peculiares ao mercado de consumo;
- b) — fatores que influem sobre a produção.

Entre os primeiros, destacam-se o volume da procura e o custo da distribuição. Quando o volume da procura torna-se considerável, o problema do transporte tende a dificultar a expansão da indústria (“engarrafamento”), até um ponto em que esta se vê na contingência de aproximar-se do mercado consumidor, a fim de poder abastecê-lo a contento, instalando aí uma seção, filial ou estabelecimentos de maior amplitude. Nessa oportunidade, o empreendedor dispõe-se a enfrentar os fatores adversos que à sua atividade possam existir nesse mercado, como: deficiência de energia elétrica, abastecimento de água, etc., tomando providências drásticas ou de custo elevado, (instalando geradores, construindo poços tubulares, etc.) que resolvem em definitivo essas dificuldades. Somente assim poderá superar a concorrência. Também a redução do custo da distribuição dos produtos, em certas atividades, especialmente aquelas produtoras de artigos de largo consumo, influe decisivamente, às vezes, na instalação dos estabelecimentos fabris junto ao mercado de consumo. Essa economia, acrescida da maior facilidade que assim se obtém na distribuição, compensa,

(***) — Quanto aos estímulos utilizáveis para alcançar êsses resultados, não se diferenciam êles dos que têm sido recomendados em várias oportunidades e, ainda recentemente, foram relacionados em trabalho apresentado à Comissão de Desenvolvimento Industrial pela sua 2.^a Sub-Comissão.

Tais estímulos, notadamente os relacionados como de ordem específica nesse trabalho, contribuirão para um selecionamento nas inversões particulares, encaminhando-as para os setores mais interessantes e mais propícios à ocorrência dos resultados visados por uma política de desenvolvimento industrial harmônico e equilibrado.

não raro com largueza, os ônus que essa proximidade provoca com frequência pelos acréscimos de tributos, custo de mão de obra e outras despesas peculiares aos grandes centros consumidores.

68. No 2.º grupo de fatores, dos que influem sobre a produção, destacam-se:

- a) — a proximidade da matéria-prima básica;
- b) — proximidade de serviços públicos, inclusive facilidades de transporte para o abastecimento normal da empresa e distribuição de seus produtos;
- c) — disponibilidade de energia;
- d) — abundância de mão de obra, inclusive a especializada e técnica;
- e) — clima e outras circunstâncias geográficas, inclusive abundância de água;
- f) — despesas indiretas (tais como impostos e com investimentos não produtivos, construções novas, etc.).

Os referidos fatores variam de importância em cada caso. A proximidade da fonte de matérias-primas às vezes é decisiva, enquanto que, noutras vezes, é a disponibilidade de energia elétrica ou as condições ecológicas ou ainda a abundância de mão de obra, que toma caráter predominante. Geralmente, porém, é a ponderação de dois ou mais desses fatores em conjunto com os peculiares ao mercado de consumo, que indica ao empreendedor a localização mais conveniente. Isso porque a ocorrência de um ou mais fatores em condições adversas tanto pode impor ao empreendedor a necessidade de um acréscimo nas suas despesas de investimento (acréscimo que, às vezes, torna até anti-econômico o empreendimento), como implicar uma elevação no custo de produção, que coloca fora de concorrência normal o artigo a ser produzido.

69. De maneira geral, a importância dos fatores, quando adversos, do 2.º grupo, é suscetível de ser modificada por uma ação do Estado que, com medidas adequadas e conveniente-

mente planejadas, pode transformar essa condição, quer mino-
rando-a, quer suprimindo-a definitivamente. É importante que
isso seja possível, porque a maior produtividade e mais elevada
rentabilidade de uma indústria interessam ao Estado. Como,
porém, esse interesse engloba não apenas um caso, mas o de
todo o parque industrial, bem assim outros problemas da cole-
tividade onde a atividade nova se instala, surge, dentro da al-
çada disciplinadora do Estado, um 3.º grupo de fatores, onde
se alinham também razões de ordem política e social.

São êles:

- 1) — proteção do parque industrial e da coletivida-
de que o rodeia contra riscos de guerra e, no
caso de indústrias vitais, contra sabotagem;
- 2) — descongestionamento das capitais e dos gran-
des centros urbanos, para melhor funciona-
mento dos serviços de interesse coletivo e não
agravamento de problemas locais;
- 3) — desenvolvimento econômico de regiões poten-
cialmente ricas;
- 4) — elevação do padrão de vida de certos grupos
da coletividade.

70. Os fatores do 3.º grupo beneficiam e facilitam a pró-
pria expansão do parque industrial do país, mas habitualmente
deixam de ser levados em conta pelos empreendedores, dada
a maior pressão que, sobre o interesse particular dos mesmos,
exercem os dos outros dois grupos. Não obstante visem também
a assegurar maior solidez à estrutura industrial, aumento de
bem estar social, mais eficaz proteção, melhor aproveitamento
e mais equilibrado desenvolvimento da riqueza nacional, não é
recomendável que para atendê-los o Estado contrarie os dos
1.º e 2.º grupos, o que poderá dificultar seriamente a expansão
da indústria. Ao orientar sua política, o Estado deve procurar
modificar, quando necessário, a pressão adversa que os fatores
dos outros grupos possam exercer sobre o empreendedor. Como
realizar essa modificação, é ponto de estudo para um plane-
jamento, oportunidade em que, conforme a importância e a

natureza do empreendimento, o Estado deve decidir sobre a conveniência da sua instalação na proximidade de centros urbanos, ou de outras regiões, devendo neste caso concorrer para criar nestas os serviços e as condições que correspondam favoravelmente aos fatores do 2.º grupo.

Independente da hipótese de um planejamento, deve estar presente que, à base do diagrama para a ação do Estado no problema da localização de indústrias, alinham-se fatores políticos e sociais, sobrevivendo a seguir os peculiares ao mercado de consumo e os que influem sobre a produção. Essa ordem, porém, não significa exclusão dos que seguem em benefício dos primeiros, mas simples precedência pela qual o Estado, ao realizar medidas estimuladoras visando ao melhor desenvolvimento das atividades industriais, deve em cada caso, sempre que seja possível, modificar os fatores dos 1.º e 2º grupos, fazer cumprir os do 3.º.

CAPÍTULO IV

POLÍTICA COMERCIAL

71. Ao considerar a íntima ligação, no campo das operações de comércio, entre as trocas interiores e o mercado internacional, verifica-se desde logo a pronunciada influência d'este último sobre o crescimento da economia nacional. Convém, pois, destacar as diretrizes a seguir na política de comércio exterior, perante o quadro da atual situação econômica e financeira.

São, além disso, evidentes as repercussões de tal política nos demais setores. No da produção agrícola, os dois problemas que desafiam os nossos estadistas, conforme assinalamos no Capítulo I, o da produção e o da produtividade, requerem soluções que tanto podem ser aceleradas como retardadas pela situação de nosso intercâmbio, e pelas medidas que se lhe applicarem.

A expansão de nossas indústrias, que irá concorrer para facilitar, a seu tempo, o equilíbrio entre a nossa importação e exportação, contraria na atualidade esse mesmo equilíbrio, dada a necessidade de importar, ao lado dos crescentes suprimentos para as indústrias nascentes ou já existentes, os próprios equipamentos para essas indústrias.

Quanto às repercussões do comércio exterior sobre o setor monetário, basta recordar as perturbações que, no atual momento, afligem as regiões cuja produção destinada à exportação está retida, o que faz baixar as disponibilidades em cruzeiros e crescer o apêlo insistente ao crédito bancário, sem que essa depressão em áreas insuladas traga algum melhoramento nos custos de produção, ou deslocamento de iniciativa ou trabalho para outras atividades locais de melhor rendimento. A reação imediata é a saída de mão de obra de maior eficiência e o depauperamento dos elementos humanos remanescentes.

72. De uma oportuna e racional política de intercâmbio devem, pois, decorrer, não sômente o melhoramento da situação futura mas o da atual, nas diversas regiões e setores da vida nacional. A organização administrativa destinada a comandar ou orientar a política comercial seria, por consequência, nesta altura de nosso desenvolvimento, de uma importância excepcionalmente decisiva.

Mas qual é realmente a necessidade a atender? A de uma política comercial **planejada** ou **prefixada** em suas linhas gerais? A de um novo órgão que concentre os elementos esparsos que se distribuem a responsabilidade de sua execução? A da articulação dos existentes? É ao que procuraremos responder em conclusão a êste capítulo.

PROBLEMAS DE EXPORTAÇÃO

73. O quadro geral da exportação e os particulares dos produtos mais significativos, de 1947 a 1951, justificam algumas observações (*). O primeiro fato a assinalar é o pequeno aumento no volume de nossa exportação, ao mesmo tempo que um aumento pronunciado no seu valor médio, até 1951. O segundo é a queda do valor médio, a partir de 1951, e a consequente redução do volume de alguns artigos, a qual atinge em certos casos ao quase total desaparecimento.

O terceiro fato característico a notar é a participação, crescente, mas ainda moderada, de um grupo de produtos fora dos dominantes, no volume exportado.

O quarto é o menor interêsse de certos mercados, que não o dos Estados Unidos, por alguns artigos em cuja exportação lhes cabia a predominância, e a reentrada da Alemanha Ocidental e da Austria.

O quinto é a situação da Argentina no seu intercâmbio com o Brasil.

Convém detêrmo-nos em cada um dêsses pontos.

(*) — Vêr Anexos VI.

a) **Desproporção entre o crescimento do volume e o do valor médio**

74. A explicação cabível, no caso geral da discrepância entre o volume e o valor médio dos produtos exportados, é, em linhas gerais:

- a inflação nos mercados exteriores, pelas decorrências da guerra passada e dos preparativos de uma futura guerra eventual, elevando os preços em geral;
- o insuficiente suprimento de matérias-primas e alimentícias nos países da Europa, no período de reconstrução;
- a limitação da oferta, por motivos variados, e peculiares a cada produto;
- a dificuldade de ser mantida uma relativa linha de fixidez nas disponibilidades exportáveis dos produtos da agricultura.

75. Alguns são próprios do setor agrícola, e já foram examinados no capítulo a êle referente. Outros de ordem exterior, merecem ser aqui considerados mais detidamente.

Os três mais significativos artigos de exportação, café, algodão, cacau, — e alguns outros, que nela influem esporadicamente, arroz, milho, estão especialmente sujeitos às variações de produção inerentes a condições meteorológicas, pragas, conservação, etc. Daí decorre a necessidade de certas medidas, que levem em conta a fragilidade específica de nosso contingente exportável, e compensem racionalmente os seus efeitos, na inevitável oscilação das disponibilidades. Convém regularizar quanto possível o fluxo da remessa de mercadorias para os mercados exteriores, por motivos, não só de segurança na posição nêles conquistadas, mas de normalização no suprimento de divisas acima de um nível mínimo previsível.

Para tal regularidade, muito concorreriam as providências indicadas no Capítulo I. Podemos sugerir outras, tendo em mira especialmente o comércio exterior.

76. As quotas de produção para os produtos agropecuários de exportação são de utilidade evidente, em épocas de abundância como nas da escassez, e devem ser acompanhadas, no primeiro caso, de medidas de defesa contra a queda excessiva dos preços, e, no segundo, de prêmios para o aumento da produção e da produtividade em prazos predeterminados. A regularização que se possa alcançar assim, ainda que imperfeita, é preferível aos efeitos de uma competição individualista inteiramente livre, e, além dos efeitos imediatos na atenuação das crises de curto período, tem a seu favor o promover a educação do produtor, e despertar o seu aprêço à racionalização e à produtividade. Sem que seja necessário criar novos Institutos, as culturas ou atividades extrativas que não estejam sujeitas ao contrôle de órgãos autárquicos dêsse tipo poderão ficar disciplinadas, se o sistema cooperativo e o de crédito rural agirem adequadamente por meios indiretos, que estimulem e desenvolvam a iniciativa e melhorem o padrão cultural do homem do campo.

A forma adotada no Brasil de fazer presente a ação disciplinadora do Estado por meio dos Institutos, que foram rapidamente abarcando os produtos de maior significação, seria possivelmente a mais prática quanto à sua criação e em seus efeitos imediatos. Mas, se já exerce uma salutar influência educativa nos produtores rurais, não deixa de obstar a evolução dessa classe, e de tirar-lhe o incentivo a reduzir o custo de produção, pois a posição paternalista do Governo, é, de certo modo, entorpecente.

77. Seria de desejar, no Brasil, a evolução dos Institutos para Associações de produtores — do tipo de cooperativas — assistidas pelo Estado, à medida que fôsse progredindo o sentimento da responsabilidade e o pendor associativo, entre êles ainda rudimentar. Nêsse rumo, é da maior oportunidade o movimento de intensificação associativa dos elementos rurais, que prepara o homem, à medida que lhe dá assistência técnica e financeira, para que assuma a multiforme direção do trabalho rural.

Conforme acentuamos no Capitulo que trata da politica agro-pecuária, é esse um dos mais necessários e urgentes campos de ação para uma politica econômica de base, e para o qual está, com justa orientação, voltada a atenção dos Poderes Públicos.

78. As taxas sobre produtos da agro-pecuária; a serem lançadas de forma flexível por um órgão competente, seguindo a orientação que convenha à conjuntura, podem servir a fins de regularização de preços dentro de limites moderados.

O tratamento das pequenas oscilações pelos recursos de um fundo de compensação, como existe no Instituto do Açúcar e do Alcool, por exemplo, faz parte de um sistema racional de controle, pelo qual o próprio produto paga a segurança e a tranquilidade do produtor.

Mas as grandes depressões parciais, tal como as gerais, necessitam de tratamento em amplitude e profundidade, inaccessível à massa de recursos financeiros oriundos de uma taxa que não pode deixar de ser limitada.

79. O serviço de fiscalização da exportação de produtos agro-pecuários exige cuidados especiais, e, para sua melhor eficiência, é digna de todo o apoio a recomendação formulada na Primeira Reunião promovida recentemente pelo Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, para que seja criada, nesse Serviço, a Secção incumbida da referida fiscalização, adequadamente aparelhada em vista da especialização técnica necessária. É também medida indispensável tornar efetiva a exigência do **certificado de fiscalização de exportação** para o desembaraço do produto destinado ao exterior e para o financiamento garantido pelo Governo, bem como a identificação dos tipos nas embalagens conforme a classificação constante do certificado. Por motivos de outra natureza, não poderá deixar de ser prevista, para a obtenção de favores de financiamento e outros, a obrigação da conservação das fontes, como por exemplo o reflorestamento.

O Ministério da Agricultura terá de ficar suprido de um corpo de funcionários especializados em classificação e controle, e de instalações apropriadas ao fim.

A economia do país não pode sofrer as consequências da deficiência de contróle, de que resultaria a desmoralização do produto e o descrédito profissional dos próprios exportadores, além de ensejar procedimentos de concorrência desleal entre estes.

b) Desequilíbrio entre os preços externos e internos

80. Os dados do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, relativos aos anos de 1951 e 1952, permitem-nos verificar a súbita mudança de sentido das curvas das quantidades e dos valores médios de nossa exportação neste último período. Com exceção do café, que se mantém em linha de estabilidade, os demais produtos passaram a sofrer de uma geral queda de preços nos mercados exteriores, coincidente com a elevação de custos no mercado interno, que não é senão o efeito retardado da situação inflacionária anterior, que se prolonga ainda. As duas curvas cruzaram-se, resultando daí que os artigos de exportação não encontram escoamento, salvo pela válvula das compensações. (*)

81. Caminhando paralelamente, mas em sentido contrário, à baixa de preços nos Estados Unidos dos principais produtos de consumo, observa-se, do lado do Brasil, a alta dos mesmos produtos. Lá, a situação tem sido controlada por medidas anti-inflacionárias, de modo tão eficiente quanto desejável e as previsões pessimistas dos economistas não se confirmaram. Aqui, a prosperidade aparente, trazida pela inflação, produz a miragem de uma próxima futura melhoria de preços, que os acontecimentos vão desmentindo. A estabilidade conseguida nos Estados Unidos nos distanciou ainda mais do ponto do equilíbrio, do qual já nos afastávamos pela nossa expansão econômica incontrolada e desarmada de medidas preventivas.

(*) — A disparidade entre os preços externos e internos de alguns produtos que hoje se encontram entre os chamados "gravosos" ressalta de forma indiscutível do quadro em anexo, (Anexo n. VI) em que foram reunidas as cotações médias trimestrais, nos mercados internacional e nacional, de alguns produtos característicos de nossas economias regionais. Com a única exceção do sisal, cujo preço interno há muito excedia a cotação internacional, todos os demais passaram à categoria de gravosos no decorrer do ano de 1950. Assim, o pinho e a cêra de carnaúba tornaram-se gravosos a partir do 2.º semestre de 1950, o arroz e a fécula de mandioca a partir do 1.º semestre do mesmo ano.

As perturbações daí resultantes refletiram-se profundamente na economia das regiões produtoras do país. Mas não deixaram de refletir-se também sobre a balança comercial, cujo equilíbrio ficou a cargo da exportação do café.

c) Diversificação de produtos na exportação

82. Vem de muitos anos a preocupação dos economistas brasileiros da necessidade de diversificar a gama de nossa exportação, a fim de corrigir a fragilidade de uma economia por demais dependente da oscilação no mercado mundial de três produtos dominantes: o café, o algodão em rama e o cacau. Cessada a procura para abastecimento de guerra, desde 1939, e a que se seguiu em consequência à expedição da Coréia, cujo efeito já se vai atenuando, retrogredimos, em lugar de melhorar. No quadro que se segue, vê-se que, em valor, a exportação dos três artigos está, de 1941 a 1951, entre 73 e 76 por cento do total, o que espelha uma situação inferior à de 1930 e de 1948.

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA

PERCENTAGEM DOS TOTAIS

PRODUTOS	1933		1948		1949		1950		1951	
	Tone-lagem	Valor								
Café em grão	26	45	23	42	31	58	23	64	20	60
Algodão em rama	7	18	6	16	4	10	3	8	3	12
Cacau em amêndoas ...	3	4	2	5	4	5	3	6	2	4
(a)-b)-c)	36	67	31	63	39	73	29	78	25	76
Diversos	64	33	69	37	61	27	71	22	75	24
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Conferência do Prof. José Nunes Guimarães, na Escola Superior de Guerra em 1952.

83. Considerando a inelasticidade da produção do café e do cacau, em relação aos preços atuais, e a redução do escoamento do algodão, convém refletir no seguinte:

- 1.º — não é de prevêr substancial aumento na exportação do café e do cacau, nos próximos anos;
- 2.º — os outros nossos poucos produtos não são suscetíveis de contribuir, por motivos diversos, com

grandes quotas na composição de nosso intercâmbio;

- 3.º — além dos Estados Unidos, as áreas para a absorção dos nossos produtos não nos apresentam perspectivas de próxima ampliação.

Restam-nos, pois, algumas medidas parciais, já que em seu conjunto a situação se apresenta rígida; e, por fim, a adoção de mudanças estruturais, de mais lenta execução.

A exportação de minerais depende dos seguintes fatores principais:

- a) — a possança e acessibilidade de nossas jazidas;
- b) — a procura mundial;
- c) — os meios de transporte disponíveis;
- d) — o teor dos minérios e os preços que, segundo este, podem ser alcançados;
- e) — capitais e técnica.

Nem todos esses atributos nos são favoráveis. Para com alguns deles, o objetivo de um aumento do “quantum” exportável pode ser apenas em parte satisfeito, nas atuais condições, notadamente com o manganês, o minério de ferro. (*)

84. No que se refere ao minério de manganês, as nossas exportações vêm decrescendo desde 1949, atingindo no ano passado apenas a 119.900 toneladas. São plenamente justificáveis as restrições a essa exportação no momento, pois as jazidas de Minas Gerais, donde provém todo o que estamos consumindo e exportando, devem ser reservadas para a siderurgia nacional, que esgotará integralmente o de mais alto teor antes do fim deste século, caso não se descubram novas.

Restam-nos as jazidas de Amapari, no Amapá, avaliadas até agora em 10 milhões de toneladas, e as de Urucum, em Mato Grosso, calculadas em 34 milhões. Aquelas, prestes a serem trabalhadas intensamente pela Bethlehem Steel Corporation, só começarão a produzir em 1954 e não terão longa duração segundo os cálculos atuais. Delas podemos esperar cerca de 3 milhões de dólares por ano, a partir de 1955, para reforço de nossa balança comercial.

(*) — Vêr Anexos VII e VIII.

A de Mato Grosso depende de soluções urgentes, para que seja explorada de modo intenso, com as possibilidades de transporte e aproveitamento indispensáveis, contribuindo para minorar a escassez de divisas fortes.

85. Resta examinar o minério de ferro, em sua posição no Brasil e no mundo.

Em 1951, os Estados Unidos da América, para produzirem 105 milhões de toneladas de aço, utilizaram 140 milhões de toneladas de minério de ferro, das quais somente 10%, ou 14 milhões, foram importadas. Para esse último total, a contribuição do Brasil foi apenas de 940 mil toneladas, ou 6,7%. Os 93,3% restantes provieram de jazidas do Canadá, da África Ocidental, do Chile e da Noruega.

Segundo cálculos recentemente publicados pela O.N.U., a produção mundial de aço, em 1953, atingirá a 266 milhões de toneladas, das quais 20,7% serão produzidas pelos países na órbita da Rússia Soviética.

A produção dos Estados Unidos, para o ano próximo, é estimada em 117.700.000 toneladas.

A importação americana de minério de ferro, no entanto, aumentará muito mais rapidamente do que a sua produção de aço, pois as reservas de alto teor que esse país possui estão em vias de extinção. Explica-se, assim, porque as grandes organizações siderúrgicas negociaram concessões de lavra e de exportação em vários países. Delas as mais importantes, pela boa qualidade do minério (Fe 60 a 65%), pela quantidade anual exportável (12.400.000 t.), pela proximidade do litoral (60 Km) pela distância do porto americano de destino (2.150 milhas), pelas reservas comprovadas (1.300.000.000 t.), pela vida provável das jazidas (100 anos) e pelo total dos investimentos (US\$ 250.000.000,00) são as da Venezuela, que estão sendo exploradas pela "Iron Mine Co." (subsidiária da "Bethlehem Steel Corp."), e pela "Orinoco Mining Co." (subsidiária da "U. S. Steel Corp.").

Tôdas as demais jazidas abastecedoras da siderurgia americana, com a única exceção das norueguesas, têm vida limitada a períodos que vão de 5 a 20 anos, em face dos respectivos coeficientes de mineração e de exportação.

Tudo indica, portanto, que neste decênio as necessidades americanas estarão plenamente atendidas, pois as aludidas fontes de suprimento, exclusive o Brasil, podem fornecer, anualmente, 50 milhões de toneladas de minério de ferro de alto teor.

86. A nossa via de exportação de minério de ferro, a Estrada de Ferro Vitória-Minas, atingirá, provavelmente ainda em 1952, a sua atual capacidade máxima de transporte ... (1.500.000 t. por ano). Caso a Cia. Vale do Rio Doce conclua rapidamente a segunda fase de seu programa de expansão, a mencionada ferrovia atingirá, em 1956/57, o total anual exportável de 3.000.000 t., que parece ser o limite das possibilidades da Estrada e de seu pôrto especializado.

87. A Estrada de Ferro Central do Brasil não poderá contribuir para um aumento importante na exportação de minério, nos próximos anos, mesmo que se apresse a execução dos melhoramentos projetados nas linhas e se construa o projetado pôrto de Itacurussá.

Assim sendo, não é possível ao Brasil aumentar substancialmente suas exportações de minério de ferro depois de atingir o total de 3.000.000 t., pois teremos então alcançado o provável ponto de saturação das nossas possibilidades de transporte.

De fato, do minério de ferro exportado pelo Brasil, em 1951 a contribuição da "Vale do Rio Doce" foi superior a 95%. Essa predominante posição se manterá nos anos proximos futuros, como é fácil de prever.

Ora, sendo do programa da Cia. Vale do Rio Doce atingir, em 1956/57, uma exportação anual de 3 milhões de toneladas, nossas possibilidades de aumento de exportação de hematita limitando-se a 1 ou 2 milhões, anualmente, nos anos que se seguirem ao da consecução do objetivo final da citada Companhia, poderemos esperar um aumento anual de 20 a 40 milhões de dólares na nossa exportação.

88. As limitações à quantidade exportável, a sujeição às linhas ferroviárias e ao custo do transporte do minério de ferro, bem como seu baixo preço de mercado e dependência da na-

vegação, reduzem o contingente que possa dar à nossa balança de comércio a pouco mais de 50 ou 60 milhões de dólares por ano, em 1960, na base do preço atual.

Pouco podemos esperar de outros itens menos significativos do nosso setor mineral. Quanto ao vegetal, nem a laranja, atualmente em crise de produção, nem o babaçú, cuja exploração depende de providências preliminares indicadas no plano apresentado por este Conselho, nem as fibras e óleos vegetais, terão capacidade para um crescimento ponderável, dada a sua baixa representação no nosso intercâmbio. Com a mudança da política cambial, a situação será, sem dúvida, atenuada.

Outros elementos surgirão com o tempo, e entre eles convém não esquecer os produtos de novas indústrias, que excedam do nosso consumo, e que dependerão da rapidez com que se processar o movimento evolutivo, já iniciado, da nova etapa da nossa industrialização.

a) Rumos da política européia de importação

39. O quadro da nossa exportação dos últimos anos sugere ainda outra ordem de conclusões quanto às perspectivas do mercado europeu para os produtos tropicais, que eram a base de nosso comércio com o velho Continente. Cerceado pela limitação das áreas monetárias e pelas trocas bilaterais, o intercâmbio com os países europeus não se restabeleceu ainda em correntes fixas, e não tem outro ponto de apóio além do café.

Para uma perspectiva do que nos é dado esperar nos próximos anos, convém detêrmo-nos na visão da atual fase da economia desses países em seu conjunto.

Tanto quanto nos é dado conhecer, a reconstrução e a renovação industrial da Europa atingem à fase final. O impulso dado pelo Plano Marshall, e em seguida pelo Ponto IV, já produziu os esperados efeitos, e notam-se sintomas econômicos e políticos de uma certa despreocupação pela continuidade de tais tipos de auxílios. Na França, na Grã-Bretanha, na Alemanha Ocidental, surge uma nova forma de nacionalismo, que supõe a consciência, bem ou mal fundada, da capacidade nacional de resolver os seus próprios problemas. Temos motivos

para supôr que isso não dê para afrouxar verdadeiramente os laços de união de interêsse entre cada uma dessas nações e os Estados Unidos, como parece insinuar ou deseja aproveitar a evolução da política soviética. Mas pode conduzir a uma revivescência do espírito de autarcia, autosuficiência, defesa contra a concorrência do exterior, formação de blocos econômicos, comércio bilateral, quadro êsse que defrontamos depois da Primeira Guerra Mundial.

Nos nos conviria uma sociedade internacional dêsse tipo, pois que teríamos que aumentar, e não reduzir, a força de penetração de nossos produtos. É sabido que a preocupação da autarcia econômica, como objetivo a longo têrmo, debilita o comércio internacional, e diminui a quantidade de recursos a dividir. É causa de empobrecimento generalizado. Produz as rivalidades e fomenta o isolacionismo agressivo. Mas, dentro do período de alguns anos, temos a receiar da divisão do comércio em setores, ou áreas preferenciais.

90. Cabe aqui examinar alguns fatos que se ligam a essa prevenção.

Seguindo a marcha natural do consumo em todos os povos, especialmente nos de maiores recursos e elevação cultural, a Europa tende a absorver cada dia mais produtos primários, que, na sua maior parte, lhe vêm de outras regiões, e, de preferência, das tropicais.

Os Estados Unidos e o Canadá, pela sua situação geográfica, seguem o mesmo caminho. Assim sendo, em largos períodos para o futuro, as zonas tropicais não correm o risco de perder sua importância como fornecedora de uma série crescente de produtos.

Mas é essa mesma perspectiva que pode afetar a nossa exportação. Porquanto, nada mais lógico, do que o esforço dos países da Europa, contando com regiões sob alguma forma de dependência política, na África e na Ásia, para as subsidiarem, com seus investimentos e comércio preferencial, na produção de matéria-primas que lhes garantam a continuidade de suas indústrias. Mas resta saber como podem, ou querem, tais regiões responder ao apêlo e incentivos que lhes vêm de lá. Só

a longo termo seria provável o êxito da política de desenvolvimento dessas regiões.

O progresso das regiões africanas e asiáticas depende, em grande parte, do montante dos capitais que aí foram invertidos, das crescentes e prolongadas remessas de tôda a sorte de recursos, (*) e, também, da capacidade de desenvolvimento dos seus elementos físicos e humanos. Há ainda a considerar, em certo número de casos, as resistências políticas e os choques de culturas, particularmente na Ásia. Comparadas essas condições com as do Brasil, é evidente a vantagem do lado do nosso país, quanto à natureza, recursos em combustíveis, produtividade individual e segurança política. A longo prazo, bastaria que as inversões fôsem de igual porte, para que cedo nos distanciássemos em termos de progresso.

Mas, limitando-nos aos próximos futuros anos, não seria razoável subestimar a concorrência da produção africana em alguns artigos tropicais, tal como não podemos esquecer o que nos sucedeu com a borracha, no Oriente, e, mais recentemente, com o cacau na Costa do Ouro.

e) Observações sôbre o caso particular do café

91. O nível elevado a que chegou o preço do café é um estimulante, não apenas para a extensão das áreas de cultivo no Brasil e América Latina, mas para as regiões africanas em que o solo e o clima favoreçam a produção.

Se é exato que o café arábico tem, pelo menos nas atuais condições, limitadas áreas de adaptação nas encostas das montanhas, especialmente na África Central inglesa, e que se avaliam suas possibilidades em não mais de um milhão de sacos, resta ainda a concorrência do café robusta. Os atuais preços têm favorecido o acréscimo do consumo desse tipo, que poderá ainda ser aumentado não só na Europa, onde o público é menos exigente e onde as tarifas restringem o consumo popular, mas ainda nos Estados Unidos.

Nesse país, inventam diariamente processos de substituição de todos os tipos para as matérias-primas de importação, e se

(*) — Ver Anexo IX.

prática incoerentemente a nova forma de política mercantilista, que é a dos sucedâneos dos produtos naturais das outras regiões, para os quais, no entanto, terão de exportar grande parte do excesso da produção industrial.

A política colonial européia tende a delimitar áreas de abastecimento de matérias-primas indispensáveis, e a isolar mercados preferenciais de grupos de países, como processo de defesa contra a concorrência da maior produtividade dos Estados Unidos.

92. O único meio de enfrentar esse conjunto de obstáculos à sustentação do ponto de vanguarda do café brasileiro no mercado internacional, e, especialmente, no dos Estados Unidos, é manter um preço equilibrado, que não incentive ao consumo de produtos inferiores ou substitutos, e, também não estimule dentro do Brasil, a preferência por uma produção cuja única vantagem é a de sua posição monopolista no mundo, aliás precária. Não estamos revelando nenhum segredo aos nossos economistas e homens da agricultura, ao afirmar que o reinado do café é efêmero, porém a sua sucessão difícil. E se há produção que esteja exigindo um esforço nacional em bem da produtividade crescente, por meio da seleção das terras e climas, processos de cultura, alto padrão de qualidade e organização comercial, é sem dúvida o café.

Não se pode, porém, apesar da relativa estabilidade de procura nos próximos anos, contar com o reforço de sua exportação segundo a estimativa da safra de 1952/1953; e a situação geral das plantações não nos dá base razoável para prover a um acréscimo substancial nos dois seguintes.

93. Paralelamente à perspectiva de que estamos praticamente numa fase de estabilidade na produção do café, no Brasil, na América Latina, e mesmo nas demais regiões apropriadas à sua cultura, vemos que o consumo mundial se acha contido de diversas maneiras. Na Europa, medidas de defesa cambial, tarifas de importação elevadas, misturas, os efeitos da recente alta nos preços, além da atitude discriminatória em favor das colônias, são obstáculos ao maior consumo de uma bebida considerada não essencial.

Nos Estados Unidos, antes de 1950 — ano que corresponde à subida repentina do preço que, longamente contido pelos estoques brasileiros, se aproximára do nível já atingido pelos outros bens de consumo — o café era fartamente servido em tôdas as cidades e casas americanas; e tinham aparecido certas marcas de pós ou concentrados, que simplificavam a preparação e se graduavam por xícara, sem desperdício. O mais alto preço e a diferença de sabor não tinham ainda permitido se generalizasse o seu uso. Com o acréscimo da despesa, em uma bebida, habitualmente, de baixo custo, deu-se a reação do consumidor. Uma das maneiras foi a introdução no uso doméstico das marcas de café solúvel ou concentrado, que se aperfeiçoaram, melhoraram de paladar, aproximando-o ao do café torrado, se apoiaram em publicidade bem dirigida, e vão conseguindo deslocar o produto preparado à antiga. O recente estudo do nosso Escritório Comercial em New York calcula em cêrca de 10% o número de consumidores americanos que já preferem a nova maneira, sendo provável que, em poucos ânos, suba a 25%.

As medidas de poupança em seu conjunto, segundo a mesma fonte, explicam a redução de 10%, ou um milhão de sacas, na importação de café pelos Estados Unidos, cabendo ao Brasil a cifra de 600 mil sacas.

f) O problema dos “gravosos”

94. No momento, temos uma coleção de produtos que, além do seu efeito deprimente na nossa balança de comércio, já desequilibrada, ocasionam o empobrecimento de certas regiões, em que são a fonte alimentadora da renda a ser distribuída, inclusive na que toca ao orçamento dos Estados e Municípios afetados.

A legítima intervenção do Governo da União, a que êste não se tem recusado, traz-lhe a necessidade, não só de fazer escoar os estoques, ao menor dano para os cofres públicos, mas de indagar da origem interna ou externa do desajustamento, para que êste seja corrigido. Além da gradação dos preços mínimos e dos de compra pelo Estado, há ainda que desestimular a formação de novos estoques gravosos, desde que a causa

seja econômica, ou acertar o preço de venda no exterior com o de produção, se a razão do desequilíbrio é de origem cambial.

Os casos não sendo iguais, as soluções não podem ser idênticas. É mister, pois, o exame da formação do preço de cada produto e separar as causas profundas das ocasionais, as estruturais das cíclicas, para não aplicar erradamente os remédios.

Esse é um problema preliminar a ser resolvido, por parte dos órgãos competentes. Das conclusões a que chegarem, decorre a política comercial a seguir nêsse item.

95. Podemos distinguir dois tipos de artigos que são de difícil escoamento para o mercado externo, embora estejam vulgarmente confundidos na denominação de “gravosos”.

Alguns são produzidos por preços que não suportariam a redução que os nivelasse aos vigorantes, no momento, no mercado externo. São produtos que sofrem as contingências de uma produtividade técnica excessivamente baixa, ou dependem de transportes onerosos, ou ainda tiveram os seus custos inflados por financiamento excessivo e medidas que criaram condições de desajustamento econômico de difícil correção.

Outros, ao contrário, suportariam o necessário abaixamento de preços, seja por conta de fatores que estão concorrendo para o seu alto custo sem a necessária compressão dos preços em decadência, seja por conta de um injustificado excesso de lucro.

A confusão das duas classes contribui para manter, e mesmo desenvolver, esta última categoria.

Em alguns casos, a fraqueza econômica das regiões produtoras, dependentes de um certo mínimo de cotações para artigos dominantes em sua estrutura, justificaria não fôsse indagada a natureza do mal que tornou “gravoso” o seu produto. A região necessita de aumento na sua renda, e é por essa via que isso se realiza. (*)

Mas não podemos deixar de reconhecer que estamos, assim, por meios artificiais, contribuindo para a agravação de uma deficiência estrutural.

(*) — Vêr Anexo X.

Quanto aos que resultaram “gravosos” por motivos puramente comerciais, é em especial pela perturbação proveniente da política das compensações, é de notar o caso do cacau, que sofreu procura artificial para atender aos que queriam produtos com os quais trocar bens de consumo não essencial, importados. Em mãos dos intermediários formou-se um estoque de cacau a preços inflados.

96. Resulta dos fatos indicados nos diversos capítulos desta exposição, a existência de um desnível que se acentua entre os preços do mercado exterior e as nossas cotações internas, na atual conjuntura. Apresenta-se o problema da retenção de nossos produtos exportáveis. Duas medidas, se discutem no momento: o processo de exportação vinculada à importação de bens não essenciais ou menos essenciais, e a adoção de uma modificação na política de câmbio que permita a esses produtos concorrer com os preços externos.

A primeira solução foi a adotada entre nós, de setembro de 1949 a fevereiro de 1951.

Uma mudança de conjuntura facilitou então o escoamento, pelas operações vinculadas, dos estoques de dezenas de artigos, avaliados na época em Cr\$ 19.183.000.000,00, no que se refere apenas a aquêlê período. Em 1951, o valor das compensações representou um terço das exportações brasileiras. Mas a operação terá talvez concorrido para o renascimento do fenômeno, que assim tenderia a tornar-se intermitente. A situação, agora, apresenta-se agravada pelo vulto dos bens a escoar, pelo maior número de produtos e maior desnível de preços. Acresce mais uma dificuldade, de natureza cambial, a da falta de saldos na balança comercial com todos os países de significação em nossos intercâmbio, salvo a Argentina.

Ora, justamente o principal defeito do processo é o de incentivar a alta dos preços internos, em bases artificiais. A troca de certo número de fardos de algodão por um Cadillac significa o subsídio dado pelo consumidor dêsse artigo de luxo ao exportador, e tal subsídio não deve ser apenas medido pela diferença das cotações externas e internas, mas por trazer

consigo o germen de uma eventual renovação da operação na futura safra, pelo acréscimo de lucro incontrollável. Sendo a transação obtida em base restritiva e resultando de combinações individuais, além dos abusos administrativos que pode facilitar, afasta tôda possibilidade de reação por parte do produtor sôbre o intermediário, e de previsão dos preços que podem ser esperados na futura safra. Em qualquer caso, a influência perturbadora sôbre as cotações internas se dá, quer nos produtos exportados quer nos importados, e, por propagação, nas utilidades em geral.

97. Já não é mais lícito desconhecer, em face da generalização do fenômeno, que a produção de nossos artigos exportáveis, salvo o café e outras poucas exceções, padece de um pronunciado desajustamento em relação aos preços internacionais.

O custo da produção, pelos motivos expostos no Capítulo I, não lhes dá resistência para concorrer vantajosamente no mercado mundial. Essa fraqueza econômica vai tornando cada vez mais distanciada da realidade a nossa taxa oficial de câmbio. Enquanto as condições de produção no exterior vão melhorando, as do Brasil sofrem o encarecimento de todos os fatores de custo, influenciados pela corrente inflacionária, e pelo acréscimo de ônus dos serviços ligados à produção e comercialização.

Do ponto de vista da política comercial, limitamo-nos a assinalar que uma taxa de câmbio diferenciada, que atende à disparidade de preços de nossos produtos de exportação, ou o câmbio livre paralelo, não teriam a repercussão inconveniente de manter o desajustamento econômico de nossa produção exportável, que seria de reascar com a aplicação do processo das compensações, neste momento.

98. O número de produtos que vão entrando para a categoria de "gravosos", tornando regra geral o que deveria ser exceção, indica a necessidade de medidas de outra natureza, que não apenas de auxílio imediato aos produtores.

g) — Política de Cooperação Continental

99. O melhoramento do intercâmbio comercial com os países ocidentais, e especialmente com os Estados Unidos, não afeta apenas ao Brasil, nem será realmente alcançado sem a evolução dos princípios de cooperação para além do que tem sido até hoje aceito. O conceito de solidariedade entre os mercados consumidores e os parques produtores, evidente em teoria, não chegou ainda a modificar definitivamente as normas comerciais, em geral de transformação retardatária. Não se adstringe, no entanto, a essas normas a necessidade de uma evolução, que de algum tempo se prepara. O futuro deste Continente, em especial, assim o exige.

100. O caso do Brasil é semelhante ao da maior parte dos países da América Latina. Predominam fortemente, na sua exportação, produtos primários e, na sua importação, artigos manufaturados. Desenvolvem êles programas de levantamento do padrão médio de vida, subordinados a modificações estruturais, com o crescente aproveitamento industrial de seus recursos. Carecem de aparelhamento em maquinaria e técnica. Terão que importá-lo em larga escala, e só dispõem de um meio para obtê-lo, que é exportar também mais e em relações de troca favoráveis.

A fórmula é óbvia e tem sido assás proclamada. Os produtos minerais e os agro-pecuários, que são a verdadeira moeda com que os países da América Latina pagam as suas compras no exterior, se não guardam um nível de cotações adequadas com as manufaturas importadas, não lhes permitem evoluir ou mesmo resguardar o indispensável equilíbrio econômico e social. Ainda mais, na situação atual da balança de pagamentos daqueles países, não lhes é suportável qualquer decaída de preços, em cifras absolutas.

Ora, cumpre que do reconhecimento dessa premissa resulte uma real cooperação econômica interamericana, no terreno dos preços de matérias-primas e produtos agro-pecuários, que permita o mais rápido desenvolvimento da América Latina.

101 Uma política realista interamericana deveria, pois, partir dos seguintes fatos: 1) o mercado de consumo de bens importados cresce à medida que aumenta a renda nacional “per capita” nos países importadores; (*) 2) a maior capacidade de produção industrial dos Estados Unidos exige a ampliação de suas vendas no exterior de manufaturas, bem como a de sua importação de matérias-primas; 3) a repartição do benefício acrescido, com o aumento da produtividade técnica, não deveria deixar de contemplar, além do consumidor, da empresa e dos empregados, também os preços das matérias-primas, dado que o aumento relativo destes redundaria no melhoramento do padrão de vida nos países que as produzem; 4) é peculiar à atual fase de desenvolvimento básico da América Latina o desnível entre as necessidades de importar e a capacidade de pagar as importações com as divisas obtidas pela exportação de seus produtos; 5) acentuam-se as restrições na importação desses países, em prejuízo do comércio entre eles e os Estados Unidos; 6) e, por fim, seria preferível, em benefício do fortalecimento econômico continental, que a situação de geral de equilíbrio no comércio interamericano fosse atendida na base de uma eficaz cooperação, e não apenas pelos esforços unilaterais dos países latino-americanos.

Resultaria da adoção desses princípios que as dificuldades de pagamentos de atrasados comerciais não se decidiriam ape-

(*) — Em estudo da Sociedade das Nações, publicado em 1945, sobre “Industrialização e Comércio Exterior”, encontram-se dois quadros da despesa média “per capita” por diferentes níveis de rendimento, em 1935 nos Estados Unidos, e em 1931 em Peiping. Comparando a distribuição das despesas das classes de rendimentos altos e baixos, verifica-se que nos Estados Unidos, enquanto o montante das despesas totais aumentava de cinco a seis vezes, as consagradas aos artigos manufaturados cresciam em cerca de dez vezes. Em Peiping, as despesas globais eram quase décuplas, mas as de artigos manufaturados aumentavam sessenta e nove vezes. (págs. 27/28) “Num país em que o nível de vida de grande massa da população é próxima do nível mínimo, a procura encontra-se naturalmente nos artigos simples, indispensáveis à existência. A medida que os rendimentos médios aumentam, desenvolve-se uma procura efetiva para os artigos “de qualquer gênero”. Por ser a produção industrial interior, limitada a certas categorias de tais artigos, a procura orienta-se em parte para os produtos estrangeiros” (pág. 30).

nas no terreno das restrições de importação pelos países devedores, pois isso traria o irreparável retardamento na intensificação do comércio interamericano. Sendo o desequilíbrio de natureza estrutural, e tendendo a prolongar-se, as medidas restritivas não atingiriam a raiz do desajustamento, e, na continuação, agravariam o mal.

Parece claramente indicada, portanto, a oportunidade de um esquema novo, executado em colaboração, para conduzir orgânicamente as trocas continentais à posição de equilíbrio. É este o momento de entregar o problema a uma Conferência interamericana, em que dêle se tratasse em tôdas as suas facetas, objetivando redigir uma nova Carta de Comércio e Desenvolvimento, de aplicação continental, capaz de inaugurar a fase da cooperação econômica prática, já de muito pressentida e preparada, e agora indispensável.

102. Ainda no setor do intercâmbio comercial com o continente sul-americano, merece uma referência especial o caso da Argentina, no que diz respeito à nossa política comercial. Além de ser um dos maiores mercados consumidores de produtos brasileiros, inferior apenas ao dos Estados Unidos e Inglaterra, no quinquênio 1947/51, (*) fatores outros fazem com que sejam de grande monta as repercussões da situação econômica desse país sobre o comércio exterior do Brasil.

Quanto aos problemas dos produtos básicos de algumas regiões fisiográficas, o mais importante é o do pinho. Tendo sido sempre a Argentina o maior mercado consumidor daquela madeira, com uma absorção de quase 75% do total das nossas exportações de pinho em bruto no triênio 1948/50, qualquer desequilíbrio nas nossas relações comerciais com aquele país platino afeta profundamente a economia dos Estados produtores, no caso o Paraná e Santa Catarina.

A fim de restabelecer o equilíbrio da sua balança comercial, tradicionalmente favorável àquele país, mas que vinha apre-

(*) — Vêr Anexo XI.

sentando saldos cada vez maiores para o Brasil (*), iniciou a Argentina, em 1949, uma política de compressão das importações de origem brasileira. Em 1951 e 1952, com a queda das exportações do trigo para o nosso país, tornou a agravar-se a sua situação, o que, por certo, levará aquêle país, por algum tempo, a restringir ainda mais a entrada de produtos brasileiros.

Referimo-nos ao problema do trigo, quanto às nossas importações, e, quanto à nossa exportação, ao de certos produtos básicos característicos de algumas regiões brasileiras, especialmente pinho, frutas tropicais, etc. Releva ainda não esquecer a importância da Argentina como mercado consumidor de manufaturas de algodão.

Com referência ao trigo, principal produto permanente das nossas importações de proveniência argentina, é de ressaltar a sua influência sobre a balança de pagamentos do Brasil, no

BALANÇA COMERCIAL COM A ARGENTINA — 1938/52
(Valor em milhões de cruzeiros)

A N O	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO (1)
1938	230	615	— 385
1939	310	420	— 110
1940	358	535	— 177
1941	617	620	— 3
1942	993	787	+ 206
1943	801	1.146	— 345
1944	1.473	1.698	— 225
1945	1.457	1.863	— 406
1946	1.363	1.020	+ 343
1947	2.004	1.461	+ 543
1948	2.055	1.496	+ 559
1949	1.550	2.174	— 624
1950	1.402	2.031	— 629
1951	2.163	2.313	— 150
1952 (1).....	999	424	+ 575

Fonte: — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

(1) — Janeiro a maio.

que toca à escassez de moedas fortes. No período de 1948/50, por exemplo, dos cinco bilhões de cruzeiros, que foram dispendidos neste produto básico de alimentação, 4,5 bilhões foram pagos à Argentina, o que representou uma economia superior a 250 milhões de dólares, que teriam de ser dispendidos caso fôssemos forçados a importá-lo da área do dólar.

Já em 1951 o panorama começou a modificar-se. Enquanto no triênio que terminou em 1950, 90% do trigo importado pelo Brasil era de origem argentina, em 1951, dos 2.799 milhões de cruzeiros gastos com aquêle cereal, 785 milhões foram pagos em dólares (Estados Unidos e Canadá), caindo assim aquela percentagem para cerca de 70%. Assim, 30% das nossas importações de trigo tiveram de ser pagas em dólares.

Em 1952, inverteu-se a situação. No período de janeiro a julho, a importação brasileira de trigo já se elevava a 1.591 milhões de cruzeiros, dos quais 1.422 milhões pagos em dólares, aos Estados Unidos e ao Canadá. Portanto, cerca de 90% do trigo importado pelo Brasil foram liquidados em divisas fortes, contribuindo assim para agravar o problema de nossos atrasados comerciais.

103. Não podemos deixar de atender, em nossas tentativas de auto-suficiência em trigo, às repercussões no intercâmbio com a Argentina, cuja política unilateral terá, por fim, que ceder ao princípio da crescente interdependência no comércio exterior. A quota, a ser reservada à Argentina, deverá acompanhar a sua procura de nossos produtos, no atual processo de acôrdos bilaterais. Mas é de desejar a futura volta a uma aproximação econômica mais ampla entre os dois países, sem prejuízo da garantia de uma quota suficiente na nossa produção nacional do trigo.

PROBLEMAS DE IMPORTAÇÃO

104. Como afirmamos no preâmbulo deste capítulo, a industrialização do país, que se vem acentuando nos últimos anos, cria, a curto prazo, embaraços ao equilíbrio de nossa balança

comercial. A longo prazo, porém, abstenção feita do problema dos combustíveis que examinaremos à parte, haverá uma tendência para a redução das nossas importações, em virtude da produção substitutiva do mercado interno.

Um exame mais detido da importação do Brasil, segundo os grandes grupos de produtos, pode nos dar uma idéia do problema com que se defronta o nosso país. (*)

105. O primeiro fato que nos chama a atenção é a preponderância dos bens de produção sobre os de consumo. Em 1951, por exemplo, de uma importação total de 37.198 milhões de cruzeiros, 76% se destinaram a equipamentos e aparelhamento para a indústria, agricultura e comércio, combustíveis, lubrificantes e matéria-primas para a produção agrícola e industrial. Quanto aos bens de consumo, 13% são decorrentes da importação de gêneros alimentícios, bebidas e fumo e 11% de outros produtos prontos para o uso direto dos consumidores.

Assim, o grupo que em primeiro lugar tenderá a se reduzir com a produção substitutiva interna, será o último citado, no qual, aliás, já se observa essa tendência. Não obstante ter sido o ano de 1951 sabidamente fácil no que diz respeito a entrada de produtos manufaturados de consumo, a importância relativa do grupo citado no total das importações não sofreu nenhuma alteração, em face do ano de 1938, cuja percentagem foi também de 10,7.

Quanto ao grupo IV, onde se encontram reunidos os equipamentos e aparelhamentos para a agricultura, indústria e comércio, a tendência é francamente ascensional, o que aliás corresponde à evolução do Brasil no sentido da industrialização. De 30,3% que era em 1938, a sua participação se elevou em 1951 para 37,5%.

106. Nos três primeiros grupos, que propositadamente deixamos de examinar por fim, há possibilidades de reduzi-los

(*) — Ver Anexo XII.

substancialmente, de forma a não prejudicar o equilíbrio de nosso intercâmbio com o exterior.

Vejamos primeiramente o setor dos gêneros alimentícios, bebidas e fumo. O desdobramento dêste total deixará bem patente o nosso ponto de vista.

**IMPORTAÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, BEBIDAS E FUMO
NOS ANOS ESPECIFICADOS — 1938/51**

Principais Produtos	Milhões de cruzeiros						
	1938	1939	1941	1945	1947	1949	1951
Trigo em grão	536	354	483	1.225	1.058	1.942	2.420
Farinha de trigo ...	34	18	18	244	1.432	373	170
Cevada torrefata ...	26	17	18	60	144	89	138
Frutos de mesa	66	85	85	221	495	440	625
Bacalhau	40	40	21	11	165	234	426
Azeite de oliveira ...	45	34	26	6	79	72	197
Bebidas	34	38	39	169	298	82	212
Outros produtos	63	82	114	299	473	410	495
Total	844	668	804	2.235	4.144	3.642	4.683

Fonte dos dados brutos: Serviço de Estatística Econômica e Financeira. — Departamento Econômico do Conselho Nacional de Economia.

107. Apesar de o nosso consumo de trigo ser ainda muito baixo, inferior a 30 quilos de farinha de trigo por pessoa, por ano, em confronto com cerca de 150 na Argentina, êste produto básico da alimentação já se eleva a mais de 50% das importações brasileiras de gêneros alimentícios, ou seja, cerca de 7% do total importado pelo Brasil, em 1951. Cumpre assim, não só procurar elevar o consumo “per-capita” em nosso país, como evitar que, em virtude dessa política, se agrave o desequilíbrio de nossa balança comercial.

108. A primeira providência seria sem dúvida incentivar a produção dêste cereal, através de garantia de preços mínimos, para evitar as fortes oscilações de preço e o “dumping” do mercado, ao lado de uma política de crédito fácil e a juros módicos,

a ser executada pela Carteira Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

Mas não precisaremos chegar à auto-suficiência em matéria de trigo. Devemos ter em mente que um dos objetivos primordiais de nossa política de comércio exterior é a ampliação do intercâmbio continental. Se considerarmos que a Argentina é o principal mercado sulamericano, para uma série de produtos característicos de algumas de nossas regiões fisiográficas (pinho, frutas tropicais, etc.), torna-se lógica a conveniência de que continui o Brasil a procurar produtos argentinos de exportação. Não se justifica, portanto, que se aconselhem medidas que venham restringir ainda mais as nossas relações comerciais com aquêle país vizinho.

109. Desnecessário se torna salientar que, sendo tal política vantajosa para as duas partes, cumpriria fôsse a mesma objeto de acôrdo formal, de tal modo que houvesse segurança de cumprimento das cláusulas contratuais. Assim, por exemplo, e para evitar a repetição do que ora ocorre, poderíamos pleitear o estabelecimento de uma quota mínima, quer em percentagem de produção argentina de trigo, quer em função de nosso consumo provável anual, em garantia daquêla política de intercâmbio comercial. Tal acôrdo seria necessário, pelo menos enquanto perdurasse a presente situação, em que praticamente 90% das nossas importações de origem argentina se referem ao trigo.

Estaríamos assim, assegurando a manutenção, em condições favoráveis, de um importante mercado para os nossos produtos, tais como o pinho em bruto, café em grão, manufaturas de algodão, frutas tropicais e outros produtos. É oportuno repetir que, mais de 70% da produção brasileira de pinho vinham sendo absorvidos pela Argentina.

110. Vejamos agora o problema dos combustíveis, lubrificantes e produtos para iluminação. O simples exame dos dados estatísticos relativos às importações brasileiras em um longo período, nos indica elementos de real valor para o equaciona-

mento dêste importante setor da nossa politica econômica. É o que se observa no quadro abaixo.

IMPORTAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES E PRODUTOS PARA ILUMINAÇÃO E DERIVADOS, NOS ANOS ESPECIFICADOS — 1938/51

Principais Produtos	Milhões de cruzeiros						
	1938	1939	1941	1945	1947	1949	1951
Total	678	659	817	818	2.124	2.406	4.433
1. Combustíveis	571	551	666	647	1.758	2.043	3.590
a) Carvão, briquetes e coque	263	235	266	266	627	287	549
b) Óleos combustíveis	112	125	147	132	455	615	1.209
c) Gasolina	173	168	224	238	668	1.141	1.816
d) Outros combustíveis	23	23	29	11	8	0	16
2. Lubrificantes	56	68	103	145	266	240	566
3. Querosene e outros produtos para iluminação	52	40	48	32	100	123	200
4. Derivados de petróleo e do carvão (1).....	—	—	—	—	—	—	77

Fonte dos dados brutos: Serviço de Estatística Econômica e Financeira. — Departamento Econômico do Conselho Nacional de Economia.

(1) Classe aberta em 1951.

111. A importância dêste Grupo, do ponto de vista do desenvolvimento econômico, dispensa qualquer comentário. É ele responsável por 11,9% das nossas importações, em sua quase totalidade originários da área do dólar, além de constituir maior sobrecarga para a balança de pagamentos, em virtude da necessidade de ser paga naquela moeda a maior parte do frete marítimo.

Assim, enquanto não puder o Brasil contar exclusivamente com o petróleo extraído do seu próprio sub-solo, seria da maior importância a adoção de medidas que, a curto prazo, pudessem atenuar a pressão que o consumo crescente, de combustíveis

líquidos e lubrificantes exerce sôbre o equilíbrio de nossos pagamentos internacionais, como se acentua no Capítulo II.

112. A ampliação da nossa frota de petroleiros traria como consequência imediata uma redução ponderável no item "Serviços" da balança de pagamentos, além de tornar mais regular o abastecimento do mercado interno, no que toca a êsse produto vital para o nosso desenvolvimento econômico. Não devemos esquecer, por outro lado, que, em caso de guerra, é êsse setor especializado dos transportes marítimos o primeiro a ser mobilizado pelas potências em luta.

113. O recurso a outras fontes de abastecimento de petróleo, principalmente quando estiverem fora da área do dólar, poderia ainda trazer efeitos benéficos para a nossa política de comércio exterior. Merece todo o apóio e interêsse com que o Governo vem encarando o problema do petróleo boliviano, objeto aliás de um tratado em negociação. Nas condições atuais da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia, assim que esteja definitivamente entregue ao tráfego, poderia o Brasil contar com 20.000 barris diários de petróleo bruto, em Corumbá. Para que se tenha uma idéia do que representa êste contingente no setor da oferta, basta que se diga que o nosso consumo atual é da ordem de 130.000 barris diários.

114. Com relação ao carvão, que já foi objeto de estudo neste Conselho, pouco teríamos a acrescentar ao que já foi dito. Representa êste minério cerca de 12% das importações no grupo dos combustíveis, e 1,5% do total das nossas importações em 1951.

Cumpramos assim, desde já, o estabelecimento de medidas que atenuem os efeitos prejudiciais do aumento das importações de carvão, tanto na balança comercial, como na de pagamentos.

A vinculação desta matéria-prima ao minério de ferro, em nosso comércio exterior, poderia talvez, pelo aproveitamento do tráfego de retôrno, diminuir a evasão de divisas fortes, para fazer face ao pagamento do frete marítimo. A ampliação da nossa frota de carvoeiros seria também de grande utilidade para tal fim. Com a segurança do retôrno carregado, poder-se-ia

tornar auto-financeável o aumento de tonelagem para o intercâmbio de minérios. A exequibilidade dessa vinculação pode ser verificada se atentarmos no fato de termos exportado para o Canadá e Estados Unidos cerca de 890 mil toneladas de minério de ferro, em 1950, de onde importámos, no mesmo ano 1.010 mil toneladas de carvão.

115. Resta-nos agora examinar o grupo das matérias-primas para a produção agrícola e industrial, cujo pêso nas importações brasileiras e da ordem de 30%.

IMPORTAÇÃO DE MATÉRIAS PRIMAS PARA A PRODUÇÃO INDUSTRIAL E AGRÍCOLA, NOS ANOS ESPECIFICADOS — 1938/51

Principais Produtos	Milhões de cruzeiros						
	1938	1939	1941	1945	1947	1949	1951
Total	1.469	1.584	1.859	2.622	5.552	5.141	10.056
1. Duráveis	576	669	807	1.203	2.392	2.031	3.706
Ferro e aço (semi-manufaturas e manufaturas)	415	470	515	665	1.957	957	1.491
Outros metais e metalóides	107	138	206	289	499	685	1.313
Cimento	12	10	10	149	242	253	439
Outras	42	51	76	100	201	136	463
2. Não Duráveis	893	915	1.052	1.419	3.160	3.110	6.350
Produtos químicos	111	141	201	236	537	469	1.213
Fertilizantes químicos	24	32	25	60	180	129	437
Fertilizantes animais e vegetais (1)	—	—	—	22	0	0	1
Enxofre	8	13	10	21	34	34	82
Anilinas e intermediários para sua fabricação	46	51	59	56	103	191	256
Celulose	120	98	150	188	385	287	879
Papel	90	84	111	165	363	206	564
Fios p/tecelagem..	123	99	75	27	194	297	732
Fibras	78	88	51	119	134	172	295
Tecidos	69	63	58	33	380	459	133
Outras	224	246	312	489	850	866	1.758

Fonte dos dados brutos: Serviço de Estatística Econômica e Financeira. — Departamento Econômico do Conselho Nacional de Economia.

(1) Classe criada em 1945.

O exame dêste quadro nos dá uma idéia bem precisa dos problemas que urge resolver, com o fim de aliviar a pressão que

o grupo em causa exerce sôbre a nossa balança comercial. Em 1951, por exemplo, os produtos cuja influência mais se fazia sentir eram os seguintes: manufaturas ou semi-manufaturas de ferro e aço, com 1.491 milhões de cruzeiros; outros metais e metalóides, com 1.313 milhões; celulose e papel, com 1.443 milhões e produtos químicos, com 1.213 milhões de cruzeiros.

116. Quanto ao primeiro citado, já são visíveis os efeitos da contribuição da Companhia Siderúrgica Nacional. De 28% que era a percentagem de ferro e aço importados, em 1938, em relação ao grupo das matérias-primas, a sua importância relativa em 1951 baixou para 14%, não obstante a ponderável elevação em valores absolutos. Com a duplicação da capacidade de produção daquela usina, projetada para futuro bem próximo, acreditamos ser possível redução bem sensível da importância do ferro e aço na nossa pauta das importações.

117. Seria de desejar que o mesmo ocorresse em relação ao papel e à celulose. O incentivo estável à criação de fábricas de celulose, não só traria benéficas repercussões no que diz respeito à indústria extrativa da madeira, como também aliviaria sobremodo a nossa balança comercial. O aumento do consumo interno desse produto exige de nossa parte todo o esforço no sentido de nos libertarmos da instabilidade das suas fontes de produção, no mercado internacional.

118. Feitas essas considerações gerais, sôbre alguns dos produtos que mais oneram o nosso intercâmbio comercial com o exterior, com os quais procurámos reunir diversos elementos para o estudo e final fixação de normas de política comercial, poderíamos encerrar êste capítulo com uma rápida alusão a um outro problema que, não obstante ser mais da balança de pagamentos que de intercâmbio com o exterior, tem com êsse íntima ligação.

Referimo-nos aos fretes marítimos, dos quais decorre um deficit da ordem de 1.500 milhões de cruzeiros em nossa balança de pagamentos. Para aliviar esta fonte de evasão de divisas, vêm alguns países da Europa, principalmente aquêles que mais duramente foram atingidos pela guerra, procurando refazer a sua frota mercante. Para tal fim, estão lançando mão de um

recurso perfeitamente adequado. Trata-se, no caso, da subscrição compulsória, por parte dos exportadores, de ações das companhias de navegação, proporcionalmente ao seu interesse no comércio exterior.

No caso do Brasil, o problema da ampliação da nossa frota de marinha mercante, que se relaciona com o alto dispêndio de divisas na exportação de nossos produtos, necessita de uma solução que, aproveitando o exemplo referido, se adapte à nossa conveniência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

119. Quando, no início deste Capítulo, delimitámos o campo da política comercial e registámos sua influência decisiva nos diversos setores da vida econômica nacional, pareceu-nos oportuno propôr algumas alternativas a serem examinadas à luz da análise que iríamos iniciar. Quizemos aguardar a visão, embora sucinta, dos seus problemas, antes de tentarmos uma indicação objetiva sobre a orientação preferível no momento.

Uma observação, parece-nos, resultado de tudo que acabamos de apresentar. A política comercial é, em si mesma e em suas relações com as dos demais setores, essencialmente dinâmica, e terá de acompanhar, de um lado, as mutações da economia mundial, e de outro lado, a evolução das próprias atividades internas. Qualquer traçado rígido será nela ilusório, face à mobilidade dos acontecimentos.

Em lugar de um vasto planejamento ou prévio esquema de ação, somente serão possíveis planos de curta duração, que se sucederão ao longo dos fatos e com estes terão de ser atualizados. Sob outro ponto de vista, a concentração da direção em um órgão supremo retardaria os movimentos, daria forma burocrática e caráter pessoal às decisões da chefia, e emperraria o desenvolvimento da ação.

Em lugar de ficar concentrada, conforme tem sido sugerido, parece-nos mais vantajoso que a administração se reparta segundo a diferenciação dos objetivos, articulando-se com os atuais Ministérios e orientando-se, tanto quanto possível, por um conjunto de diretrizes comuns.

Não nos faltam órgãos de direção, que aliás poderiam ser reestruturados, mas o esclarecimento permanente e a análise dos fatos, que os orientem. Para que os responsáveis na gestão da causa pública possam escolher as melhores soluções, necessitam saber, de pronto, o que se passa, e qual o objetivo a atingir a cada momento. A título de exemplo, seria indicado que o Ministério da Fazenda dispuzesse de um **instituto de conjuntura**, com elementos selecionados, nacionais e estrangeiros, onde se fizesse a sondagem permanente da nossa posição no conjunto da economia mundial.

Com um aparelho desse tipo, se alcançaria então uma relativa racionalização da política a adotar em nossas relações comerciais com o exterior, no desenvolvimento agrícola e industrial, e nas medidas cambiais e financeiras, que envolvem todos aquêles setores. Sômente na base de seguras e sempre atualizadas informações seria possível, a qualquer que seja o órgão, comandar realmente a situação.

CAPÍTULO V

POLÍTICA TRIBUTÁRIA

120. A receita pública nacional elevou-se de 41,9 bilhões de cruzeiros, em 1950, para 57,9 bilhões, em 1951, conforme discriminação constante do quadro abaixo:

RECEITA PÚBLICA NACIONAL

Receita	1950	1951	Aumento Cr\$ 1.000
Impostos	32.387.831	44.941.915	12.554.084
Taxas	2.007.419	2.812.847	805.428
Tributária	34.395.250	47.754.762	13.359.512
Patrimonial	452.494	625.391	172.897
Industrial	2.975.776	3.612.918	637.142
Diversas	1.258.419	1.649.708	391.289
Extraordinária . . .	2.901.303	4.353.508	1.452.205
Total	41.982.242	57.996.287	16.013.045

O total das rendas tributárias, acima transcrito, compreende, além das receitas que figuram sob essa classificação no orçamento federal, mais as parcelas correspondentes aos impostos sobre transferência de fundos para o exterior (incluído no grupo "Diversas Rendas") e sobre combustíveis e lubrificantes (recolhidos diretamente ao Fundo Rodoviário Nacional), além das taxas de Educação e Saúde e de Previdência Social, também excluídas pela União do grupo dos tributos.

OS IMPOSTOS

121. Os impostos arrecadados em 1951 atingiram a 44,9 bilhões de cruzeiros (78% da arrecadação geral), assim distribuídos:

Especificação	1950	1951
BRASIL	32.387.831	44.941.915
Vendas e Consignações	8.525.533	12.141.150
Consumo	6.409.818	8.216.025
Renda	5.581.581	8.104.400
Sêlo	2.143.965	3.058.738
Importação	1.694.871	2.801.194
Imposto s/transf. de fundos	1.052.382	1.788.442
Imposto s/combust. e lub.	1.441.000	1.778.000
Inter-vivos	1.156.328	1.748.627
Indústrias e profissões	1.196.020	1.482.576
Predial	1.111.043	1.328.738
Territorial	609.648	697.347
Licença	502.063	617.260
Exportação	369.624	401.529
Causa-Mortis	260.041	391.154
Jogos e diversões	128.216	153.060
Outros impostos	205.698	233.675

De 1950 para 1951, a arrecadação dos impostos experimentou um aumento de quase 13 bilhões de cruzeiros. Para esse aumento, contribuíram diversos fatores, dentre os quais se podem destacar:

- 1 — elevação geral de preços e expansão dos meios de pagamento;
- 2 — aumento das importações;
- 3 — aumento de imposição fiscal.

A êsses três fatores ainda se poderiam acrescentar possíveis resultados obtidos com o aperfeiçoamento do aparelho arrecadador da União e de alguns Estados, especialmente São Paulo, bem como certa percentagem de crescimento efetivo da renda nacional.

A elevação geral dos preços, de 1950 para 1951, constitui um fato do reconhecimento geral. Todavia, por falta de estatísticas satisfatórias e pela própria diversidade da natureza dos tributos, não se torna possível medir, nem mesmo aproximadamente, essa influência.

Relacionada diretamente com a elevação de preços, a expansão dos meios de pagamento determinam imediatas repercussões sobre certos tributos, dentre os quais se destaca o impôsto de renda, cõnforme indica o seguinte quadro:

	Meios de pagamento		Impôsto de Renda	
	Cr\$ 1.000.000,00	% s/o ano anterior	% s/o ano anterior	Cr\$ 1.000.000,00
1947	49.758	—	—	3.902
1948	53.619	7,8	7,5	4.195
1949	59.844	11,6	13,9	4.785
1950	78.583	31,3	16,8	5.581
1951	83.801	6,6	45,2	8.104

Como o impôsto arrecadado em cada exercício tem por base os rendimentos auferidos no ano anterior, pode-se concluir que a expansão de 31,3% dos meios de pagamento registrada em 1950 contribuiu em boa parte, para o aumento incomum (45,2%) da arrecadação do impôsto de renda em 1951. Mais adiante analisaremos a concentração de renda que êsses dados estatísticos deixam presumir.

O valor global das importações brasileiras cresceu, nos dois últimos anos, de 20 para 37 bilhões de cruzeiros. Êsse aumento de 17 bilhões no valor das mercadorias entradas no país em 1951 refletiu-se, direta e imediatamente, na arrecadação dos seguintes tributos:

Cr\$ 1.000.000,00

Imp. de importação e afins	1.695	2.801	+	1.106
Imp. único s/combustíveis	1.441	1.778	+	337
Imp. s/transf. de fundos	1.052	1.788	+	736
Imp. de consumo (nas Alfândegas)	1.188	1.724	+	543
Taxa de Previdência Social	274	532	+	258
	<hr/>	<hr/>		<hr/>
	5.643	8.623	+	2.980

Além dessa repercussão imediata sobre os tributos cobrados diretamente pelas Alfândegas ou pela Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, temos ainda de considerar os efeitos desse aumento de 85% no valor de nossas importações sobre a renda dos impostos de consumo e de vendas e consignações.

Registraram-se, de 1950 para 1951, diversos aumentos de impostos, destacando-se o do impôsto s/vendas e consignações em São Paulo (2,5 para 3,0%) parcialmente responsável por um aumento de 2 bilhões de cruzeiros na arrecadação desse tributo naquela Unidade da Federação.

122. Três impostos se destacam, nitidamente, dentro do quadro geral da tributação brasileira. São eles os impostos de renda, consumo e vendas e consignações, que apresentaram, em conjunto, as seguintes arrecadações no último quinquênio:

IMPOSTOS

NÚMEROS ABSOLUTOS — 1947-1951
(Cr\$ 1.000,00)

Anos	Renda	Consumo	Vendas e	
			Consignações	Total
1947	3.901.808	4.462.969	4.046.839	12.411.616
1948	4.194.999	4.854.258	5.200.646	14.249.903
1949	4.784.809	5.639.157	7.079.522	17.503.488
1950	5.581.581	6.409.818	8.525.533	20.516,932
1951	8.104.400	8.216.025	12.141.150	28.461.575

PERCENTAGENS
S/o total dos Impostos

Anos	Vendas e			Total
	Renda	Consumo	Consignações	
1947	28,38	23,32	21,14	64,84
1948	19,58	22,66	24,28	66,52
1949	18,68	22,02	27,64	68,34
1950	18,67	21,44	28,52	68,63
1951	19,58	19,86	29,35	68,79

Observa-se que a arrecadação nacional se vai concentrando, progressivamente, em torno desses três impostos básicos. Em 1940, sua participação no total dos impostos não atingia 50%.

Mas a importância desses três tributos não decorre apenas do vulto de suas arrecadações. Eles constituem categorias fiscais representativas, formas distintas de transferência para o Estado do poder aquisitivo gerado pelas atividades privadas. São modalidades definidas de tributação, atingindo manifestações diferentes da capacidade contributiva e com repercussões sócio-econômicas também diversas. Em torno de cada um deles, os demais impostos se poderiam agrupar, como satélites, formando três sistemas distintos. Sua evolução reflete, por extensão, as tendências gerais de todo o nosso sistema de imposição fiscal.

Ao sistema do impôsto de renda poderiam filiar-se os demais tributos diretos, que, no Brasil, assumem, geralmente, a forma de impostos reais sôbre a propriedade imobiliária. Em torno do impôsto de consumo, com algumas de suas características essenciais e idênticas repercussões sociais e econômicas, gravita, por sua vez, certo número de impostos, todos eles constituindo formas diversas de taxaço discriminatória e seletiva da renda consumida. Trata-se de tributos extra-constitucionais, alguns em regime de extinção gradativa, outros, porém, em fase de plena expansão. O impôsto de vendas e consignações constitui, também, o centro de um sistema. Além de grande número de pequenos tributos e taxas estaduais e municipais, pertence a

êsse sistema o impôsto de indústrias e profissões, cuja estrutura vai se transformando, entre nós, passando a representar, em muitos casos, um mero adicional do impôsto de vendas e consignações.

123. Tomando-se por base êsses três impôstos, podemos resumir, com os defeitos e vantagens de tôdas as simplificações, o comportamento geral dos impostos brasileiros.

Um apanhado estatístico dos últimos anos revela, em primeiro lugar, a crescente predominância dêsses tributos, dentro do conjunto do sistema brasileiro. Em 1941, representaram 44% do total da tributação; em 1946, passaram' para 61,2% e, em 1951, subiram para 68,79%.

Paulatinamente, os demais tributos ou vêm perdendo a produtividade por defeitos de estrutura, ou sendo despresados pelo fisco, em favor dos três impostos básicos. É de assinalar-se, porém, a considerável proporção dos tributos indiretos, conforme indica o quadro a seguir:

PRINCIPAIS IMPOSTOS DA UNIÃO E DOS ESTADOS

1951

(Valores em milhões de cruzeiros)

Totais dos Impostos Diretos e Indiretos	Impostos Diretos (Impôsto de Renda)		Impostos Indiretos		
	(1) sôbre as pessoas jurídicas	(2) sôbre as pessoas jurídicas	(3) Impôsto de Importação	(4) Impôsto de Consumo	(5) Impôsto de Vendas e Consign.
28.458	1.955	(*) 3.944	2.801	8.216	12.141
100%	6,9%	11,7%	9,8%	28,9%	42,7%

(*) — Num período inflacionário e com restrições de importação, o impôsto de renda sôbre pessoas jurídicas é facilmente transferível, sendo, assim, equivalente aos impostos das colunas 3, 4 e 5. Se não fôsses as dificuldades de importação que estão, agora, restringindo a possibilidade de expansão e determinando mesmo a restrição da produção, a atual cobrança do impôsto de renda sob a forma de empréstimo resultaria, para as emprêsas, no seguinte:

a) — transferência da importância cobrada para os consumidores;

b) — posse, no final do período, de título da dívida pública.

Cabe acrescentar que, neste quadro, está excluído o impôsto cobrado na fonte. Se êsse tributo — sem justificativa completa — fôsse classificado na coluna (1) a percentagem 6,9% passaria, para 11% com uma queda proporcional quanto à percentagem dos outros impostos.

IMPÔSTO DE RENDA

124. O impôsto de renda constitui própriomente o único impôsto direto e pessoal do sistema tributário brasileiro. Gravando os rendimentos do capital e do trabalho, êle se apresenta como o tributo dos centros industriais e das classes de mais alto poder aquisitivo. Além de sua finalidade fiscal, como fonte de recursos para o Tesouro, o impôsto de renda desempenha, hoje, no Brasil a importante função de instrumento redistribuidor da riqueza.

Em virtude de condições várias, especialmente de defeitos no processo de industrialização do país, a riqueza tende, entre nós, a concentrar-se, geográficamente, em algumas áreas, gerando profundas desigualdades econômicas, empobrecendo vastas regiões e reduzindo a capacidade de consumo de certos mercados internos.

Ao lado dessa concentração geográfica ou horizontal, regista-se uma concentração social ou vertical da riqueza, fenômeno êsse particularmente agravado em consequência do surto inflacionário que se desencadeou no país a partir de 1940.

O quadro do Anexo XIII, conjugado com os quadros anteriores, demonstra a afirmação que acabamos de fazer (*)

Não é demais ponderar que, sob certos aspectos, o impôsto de renda vem experimentando, no Brasil, grave deformação estrutural. Vai aos poucos perdendo sua condição específica de impôsto progressivo, de caráter nitidamente pessoal, para se transformar numa modalidade predominante de tributação real dos rendimentos, por meio de taxas proporcionais. E a recente reforma do impôsto, consubstanciada na Lei número 1.474, de 1951, contribuiu para agravar ainda mais essa deformação.

IMPÔSTO DE CONSUMO

125. O impôsto de consumo deveria desempenhar, dentro do nosso sistema fiscal, o papel de instrumento de tributação seletiva da renda consumida. Isentando as matérias-primas e

(*) — Vêr Anexo XIII.

gêneros de primeira necessidade e taxando, discriminatòria-mente, as mercadorias de uso supérfluo ou menos essenciais, êsse impôsto procuraria gravar mais fortemente o consumo das classes sociais de poder aquisitivo mais alto. Exerceria, sob êste ponto de vista, uma função de elemento compensador dos efeitos altamente progressivos do impôsto sôbre vendas e consignações.

Infelizmente, porém, êsse papel, que seria da mais alta importância, fica apenas na intenção. Por excessiva mentalidade fiscalista, por absoluta falta de compreensão dos aspectos sócio-econômicos da tributação, pela lamentável ausência de coordenação da política fiscal, o impôsto de consumo padece de graves defeitos estruturais que lhe têm impedido de atuar como um poderoso e eficaz instrumento de política financeira.

O quadro abaixo discrimina, em ordem de importância decrescente, as principais rúbricas do impôsto de consumo, segundo as arrecadações dos dois últimos exercícos:

Rúbricas	1950	1951
	Cr\$ 1.000 %	Cr\$ 1.000 %
Fumo	1.828.240	2.142.467
Bebidas	1.028.447	1.246.621
Tecidos	1.010.307	1.259.190
Aparêlhos e máquinas	547.847	952.990
Produtos aliment. industrializados	337.098	407.139
Calçados	216.070	294.318
Artéfactos de origem animal e vegetal	211.518	301.663
Perfumaria e artigos de toucador	164.351	204.970
Outras	1.065.940	1.406.667
TOTAL	6.409.818	8.216.025

A produtividade do impôsto de consumo é assegurada apenas por 4 ou 5 classes de produtos. A liderança cabe ao fumo e às bebidas, os quais, apesar de não constituírem artigos essen-

ciais, representam, todavia, produtos de procura mais ou menos rígida, afetando o poder aquisitivo de quase tôdas as classes. Aliás, é precisamente essa rigidez da procura que explica o alto rendimento dessas duas riquezas. Seguem-se os tecidos, também de consumo geral, aparecendo em quarto lugar os aparelhos e máquinas, com sua renda fortemente afetada pelo aumento das importações.

126. O estudo estatístico, aliado ao exame das tarifas do impôsto de consumo, põe em evidência o seu caráter acentuadamente regressivo, apenas atenuado pela exclusão parcial de certos gêneros alimentícios e matérias-primas.

Recaindo sôbre os produtos industrializados, importados ou de produção nacional, o impôsto de consumo fornece uma medida indireta de distribuição de nosso parque industrial. No quadro a seguir, figuram as arrecadações, nos últimos dois anos, compreendendo as principais unidades da Federação.

IMPÔSTO DE CONSUMO

Arrecadação Unidade da Federação	Cr\$ 1.000	
	1950	1951
São Paulo	3.026.409	3.974.237
Distrito Federal	1.550.988	1.936.734
Rio Grande do Sul	477.580	605.843
Pernambuco	337.404	407.984
Minas Gerais	246.036	300.875
Rio de Janeiro	224.432	284.125
Bahia	136.190	184.040
Demais Unidades	410.779	522.167
TOTAL	6.409.818	8.216.025

O desvio das correntes de comércio para os portos do Rio e de Santos e a importância crescente dos parques industriais do Distrito Federal e São Paulo asseguram a essas duas Unidades mais de 70% da arrecadação do impôsto de consumo.

Através do estudo desse impôsto, nos últimos anos, pode-se observar a progressiva concentração da riqueza nos grandes núcleos industriais do país, à qual nos referimos ao examinar o impôsto de renda. (*)

IMPÔSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES

127. O impôsto de vendas e consignações grava de maneira global, uniforme e cumulativa quase tôda a renda consumida no país. Apenas o setor dos serviços e o auto-consumo das zonas rurais escapa à sua incidência.

Atinge igualmente às mercadorias, sem qualquer distinção quanto ao grau de sua essencialidade, onerando fortemente os produtos ligados à satisfação de necessidades vitais, de consumo obrigatório e procura inelástica. Daí a sua alta produtividade, mesmo nas regiões de baixo padrão de vida. Sua supremacia dentro do quadro tributário nacional vem se acentuando de ano para ano.

Trata-se indiscutivelmente, de uma poderosa arma fiscal. Recaindo em tôdas as transações, acompanhando o produto em tôdas as fases de seu ciclo econômico, o impôsto se dilui, pulverizando-se. Seu extraordinário poder de difusão gera um verdadeiro estado de anestesia fiscal, que tem permitido a absorção de uma vultosa massa anual de recursos financeiros sem produzir, pelo menos na aparência, grandes traumatismos econômicos.

Todos êsses fatos tornam o impôsto sôbre vendas e consignações um instrumento altamente delicado nas mãos do fisco estadual. Em virtude de seu forte caráter regressivo, êsse tributo afeta substancialmente os níveis de preços, reduzindo o já escasso poder aquisitivo dos consumidores do país.

IMPÔSTO DE IMPORTAÇÃO

128. Em 1934, fêz-se uma reforma tarifária, cujo intuito principal parece ter sido a abolição da cláusula ouro. Continuou prevalecendo a tarifa específica, a qual, com a supressão da

(*) — Ver Anexo XIV.

parte ouro, que constituiu um corretivo cambial, se tornou extremamente rígida. Os defeitos da inelasticidade da tarifa vieram à tona quando a alta de preços mundial revelou a inoperância do imposto de importação, quer como canalizador de recursos ao Tesouro, quer como protetor da economia nacional.

Tendo em vista a inferioridade tarifária do Brasil em confronto com as demais nações, o Acôrdo de Genebra votou como medida preliminar a um posterior ajustamento tarifário, a elevação geral de 40% na tarifa brasileira. Mesmo com êsse aumento, a tarifa brasileira, em têrmos *ad-valorem*, é das mais baixas do mundo. Os níveis prováveis de incidência são os seguintes: Brasil, 9%; Canadá, 22%; Estados Unidos, 25%; França, 25%; e Inglaterra, 22%.

Está nomeada pelo Govêrno uma comissão incumbida de mais uma reforma tarifária. Nessa reforma deverão ser atendidos os interêsses conjugados da economia nacional e do erário, não pela manutenção de uma tarifa específica, que, pela sua inelasticidade, deixa de acompanhar as oscilações de preços da conjuntura internacional, mas, ao contrário, uma tarifa *ad-valorem*, a verdadeira pauta racional, dotada da maleabilidade indispensável a corrigir os desníveis ocorrentes.

Tenhamos em vista que na pauta aduaneira se encontra o aparelho eficaz e imediato de contrôle das importações, além de ser um canalizador de alta rentabilidade de recursos para o erário. Nenhum dos contrôles atuais pode desempenhar duplo papel, e nisso está a superioridade do imposto de importação, que entretanto precisa dispôr de uma tarifa corretiva dos valores monetários. Alegar-se-á que em período deflacionário a tarifa *ad-valorem* terá resultado negativo. Mas a tarifa específica não é menos regressiva, de vez que em tais períodos se verifica a paralização das operações de comércio internacional, podendo cair a cifras ínfimas a arrecadação dos impostos aduaneiros. (*)

(*) — E' de notar que o imposto de alfândega figurava em lugar de relêvo no conjunto da arrecadação tributária do país. Ao tempo de Alves Branco, procurou êsse grande ministro tirar ao imposto de importação o seu caráter meramente fiscal, atribuindo-lhe função protecionista.

Mas apesar das tentativas feitas, jamais se conseguiu alterar o seu caráter fiscal, e as reformas na tarifa alfandegária visaram sempre a dar recursos ao erário, pondo-se de lado sistematicamente as grandes virtudes do imposto de alfândega no desenvolvimento da industrialização.

CONVÊNIOS ENTRE A UNIÃO E OS ESTADOS E OS MUNICÍPIOS

129. Na mensagem que acompanha a proposta orçamentária para 1952, o Senhor Presidente da República ressaltou a necessidade de se promover a coordenação no plano nacional da política financeira do país ordenando a obtenção e o emprego dos recursos orçamentários da União, dos Estados e dos Municípios, de conformidade com o nosso desenvolvimento econômico e em satisfação do bem estar social.

Atuando sobre a conjuntura, as finanças públicas afetam, profunda e solidamente, toda a estrutura econômica e social do país. Em virtude da inseparabilidade de seus efeitos, correrá o risco de se tornar inócua qualquer política traçada isoladamente por uma das esferas do Poder Público, anulada ou desviada de seus propósitos pelo choque de orientação e interesses divergentes ou mesmo antagonísticos.

Todavia a coordenação geral da política financeira pressupõe a existência de certos meios e instrumentos indispensáveis à sua realização. Não seria eficiente e mesmo possível, sem que se promovesse, em primeiro lugar, o reajustamento das peças que integram o mecanismo das finanças federais, estaduais e municipais, através de certa uniformização e simplificação de princípios, de organização e de métodos, efetuada nos termos e nos limites traçados pela Constituição, ao atribuir à União a competência de legislar sobre normas gerais de direito financeiro.

No setor da técnica orçamentária, essa uniformização já foi parcialmente obtida e se completará com a aprovação das normas e padrões elaborados pela III Conferência de Técnicos de Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários constante do projeto de lei ora em fase final de discussão no Senado Federal.

Entretanto os problemas mais graves e, sem dúvida, de mais difícil solução, no tocante à coordenação da política financeira do país, se encontram no setor tributário. Em recente trabalho deste Conselho, já foi salientada a urgente necessidade de se empreender reforma do nosso sistema tributário, capaz de sanar os efeitos dos impostos anti-econômicos e harmonizar,

conforme os princípios da ciência e do direito financeiros, os interesses e aspirações legítimas da União, Estados e Municípios com as diretrizes básicas de uma política nacional de desenvolvimento econômico e respeito aos postulados da justiça social.

Recentemente diversos convênios têm sido firmados entre as administrações fiscais da União e certos Estados. Cumpre salientar que tais convênios não se traduzem por nenhuma reforma ou simplificação dos critérios e métodos ora em vigor. Objetivam apenas dar acesso aos agentes fiscais de uma Unidade à escrita, livros e demais instrumentos de controle, estabelecidos pela legislação de outra Unidade. Podem, pois, esses convênios ter algum efeito sobre a eficiência de certas medidas de fiscalização, mas não representam qualquer valor, no tocante ao objetivo fiscal de coordenação da política financeira, de reajustamento estrutural de nosso sistema tributário e de racionalização e simplificação do aparelhamento fiscal do país.

As bases dessa reforma tributária já foram objeto de estudo do Conselho Nacional de Economia, cujo plano de trabalhos constou de longa exposição aprovada pelo Senhor Presidente da República, por meio de um despacho em que Sua Excelência procurou exprimir, com toda clareza, seu pensamento a respeito de tão importante problema. (*)

OBJETIVOS DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA

130. No Brasil vários obstáculos se opõem à formação do capital e, entre os mais importantes, cumpre assinalar:

- a) — o baixo nível de ingresso per capita
- b) — a insuficiente capacidade para importar
- c) — a deficiente utilização dos capitais disponíveis.

(*) — Despacho — "Aprovo, em suas linhas gerais, as conclusões do Conselho Nacional de Economia.

Promovo o Ministro da Fazenda, com a colaboração do Conselho Técnico de Economia e Finanças, do Conselho Nacional de Economia e de outros órgãos habilitados, as medidas conducentes à reunião preparatória de técnicos federais, estaduais e municipais e à realização, a seguir, no menor prazo compatível com os problemas a serem examinados, de uma conferência nacional de política financeira e de legislação tributária, para o fim de acordar, se possível, com os poderes públicos estaduais e municipais, a coordenação das políticas financeiras, como é indispensável e urgente ao equilíbrio econômico, à realização dos programas públicos e ao desenvolvimento do País.

Em 11 de agosto de 1951.

(ass.) G. Vargas'

O incremento na formação de capitais depende, em grande parte, da composição do sistema tributário. Arma de duplo efeito, pode a tributação agir como instrumento “pulverizador” de capitais já formados, ou constituir valioso elemento “formador” de capitais, acumulando, através de “poupanças forçadas” considerável massa de poder de compra. Gravando forte e progressivamente os rendimentos, impede ou retarda o ritmo de capitalização e, trasladando os efeitos de tributação sobre o consumo, pode acelerá-lo.

Cumpra estabelecer as diretrizes gerais da política econômica e social, especialmente no campo dos investimentos públicos e privados, para que o problema da reforma do nosso sistema tributário possa servir para melhor incrementar a formação de capital.

131. Num país carente de capitais, em que se torna imperioso elevar o nível da poupança privada, não se deverá dar muita ênfase ao imposto de renda, pois, através a taxaçaõ progressiva, esse tributo pode vir a funcionar como inibidor da formação de capitais. Acrescente-se que a poupança é diminuta, sendo baixo o padrão de vida da maior parte da população, e os salários não atendem, em virtude da inflação, às necessidades vitais.

Os impostos diretos gravam a renda ou o capital e incidem de preferência, sobre os grupos detentores de riqueza, transferindo-se seu ônus apenas em parte. Se esses impostos atendem ao princípio da justiça na repartição dos tributos podem também, como já dissemos, dificultar a formação de capitais, o que não parece conveniente ao progresso do país. Os impostos que recaem sobre a renda capitalizável desestimula o desenvolvimento econômico. Entretanto, isso não significa que não se possa ampliar a arrecadação do imposto de renda, intensificando-se a sua taxaçaõ nos casos de lucros de caráter especulativo, conforme foi ponderado pelo Conselho em sua Exposição anterior.

No domínio dos impostos indiretos, com o imposto de vendas e consignações já estamos onerando bastante o consumo, de maneira indiscriminada. Dado o baixo poder aquisitivo da po-

pulação, seria desaconselhável qualquer medida que tendesse a provocar a elevação do preço dos bens de consumo genérico e viesse a acelerar ainda mais a pressão inflacionária.

O sistema tributário poderia também ser mais eficiente quanto ao desestímulo a alguns investimentos e na redução dos gastos em certos bens de consumo restrito, por parte do público, promovendo, assim, a acumulação de capitais para investimentos. Mas, para reduzir o consumo e orientar as economias, não são suficientes apenas medidas fiscais. Além dessas, outras providências se tornam necessárias, entre as quais o controle sobre a produção de artigos de luxo e as importações desse tipo.

Em países como o nosso, a política fiscal deve se encaminhar no sentido de aumentar as poupanças, mantendo o mesmo nível de consumo. Isto se pode conseguir com a disciplina dos investimentos e consequente aumento da produção.

132. A experiência indica que, quando os instrumentos monetários e outras medidas anti-inflacionárias não surtem efeito, deve-se recorrer às imposições fiscais. Na realidade, em certo sentido, a tributação transfere ao Tesouro fundos privados que de outra forma seriam gastos em bens de consumo. Entretanto, o imposto que reduza o consumo e aumente as poupanças — se estas não forem orientadas no sentido de investimentos produtivos — pode ter uma consequência desfavorável sobre a produção, os negócios e o emprego, quando se encontram diretamente relacionados com o volume da produção destinada ao mercado.

O imposto de vendas e consignações, que transfere para toda a massa de contribuintes os encargos da tributação, tem sido aconselhado como muito favorável ao nosso país, pois, facilitaria a concentração de capitais de que tanto necessita o Brasil para o seu desenvolvimento econômico. Mas, se se transformasse em rôlo compressor do poder aquisitivo das classes menos afortunadas, seus efeitos seriam contrários a esse mesmo objetivo, afetando a produção e o giro dos negócios. Esse imposto, gravando da mesma forma qualquer produto, sejam os de luxo ou os de consumo genérico, como se acha expresso no parecer deste Conselho ao projeto de lei n. 1.698, de 1952, vem

pesar mais nos gêneros de consumo genérico, e notadamente nos de alimentação, consumidos por tôda a população e que passam por maior número de intermediários.

Os impostos de renda e de consumo que, pela sua natureza, são destinados a gravar com maior intensidade as classes de mais elevados rendimentos e os gêneros menos essenciais, não conseguem contrabalançar os efeitos desfavoráveis do impôsto de vendas e consignações.

O Conselho Interamericano Econômico e Social, no estudo sôbre a inflação nos Estados Americanos, indicou que a estrutura fiscal nesses países tende a fortalecer as pressões inflacionárias, porque os impostos recaem especialmente sôbre o consumo. No Brasil, como já indicámos, acentua-se essa tendência, embora o preceito constitucional aponte a orientação em contrário.

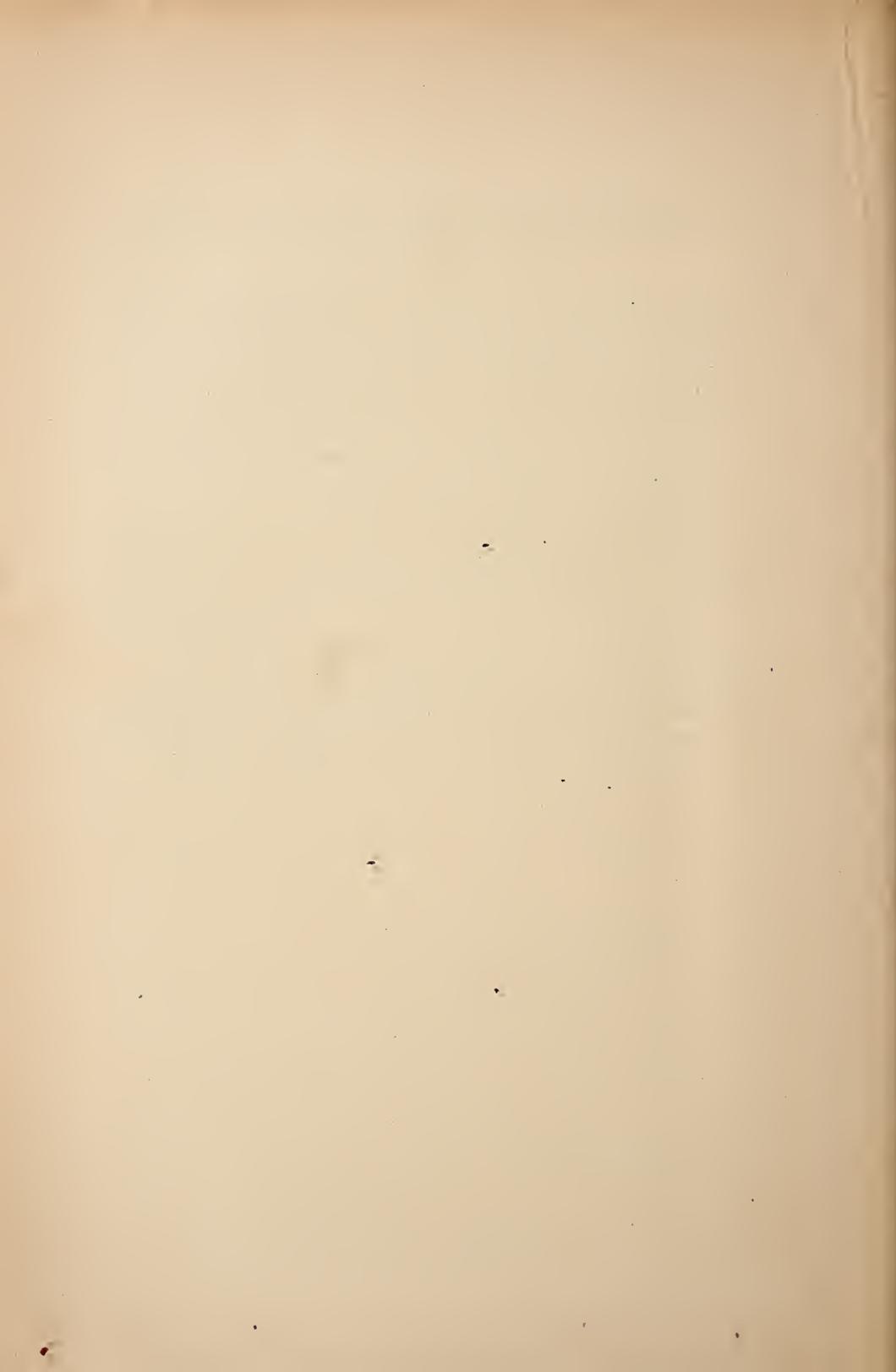
133. Para um considerável investimento em obras públicas, de produtividade indireta e de rendimento lento e baixo, o financiamento, pelo menos nas primeiras fases, tem que ser obtido através da tributação. Isso porque, como já se observou, a situação proveniente da pressão inflacionária, que quase sempre acompanha o desenvolvimento econômico, constitui uma das razões para se preferir a taxação ao emprêgo de outros meios de financiamento.

Entretanto, tributando-se fortemente a renda, restringe-se a capacidade de investimentos nos setores em que se faz necessário a produção de bens de consumo genérico e, conseqüentemente, agrava-se a pressão inflacionária. Poderia ocorrer, ao contrário, uma diminuição da pressão inflacionária reduzindo-se o tributo a fim de favorecer a capitalização e, dessa forma, a criação de disponibilidades para serem aplicadas na produção de bens de consumo. No primeiro caso, não são muito grandes as possibilidades de estimular a economia nacional através de medidas inflacionárias, pois, a inflação é incompatível com o pleno desenvolvimento econômico. No segundo, haveria redução de rendas públicas e da capacidade de investimento, por parte do Poder Público, nos setores da energia, transportes,

produtos básicos, etc., indispensáveis ao progresso da indústria e da economia nacionais.

134. As despesas governamentais no programa de desenvolvimento devem ser realizadas através de medidas não inflacionárias de investimento. E, sem dúvida, a primeira fonte de financiamento desse tipo é o impôsto que, constituindo diminuição do poder de compra dos contribuintes, obriga a restrições das despesas supérfluas ou de investimentos especulativos, que nos países em fase de expansão têm alta significação como determinantes de pressões inflacionárias.

O progresso econômico do país, em grande parte, dependeria da ação do Poder Público em orientar os investimentos nacionais e as despesas governamentais, desviando-se de aplicações menos produtivas para outras mais produtivas, acompanhadas do firme propósito de moderação dos gastos públicos. Por meio de seguras medidas fiscais e monetárias, e de uma política de tributação tendente a encorajar a formação de capitais e dirigí-los para setores mais produtivos, o Governo poderá incrementar o desenvolvimento econômico nacional.



CAPÍTULO VI

INVESTIMENTOS E POLÍTICA MONETARIA

a) — A hierarquia dos investimentos

135. Os capítulos anteriores informam-nos suficientemente das vivas necessidades de realizações de todo tipo, a fim de atender a uma economia em progresso, e frequentemente indicam empreendimentos em que se solicitam iniciativas e capitais.

Não deixa, pois, de causar apreensão o acúmulo de realizações por parte dos governos da União e dos Estados, assim como dos particulares, concorrendo todos, uns com os outros, na procura de fatores de produção.

Se o surto de investimentos se processasse num ambiente de recursos flexíveis, os efeitos da procura dos meios de produção seriam menos agudos.

Todavia, bem outro é, no momento, o panorama brasileiro. É reconhecida a dificuldade de nos suprimos de produtos agro-pecuários e de aumentar o nosso contingente exportável de matérias-primas. Conhecidos são, também, a escassez de energia elétrica e as dificuldades que representa, para o país, a utilização dos combustíveis nacionais. Desnecessário será mencionar os embaraços presentes para a importação de matérias-primas e de equipamento.

136. Quanto maior, pois, fôr a nossa atividade econômica a par dessa inflexibilidade de suprimento de alimentação para o homem e de energia para as máquinas, tanto mais frágil será a base econômica de toda expansão que estamos presenciando.

Consequentemente, não é por pessimismo que o Conselho Nacional de Economia vem solicitando, na presente fase, a atenção das autoridades para o problema do escalonamento dos investimentos.

b) — A hierarquia dos investimentos e o programa de socialização das empresas

137. Em sua primeira "Exposição da Situação Econômica do país, "êste Conselho, no Capítulo IV, relembra que a hierarquização dos investimentos implica na preferência das aplicações que possam propulsionar, de maneira ampla, o conjunto das atividades econômicas. Daí a ênfase dada à energia elétrica e aos transportes, como empreendimentos de caráter urgente.

Não se limitou, porém, a focalizar prioridades dos investimentos sob seu aspecto técnico, ou seja aquele em virtude do qual os sucessivos investimentos e a produção corrente, em geral, possam ser realizados com maior eficiência e, portanto, a menor custo. O Conselho tem pedido a atenção para o aspecto financeiro, pois o problema econômico consiste, precisamente, na conjugação dos processos de financiamento com os da técnica.

O campo de investimentos de caráter puramente estatal é vasto, em nosso país, e exige somas enormes. A assistência social, a difusão do ensino técnico na agricultura e na indústria, a assistência técnica e financeira à produção e a fiscalização geral dos transportes ferroviários, da navegação marítima e fluvial e vários outros empreendimentos urgentes, que não contam com a iniciativa particular, e que ficam citados ao longo desta Exposição, constituem encargos enormes, cujo financiamento tem sérias repercussões no gravame tributário. Entretanto, não obstante tão vultosos encargos, o Governo, tornando ainda mais difícil a situação financeira do país, revela tendências, nesses últimos quatro ou cinco anos, a socializar a indústria da energia, sem adotar, em correspondência, uma política adequada de crédito público e de impostos. Dêsse modo, todo o esforço de saneamento do meio financeiro seria prejudicado, inclusive os efeitos que resultariam de planos de hierarquização dos investimentos, conforme veremos adiante.

138. Normalmente, os recursos para os investimentos deflúem das somas que deixam de ser, voluntariamente, aplicadas ao consumo. São lucros que as empresas não distribuem aos

sócios ou acionistas, ou excedentes de renda que os indivíduos destacam para capitalizar.

A primeira vista, parece que o Governo contribui para aumentar o ritmo da capitalização quando grava as importâncias destinadas ao consumo, no propósito de financiar seus empreendimentos. Mas, até que ponto êsse acréscimo de “economias compulsórias” corresponde à liberação de fatores de produção? Eis a importante questão, que tem sido descurada.

Um impôsto que grave o consumo só representará verdadeira economia, se o consumidor, que sofre a tributação, reduzir o seu consumo (sem com isso concorrer para que seja diminuída a produção) e assim liberar fatores que possam ser aproveitados pelo Governo, em seus empreendimentos. Entretanto, tal equilíbrio não se verifica. No quadro da página 109, vemos a rápida expansão dos investimentos governamentais, a par de um acréscimo, em ritmo bem menor no setor particular, mas significativo quanto ao vulto das importâncias. Nessa fase, de 1947 a 1950, a influência governamental se fez sentir no mercado por meio de emissões de papel-moeda, contrabalançadas, de certo modo, pela redução de construções de particulares. Em 1950, porém, vemos bem nítidas as possibilidades da concorrência que, em 1951, devem ter sido ainda mais fortes. As perspectivas, neste particular, não são satisfatórias, pois da concorrência surge, logicamente, um tendência à alta dos preços dos diferentes fatores de produção, que poderá ser alimentada pela política de crédito.

139. Vemos, assim, como a transferência de poder de compra, realizada pelo Governo na esfera do consumo, pode ser anulada e superada pelo acréscimo da formação da renda no mercado dos fatores da produção. Verifica-se, em última análise, a conhecida inflação, embora menos grosseira e intensiva do que ocorreria, caso o Governo recorresse pura e simplesmente a emissões de papel-moeda.

140. A elevada participação da receita tributária, que recai sobre o consumo, conforme se verifica no Capítulo V, torna o sistema tributário incompatível com o programa de socialização de empreendimento.

141. Um programa de socialização de empreendimentos, para ser realizado sem fortes influências inflacionárias, notadamente em época de inflexibilidade de suprimentos básicos, conforme foi referido no parágrafo primeiro, requereria uma redistribuição mais direta dos fatores de produção. E, para isso, exigiria a reestruturação de todo o sistema tributário e maior restrição do crédito bancário, de modo a canalizar grande parte dos recursos das empresas particulares para as empresas do Estado.

Mas, será esse o propósito do nosso Governo?

142. Parece que não. As medidas tributárias que adota, nos termos, aliás da Constituição, continuam a almejar a formação de capitais, sinal de que procura incentivar o progresso do país tendo como base a iniciativa particular. Não pode, porém, o Governo enveredar, simultaneamente, por dois caminhos que se opõem quanto aos fins visados. Se insistir em palmilhar juridicamente o caminho da socialização e financeiramente seguir pela estrada da iniciativa particular, fatalmente acabará por agravar consideravelmente os males que afligem a grande massa dos consumidores.

Nêste ponto, cabe ao Conselho frisar que a situação do bem estar social descrito, em sua primeira "Exposição", não se apresentou melhor no curso de 1951. Aliás, as reivindicações de melhoria de salários e de vencimentos são um sinal elucidativo do descontentamento dos consumidores. (*)

c) — A socialização de empresas e a socialização de empreendimentos

143. Há uma corrente, no Governo, que considera apropriada ao nosso país um movimento de socialização de empreendimentos, notadamente no campo da energia e dos transportes.

Não pretende este Conselho considerar, nesta Exposição, a socialização como princípio. Cumpre-lhe, porém, assinalar a incoerência de atitudes, ou seja a existência de um programa de socialização a par de um sistema tributário e de uma política de crédito, com êle em completo desacordo. Cabe-lhe, também,

(*) — Vêr Anexo XV.

pedir a atenção para os fatores institucionais, no país e fora do território nacional, a fim de compreendermos melhor os exemplos estrangeiros.

144. Na Inglaterra, a socialização de empresas prende-se a organizações já em pleno funcionamento. Não se trata de empreendimentos novos. E há nisso enorme diferença com o que ocorre em nosso país.

145. No caso de empresas em funcionamento, é possível a introdução compulsória de apólices em lugar das antigas ações, sendo a compulsoriedade amenisada por uma longa tradição de crédito público e pela manutenção da remuneração equivalente em juros do que era recebida em dividendos. A socialização, nesse caso, consiste na substituição das ações por títulos da dívida pública; resume-se em transferir na escrituração da renda nacional, parcelas de rubrica “dividendos” para a de “juros”. Diz-se, mesmo, que dessa transferência decorre uma economia de **distribuição de renda**, pelo fato de ser menor a exigência de remuneração, pois os juros de títulos de dívida pública não oferecem o mesmo risco que acompanham as ações. Aliás, a possibilidade de diminuição da remuneração do capital constitui um dos argumentos em favor da socialização, no sentido de preservar-se maior soma para os investimentos ou proporcionar-se a possibilidade do barateamento dos preços. Esses argumentos — diga-se de passagem, — não são muito convincentes, pois a parte da receita destinada à distribuição de lucros é quase sempre bem inferior às somas que são destacadas para fazer face às substituições e à expansão das empresas.

146. Seja, porém, como fôr, o importante a assinalar é que no caso de empreendimentos novos, a socialização assume complexidade de bem maior. Há necessidade de levantamento de capital e, portanto, de restrição do uso de recursos que poderiam ser aplicados pelos particulares. Ou se apela para a subscrição voluntária de apólices, — se se quizer preservar o crédito público — ou se há de recorrer à tributação direta, de maneira substancial.

147. O fato de não enveredarmos, de maneira decisiva, pela estrada financeira adequada à socialização dos investimentos

é devido, evidentemente, à falta de uma convicção política de caráter nacional, sôbre a conveniência de nos nortearmos por êsse rumo econômico.

A evolução do Direito Constitucional Brasileiro permite um entrosamento entre a política econômica do Govêrno e a iniciativa particular, em condições muito mais flexíveis do que seriam admissíveis em países onde os limites entre o direito público e o direito privado sofreram demarcações mais nítidas do que entre nós. Consequentemente, nêsses países, considera-se necessária a socialização de emprêsas para alcançar-se uma política econômica nacional. ao passo que, em nosso país, é plenamente compatível o empreendimento privado com a interferência governamental.

A êsse propósito convém repisar os argumentos que êste Conselho expendeu quando emitiu parecer sôbre as emprêsas de energia elétrica. São pertinentes as seguintes considerações:

“O interêsse coletivo faz-se sentir sempre que a importância do consumo de um bem econômico, mercadoria ou serviço, se relacione a um suprimento de caráter monopolístico. Tal como ocorre com as emprêsas de transporte e de energia elétrica, as metalúrgicas e químicas em muitos casos não se apresentam em número suficiente para assegurar um suprimento em livre concorrência, devendo, assim, o Estado, dada a importância dêsses produtos, acompanhar a atuação das companhias, com o propósito de evitar a especulação nos preços e, mesmo, impedir a decadência de sua produtividade.

Por força de condições técnicas e financeiras é crescente o número de casos em que a produção se processa em círculo cada vez menor de unidades produtoras, o que, por sua vez, obriga à ampliação dos serviços fiscalizadores do Estado. Tais produções, pela exiguidade do número de produtores e pela importância que têm no consumo, tornam-se em atividades econômicas de interêsse coletivo e, consequentemente, transformam-se em produção de caráter semelhante aos dos serviços públicos.

De acôrdo com a Constituição, os serviços públicos se destacam em dois grupos: um em que se reconhece, a priori, a existência do interesse coletivo, e outro em que o reconhecimento é feito a posteriori. Nêste, o interesse coletivo revela-se pela “intervenção econômica” — naquêle, há a indicação prévia de que o empreendedor, ao iniciar sua atividade, já o fará como prestador de serviço público. Em outros termos, a Constituição estabeleceu dois tipos de normas de reconhecimento de interesse coletivo: o que se verifica previamente e dá ensejo à concessão, e o que se depreende do curso dos acontecimentos, e dá lugar à “intervenção econômica” em virtude da qual a atividade particular é integrada na esfera da atividade pública.

Convenhamos, porém, que em nenhum dos dois casos se impõe a conjugação do serviço público com a transferência do patrimônio do particular para o Estado. Tanto pode o Estado administrar e financiar uma produção que não seja de interesse geral, como pode um particular administrar e financiar, com recursos próprios, um empreendimento de fundamental interesse coletivo. No primeiro caso, muito embora o patrimônio seja estatal, não há serviço público; no segundo, o serviço é caracteristicamente público, embora se trate de patrimônio particular. (*)

e) — **Os capitais particulares e os empreendimentos de utilidade pública**

148 Alega-se que o capital particular não aflue para os empreendimentos básicos, sendo, portanto, necessário ao Estado assumir o papel de empreendedor. O Conselho Nacional de Economia já teve a oportunidade de referir-se a êsse problema, ao emitir o parecer já referido, no qual tratou das empresas de serviços público. Ponderou, então, que a grande variedade dos investimentos no campo industrial, que se vê em nosso país,

(*) — Revista do Conselho Nacional de Economia — 1952, ns. 4 e 5, agosto e setembro — fls. 9 e 10.

mostra que a iniciativa particular tem procurado o nivelamento da remuneração do capital em diferentes aplicações. O censo de 1950, comparado com o de 1940, evidencia ter havido bastante uniformidade no surto industrial, nos seus diferentes ramos de atividade.

Nestas condições, se o capital particular vem deixando de contribuir para o desenvolvimento dos serviços públicos, tão ansiosamente desejados, sobretudo no que diz respeito à energia, é porque uma legislação inadequada vem levantando obstáculos ao financiamento particular nas mencionadas empresas. Mostra o aludido parecer que dois erros praticaram os nossos governantes na política dos serviços públicos. Um de caráter geral, verificável em vários países, e outro peculiar às nossas condições monetárias.

O primeiro, originou-se da resistência dos governos em não reconhecer a insuficiência das tarifas. Com o explicável receio de desgostar a opinião pública, eram mantidas tarifas em completo desacôrdo com o preço de remuneração dos demais serviços. Hoje, porém, é geral a compreensão da incompatibilidade da eficiência dos serviços públicos com a remuneração de um regime tarifário anti-econômico. Sômente em casos especiais é que são aceitos serviços públicos deficitários, ou seja, quando o preço dos serviços excede às possibilidades econômicas de seus consumidores. O segundo êrro é menos palpável, mas igualmente nocivo. O Govêrno adotou normas em sua legislação que não se coadunam com a desvalorização de nossa moeda. Verificou êste Conselho, na unanimidade dos depoimentos, que as condições legais e econômicas que rodeiam a exploração dos serviços são tão pouco convidativas e atraentes que vêm sacrificando sèriamente a expansão dos mesmos, tornando realmente difícil obter, no mercado nacional e internacional de capitais, a cooperação necessária para o desenvolvimento compatível com as necessidades cada vez maiores do mercado consumidor.

O risco, remoto é verdade, mas sempre possível, de desapropriações, seguidas de ressarcimento à base do custo histórico, a remuneração das somas investidas, processada em condições insuficientes para permitir a constituição de fundos e reservas

que protejam o capital em face da depreciação monetária e dêem margem à expansão do empreendimento, são circunstâncias de atividades, como até aconselham o desvio de resultados que, não só deixam de estimular maiores aplicações neste dos nêles auferidos para outros mais compensadores.

149. Se o Conselho se mostra insistente, afirmando e reafirmando a necessidade de criar-se um ambiente propício à expansão da iniciativa particular, é porque por esse caminho pode o Governo atingir, com muito mais facilidade seu escopo de hierarquização de investimentos, com tôdas as garantias de uma fiscalização sistemática, capaz de preservar o patrimônio do país e assegurar a melhoria do bem estar social. Se, entretanto, as forças políticas, numa mutação dos tradicionais rumos nacionais, continuarem a enveredar desavisadamente pelo caminho da socialização dos empreendimentos básicos, é preciso que não incidam na incoerência de manter os princípios liberais na receita e adotarem os socialistas na despesa.

f) — Volume dos Investimentos

150. Se os orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios representassem tôda a atividade dos governos, seria fácil estimar-se o montante dos investimentos e a soma dos respectivos recursos. Mas os nossos orçamentos não se revestem do princípio da universalidade. Além disso, não permitem contabilizar em separado as despesas de custeio e as que representam aumento de valor. O próprio orçamento da União caracteriza-se pela ausência de várias contas, que ali não figuram por constituírem fundos especiais ou por serem aplicados por entidades autárquicas. Dêsse modo, a soma dos investimentos públicos, que deveria ressaltar de simples inspeção de um balanço consolidado, só pode ser destacada mediante insano trabalho e analisada de modo impreciso.

151. Cabe, ainda, assinalar — como vem fazendo sentir o Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda — a diversidade de estrutura e de sistema de codificação da União, com os dos Estados e Municípios, o que impede a ela-

boração de estatísticas financeiras num plano uniforme. O Conselho Nacional de Economia continuará a envidar esforços para que seja adotada uma contabilidade apropriada para o levantamento sistemático dos investimentos. Cumprindo o que foi recomendado na recente Conferência dos Secretários de Fazenda dos Estados e dos Municípios, cooperará, com o mencionado Conselho Técnico de Economia e Finanças, nos estudos para a adoção generalizada dessa contabilidade, em suas linhas essenciais. Para chegar a maior exatidão, seria desejável a padronização dos balanços das empresas privadas no mesmo sentido, o que poderá ser alcançado numa futura etapa.

152. Não obstante esses e outros obstáculos, vão sendo tentadas as estimativas de investimentos realizados. Transcrevendo as avaliações preliminares feitas pelo Instituto de Economia da Fundação Getúlio Vargas, num louvável esforço, temos por fim indicar, tão somente, uma ordem de grandeza.

**ESTIMATIVA DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS E PARTICULARES
NO BRASIL — 1947/1951**

	Valor (milhões de cruzeiros)				
	1947	1948	1949	1950	1951
I. Investimentos Públicos	3.789	5.373	7.614	9.981	9.612
a) Obras Públicas	2.779	4.080	5.688	7.663	8.356
b) Equipamentos e Instalações	909	1.261	1.607	2.206	1.217
c) Equip. Militar, armamentos	101	31	319	112	39
II. Investimentos Particulares	19.990	19.164	23.664	28.244	42.152
a) Equipamentos	11.772	11.096	13.619	15.927	21.866
b) Construções novas	9.443	8.816	9.217	9.284	13.575
Alterações de "stocks" (+).....	- 1.232	- 1.648	+ 328	+ 2.333	+ 6.711
III. Investimentos Públicos e Particulares	23.779	24.537	31.278	38.225	51.764
IV. Menos: Deprec. de Equip. Inst.	9.376	10.458	12.404	13.389	14.934
V. Investimentos líquidos, excluídos os saldos ou deficit com o exterior (III — IV).....	14.403	14.079	18.875	24.836	36.830

NOTA — Este quadro representa uma segunda estimativa do Instituto de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

153. Muito embora as ressalvas que essas estimativas impõem, poderíamos admitir as seguintes considerações:

1.º — Comparando a rúbrica c, relativa a investimentos públicos, com a rúbrica f, investimentos particulares, vemos que a evolução da primeira é muito mais acentuada do que a segunda, o que é plausível sob o ponto de vista da hierarquização dos investimentos, referidos no parágrafo anterior. Ocorre, porém, que parte apreciável das obras públicas prende-se a construções rodoviárias, que nem sempre estão relacionadas ao escoamento da produção de procura mais intensa, e parte dos equipamentos prende-se à encampação de empresas ferroviárias. Esse último fato mostra a importância financeira do programa de socialização dos empreendimentos, que se vai acentuar, daqui por diante com os planos estaduais de energia elétrica e os planos do Governo da União no campo dos combustíveis líquidos.

2.º — Comparando a rúbrica d, que diz respeito à aplicações de capitais de empresas particulares na obtenção de equipamentos, com as rúbricas j, relativa à depreciação de equipamentos, e e, que se refere a construções novas, em sua maior parte de edifícios residenciais, vemos o exagêro de aplicação dos recursos dos particulares em imóveis, pois, por essa indicação, podemos admitir que 60% dos investimentos líquidos dos particulares são destinados aos imóveis.

154. Este Conselho, em sua primeira exposição anual, referiu-se à distorção dos investimentos e procurou ressaltar o relativo exagêro das aplicações dos recursos disponíveis no setor imobiliário. Diante da ordem de grandeza dos investimentos só tem que repisar seus argumentos pedindo a atenção para os quatro pontos seguintes, que alimentam a distorção dos investimentos:

- a) — a tendência da desvalorização monetária;
- b) — os obstáculos opostos à aplicação de capitais particulares a várias atividades, como ocorre no campo da energia;
- c) — a rigidez do controle de importação a que temos sido levados;
- d) — a administração discricionária de nossas sociedades anônimas.

O primeiro ponto foi amplamente discutido na Primeira Exposição Geral do Conselho. O segundo constitui o objeto de toda a argumentação da primeira parte deste capítulo.

Os pontos correspondentes aos itens c e d estão desenvolvidos nos Capítulos IV e II.

SITUAÇÃO MONETÁRIA

g) — A evolução dos meios de pagamento

155. No primeiro semestre de 1952 houve visível redução no ritmo do aumento dos meios de pagamentos, conforme indicam os seguintes dados:

	ANÁLISE DOS MEIOS DE PAGAMENTOS			
	(valores em milhões de cruzeiros)			
	Média do 2.º semestre 1950	Média do 1.º semestre 1951	Média do 2.º semestre 1951	Média do 1.º semestre 1952
a) Moeda em poder do público (*)	24.206	25.423	27.494	27.639
b) Depósito à vista no Banco do Brasil	28.432	28.938	32.540	36.887
c) Depósito à vista nos outros bancos	34.128	47.016	50.370	52.331
d) Empréstimos e Descontos do Banco do Brasil (**)	28.516	31.259	38.048	43.873
e) Empréstimos e Descontos dos demais bancos	46.430	56.743	63.048	65.468

(*) — A moeda em poder do público: (saldo das emissões de papel moeda, menos a caixa dos bancos).

(**) — Excluída, a fim de facilitar a comparação, a importância do empréstimo, que ficou incorporado ao meio circulante, na soma de nove bilhões de cruzeiros, que era devido pelo Banco do Brasil à Carteira de Redescontos. (Lei n. 1.419 de 28 de agosto de 1951).

156. No primeiro semestre de 1952, os descontos e empréstimos foram, aproximadamente, de 8 bilhões a mais do que os verificados no último semestre de 1951. Contudo, se considerarmos os aumentos anteriores, reconheceremos que êsse acréscimo representa a metade da expansão já verificada no semestre anterior. Ora, como é comum a queixa contra a falta de crédito, qualquer retração pode parecer condenável. Entretanto, se fizermos uma comparação entre a evolução do crédito bancário e o desenvolvimento do valor da produção o que, aliás, é falho porque o valor da produção é influenciado pelas concessões de crédito — veremos que, mesmo com o defeito da comparação, o ritmo de crescimento do crédito está tão acentuado que supera o acréscimo do valor da produção.

EMPRÉSTIMOS E VALOR DA PRODUÇÃO (valores em milhões de cruzeiros)					
	I Empréstimos e descontos (*)	II Valor da Pro- dução Agrícola	III Valor Adicional pela indústria (**)	IV Totais dos va- lores da produção (II + III)	V Relação entre I/IV
1940 ...	12.837	8.606	8.371	16.977	0,75
1950 ...	88.019	51.177	58.388	109.565	0,80
1951 ...	105.546	55.434(**)	63.389(**)	118.823	0,88

(*) — Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda.

(**) — Excluídas as matérias-primas, para evitar duplicidade com a produção agrícola. Dados dos Censos de 1940 e 1950. Estimativas para 1951.

157. Os valores da coluna IV representam mais da metade da renda nacional, avaliada em cerca de 200 milhões de cruzeiros o que significa que, enquanto em 1940 cada cruzeiro da renda do país era financiado em 37 centavos, em 1951 passou a ser financiado em 43 centavos.

Essa contribuição do crédito bancário é extraordinária, pois noutros países, como nos Estados Unidos, por exemplo, a rela-

ção entre os empréstimos bancários e a renda nacional é da ordem de vinte e cinco por cento. Alcançamos, assim o dôbro.

É bem verdade que os bancos, nos Estados Unidos, além de aplicarem seus recursos em empréstimos comerciais, destacam parte considerável de seus recursos na compra de títulos do Governo e, mesmo, em títulos de empresas particulares. Além, portanto, do poder de auto-financiamento de várias empresas, devemos levar em consideração a parcela de investimentos dos bancos. Dêsse modo, a referida percentagem de 25% passa a ser de 60%, superior, pois, a percentagem de 45%, registada para o Brasil. Não nos esqueçamos, porém, de que parte importante de nosso meio circulante contém parcelas que, em outros países, são representadas por apólices em poder do público ou dos bancos. Assim, por exemplo, à soma de 105 bilhões de cruzeiros de empréstimos bancários, poderia ser adicionada a de 9 bilhões de cruzeiros, de empréstimos do Banco do Brasil, que foi incorporada ao meio circulante.

Pesando, pois, todos esses fatos e circunstâncias, vemos que a contribuição do crédito não é tão escassa como se alega. Outros defeitos, pois, devem ser analisados, em virtude dos quais possamos apurar o motivo porque somas globais de crédito, de proporções avultadas, não atingem, convenientemente, o cerne da produção.

Em parecer dirigido ao Senado, este Conselho manifestou-se sobre a política de redesconto, sugerindo um sistema de flexibilidade de crédito nos setores rurais, aliado a um processo, concomitante, de restrição à expansão nos centros urbanos, de modo a impedir-se o efeito cumulativo do acréscimo de meios de pagamento.

Convém, ainda, ponderar que as medidas monetárias, embora de caráter genérico, constituem parte do conjunto de um programa de Governo. Assim, tendo as autoridades verificado um aumento muito rápido de crédito, em 1951, sobre 1950, cumpria-lhes por termo a essa expansão. E a providência foi tomada, conforme assinalam, no quadro seguinte, os dados de janeiro a maio de 1952. De junho em diante, observa-se uma tendência a nova expansão.

SITUAÇÃO DO CRÉDITO E DOS MEIOS DE PAGAMENTO

1952	MEIOS DE PAGAMENTO (Valores em milhões de cruzeiros)				
	Empréstimos do Banco do Brasil	Empréstimos de outros Bancos	Vista no Banco do Brasil	Depósito à vista noutros Bancos	Moeda em poder do público
Janeiro ..	42.959	64.534	35.584	52.472	27.819
Maió	44.928	65.259	36.787	50.988	27.876
Junho ...	47.546	66.189	41.714	53.122	27.910
Julho	48.282	66.981	43.963	54.084	28.553
Agosto ..	49.484	69.352(*)	44.763	55.600	29.286
Setembro .	49.966	70.470(*)	45.175	56.300	29.730

(*) — Representam estimativas.

Todavia, as reclamações sôbre a falta de crédito, até junho, foram muito grandes e ainda perduram em certas regiões.

É próprio de uma política restritiva levantar uma corrente de descontentes, dêsses que só enxergam a situação individual, sem compreenderem que a real prosperidade de suas empresas depende das condições da economia em seu conjunto. Entre nós, porém, em 1952, havia certa procedência nas queixas formuladas. De fato, se a par da restrição do crédito há um movimento continuado de acréscimo de salários e de aumento de impostos, federais, estaduais e municipais, como vem ocorrendo, a política de restrição torna-se mais complexa. Neste caso, a providência da diminuição de crédito pode ir além de seus objetivos. É de sua finalidade impedir a retenção de mercadorias e desencorajar a expansão dos negócios, em termos do custo crescente; mas, obviamente, não tem por fim precipitar as vendas, nem forçar a queda da produção normal.

A restrição do crédito, verificada em princípios de 1952, não foi todavia de molde a determinar uma depressão. Dada, porém,

a circunstância de ter sido aplicada ao lado de fatores contrários à possibilidade de uma produção a custos constantes, a restrição deveria ter sido adotada com maior grau de seleção e, principalmente, com maior compreensão do crédito por parte de vários banqueiros. Alguns dêles costumam tratar as disponibilidades monetárias como se fôsem uma mercadoria qualquer, cujo preço, nos curtos períodos de duração, pode elevar-se, conforme a intensidade da procura. Esquecem-se, por completo, de que desempenham um serviço eminentemente público e que, no caso de uma procura de crédito maior do que a disponibilidade dos depósitos, compete-lhes racionar ou selecionar o crédito, mas, de forma alguma, elevar-lhe o preço; salvo, bem entendido, nos casos de uma tendência ao entesouramento, quando, de fato, os depositantes exigem preço mais elevado. Os dados estatísticos, porém, não autorizam o reconhecimento de uma retirada de depósitos. Ao contrário, os depósitos a vista e a prazo, a não ser esporadicamente, vêm acusando aumentos constantes, com o natural decréscimo no ritmo da expansão, nas fases em que diminuem os redescontos. Essa diminuição é, precipuamente, orientada pelo Governo, com o propósito de limitar a concessão de crédito e, conseqüentemente, com o fim de limitar os empréstimos aos depósitos primários. Cabe, portanto, aos banqueiros, distribuir o crédito em maiores e menores somas, de acôrdo com a natureza dos negócios. Se os banqueiros, aproveitando-se da pressão da procura de crédito, elevam-lhe o preço, exigindo maiores juros — ou, disfarçadamente, maiores comissões — no fundo, desvirtuam por completo a política de racionamento e de seleção do crédito e, desse modo, operam em flagrante desrespeito à orientação do Governo.

Os capitais estão sujeitos a juros de mercado; não, porém, os depósitos, uma vez que é logo socorrida pelo Governo qualquer retirada mais acentuada, ou por êle corrigidas, através o redesconto, quaisquer dificuldades oriundas de manifesta tendência de entesouramento. Não são, portanto, os juros que regulam de maneira decisiva o nível dos depósitos no conjunto da economia. Os juros dos depósitos a vista poderiam ser mesmo abolidos, como, alias, ocorre em vários países. Nestas condi-

ções, a elevação da taxa de juros, como resposta à maior pressão da procura de crédito, não tem justificativa econômica, representando, portanto, agiotabem.

O quadro anexo (*) procura explicar os diferentes fatores que influem sobre o encaixe dos bancos particulares. É um estudo interessante, porque tenta localizar as causas que induzem os bancos particulares a retraírem ou expandirem o crédito através a atuação do Tesouro e do Banco do Brasil. Por esse estudo se demonstra como pode o Governo atuar na política de crédito balanceando as operações do Banco com o Tesouro, e as operações cambiais e as de crédito do Banco do Brasil com o público.

Depois de junho, com a determinação do Governo da compra do algodão, acentuou-se a expansão de crédito, à qual se adicionou a habitual expansão estacional.

Seria, realmente, contraproducente não imprimir maior flexibilidade ao crédito bancário e, portanto aos meios de pagamento. Mas, conforme este Conselho se manifestou, no citado parecer enviado ao Senado, esse aumento de crédito, dirigido principalmente às zonas rurais, não deveria, por enquanto abrigar um movimento de expansão cumulativa, pois os efeitos inflacionários de 1950 e 1951 ainda não se acham completamente controlados. Depois que se deixou de contar com o fluxo das importações, ao qual se acrescem a formação de estoques governamentais de mercadorias exportáveis, compradas aos produtores a preços sensivelmente superiores ao dos mercados internacionais, a tendência à elevação de preços agravou-se, não obstante o equilíbrio orçamentário e as restrições do crédito obtidas no primeiro semestre. Consequentemente, a ausência de medida capaz de forçar o aumento dos encaixes bancários, a par dos acréscimos de depósitos, oriundos de uma expansão estacional, torna, agora, extremamente vulnerável a política de manutenção do poder aquisitivo do cruzeiro.

(*) — Ver Anexo XVI.

Esse quadro foi preparado por um grupo de devotados funcionários do Departamento de Economia deste Conselho.

O MERCADO DE CÂMBIO E O CONJUNTO DE MEDIDAS GOVERNAMENTAIS

153. Alguns consideram a introdução do mercado livre de câmbio como sendo a condenação da atual paridade do cruzeiro. Na verdade, a existência de um mercado paralelo ao da taxa oficial é um indicio de certo desajustamento dessa taxa. Mas, esse indicio é apenas o reflexo dos fatos que determinam os aumentos crescentes de vantagens para importar e de desvantagens para exportar; de incentivo para remeter lucros e de desestímulo para trazer capitais. O mercado de taxa livre é, pois, um corretivo a essas tendências.

Não obstante a correção que traz o mercado de taxa livre, por sua vez, pode gerar influências mais intensas e extensas do que o mercado negro. Por isso mesmo, há quem julgue o mercado de taxa livre um grande perigo para a estabilidade do cruzeiro oficial. Todavia a estabilidade do cruzeiro repousa mais no seu valor interno do que no resultado dos controles de seu valor externo.

Se o cruzeiro se deprecia internamente, de maneira continuada, a par de sua estabilidade externa, a pressão para importar e para remeter lucros tende a superar as forças que possam contribuir para a exportação e para a entrada de capitais.

A minudente exposição do Capítulo IV mostra a dificuldade de exportação de vários produtos e a complexidade requerida para o licenciamento de importações. Verificou-se a ponderável influência do câmbio no desnivelamento entre a estabilidade do cruzeiro no comércio exterior e seu valor interno, que se deprecia, de maneira continuada e intensa.

Dada a situação dos preços internacionais de alguns de nossos principais produtos de exportação, seria desaconselhável que optássemos pela depreciação do cruzeiro, no câmbio. Sua efetivação representaria séria agravação do surto inflacionário, que o Governo vem procurando combater. O câmbio paralelo se apresenta, assim, como medida de balanceamento de forças, sendo, porém, de caráter nitidamente parcial e de efeito

temporário. Foi por esse motivo que este Conselho, em sua primeira Exposição, ponderou que a "taxa livre" paralela ao câmbio oficial, com o objetivo de atender a certos desajustamentos e aplicados em conjugação com a política governamental de valorização interna da moeda, deveria ser adotada com muita precaução e constante vigilância. Sem outras providências de ordem fundamental, dentre as quais se destaca a política de investimentos, a criação do mercado livre de câmbio não atingirá os efeitos esperados.

Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1952

Luiz Dodsworth Martins,
Presidente

Edgard Teixeira Leite

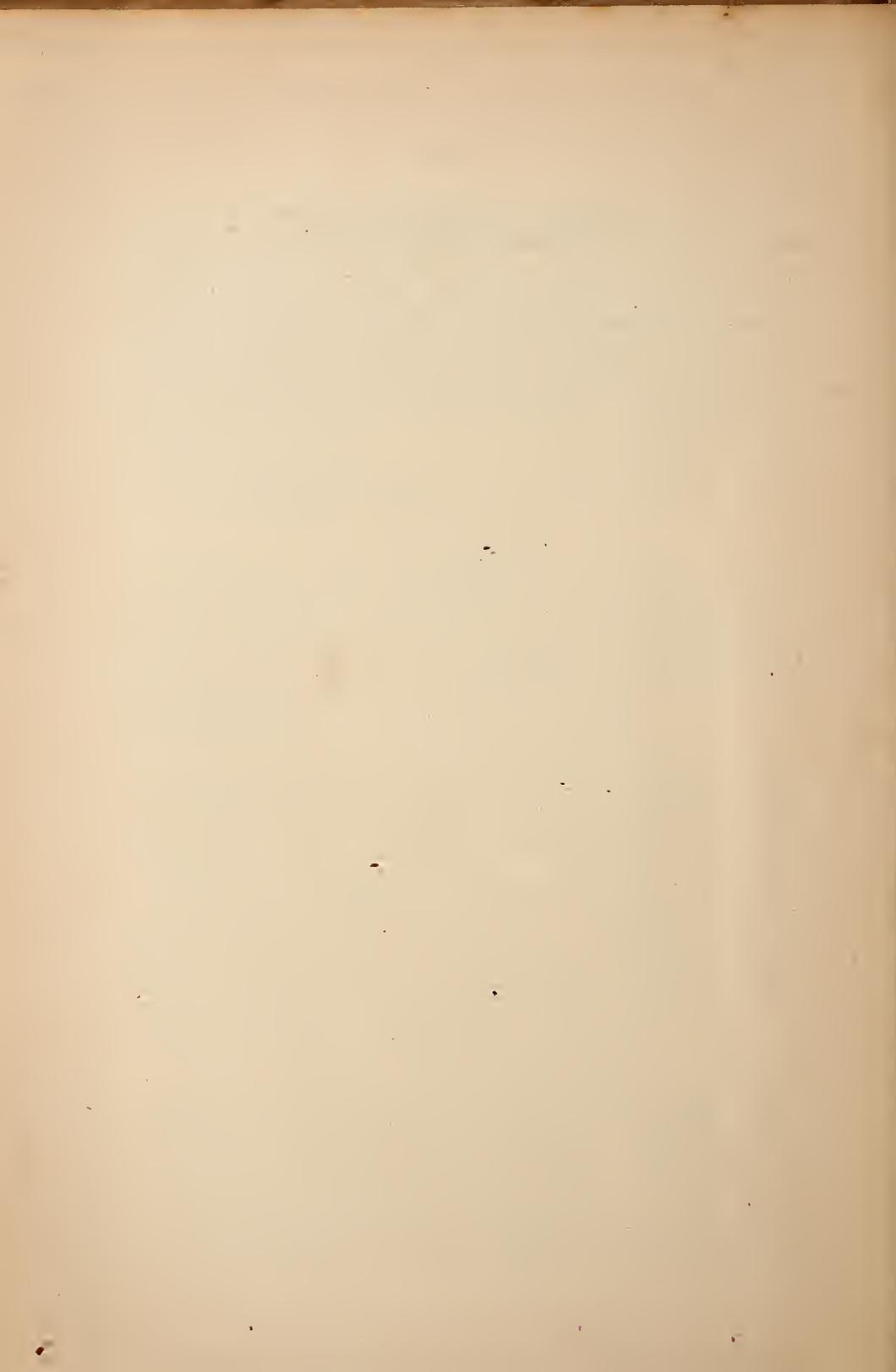
Hamilton Prado

Humberto Bastos

João Pinheiro Filho

Marcial Dias Pequeno

Octavio Gouveia de Bulhões



— 1940/51

		EXPORTAÇÃO			
		DA PRODUÇÃO ANIMAL		DA PRODUÇÃO VEGETAL	
ANOS	DA	VOLUME FÍSICO		VOLUME FÍSICO	
	Índice	Números absolutos (ton.)	Índice	Números absolutos (ton.)	Índice
1940		166.853	100	1.359.291	100
1943		119.193	71	1.111.120	81
1947		136.884	82	843.650	62
1947		72.532	43	987.311	73
1944		53.263	32	1.312.929	97
(1) 1948		35.029	21	1.252.669	92
1941		64.556	39	1.873.909	138
1943		38.017	23	1.871.873	138
1946		47.738	29	2.169.716	160
1942		37.144	22	1.642.890	121
1938		22.745	14	1.495.410	110
1938		13.811	8	1.864.862	137

NOTA : —

(1) — Dê

FONTE : —

ANEXO I
LEVANTAMENTO DO SALDO DA PRODUÇÃO AGRO-PECUARIA "PER CAPITA" — 1940/51

ANOS	PRODUÇÃO ANIMAL				PRODUÇÃO VEGETAL						EXPORTAÇÃO			
	VOLUME FISICO		VALOR		VOLUME FISICO		VALOR		AREA CULTIVADA		DA PRODUÇÃO ANIMAL		DA PRODUÇÃO VEGETAL	
	VOLUME FISICO		VALOR		VOLUME FISICO		VALOR		AREA CULTIVADA		VOLUME FISICO		VOLUME FISICO	
	Números absolutos (ton.)	Índice	Números absolutos (Cr\$ 1.000)	Índice	Números absolutos (ton.)	Índice	Números absolutos (Cr\$ 1.000)	Índice	Números absolutos (Ha.)	Índice	Números absolutos (ton.)	Índice	Números absolutos (ton.)	Índice
1940	1.506.173	100	3.173.872	100	47.069.368	100	7.803.560	100	12.913.987	100	188.853	100	1.359.291	100
1941	1.543.870	102	3.587.928	113	47.879.257	102	8.682.414	111	13.319.543	103	119.193	71	1.111.120	81
1942	1.579.295	105	4.385.050	137	47.448.098	101	9.155.554	117	12.541.533	97	138.884	82	843.650	62
1943	1.430.284	95	4.954.942	158	49.648.213	105	12.454.109	159	13.793.125	107	72.532	43	987.311	73
1944	1.382.250	92	6.010.622	189	47.662.217	101	17.142.740	219	14.758.177	114	53.263	32	1.312.929	97
(1) 1945	1.394.438	92	6.906.459	218	53.521.477	113	19.270.915	247	15.275.888	118	35.029	21	1.252.860	92
1946	1.522.911	101	8.780.582	277	58.083.363	123	28.048.639	333	15.810.872	121	64.556	39	1.873.909	138
1947	1.616.476	107	11.127.763	315	58.875.510	124	29.339.817	378	15.854.141	123	38.017	23	1.871.873	138
1948	1.757.824	117	11.946.854	378	62.049.059	132	34.308.216	439	16.219.460	128	47.738	29	2.169.716	160
1949	1.837.244	122	13.008.909	410	63.022.183	134	39.962.317	512	17.021.232	132	37.144	22	1.842.890	121
1950	1.880.188	125	14.198.406	447	66.066.434	140	51.177.150	655	17.775.073	138	22.745	14	1.495.410	110
1951	2.008.690	133	18.264.207	575	88.839.485	142	55.513.730	711	17.872.529	138	13.811	8	1.884.862	137

NOTA — Número índice 1940—100

(1) — Desde ano em diante, os dados sobre a Produção Vegetal, referem-se a 20 produtos.

FONTE — Anuário Estatístico do I.B.G.E.

ANOS	PRODUÇÃO MENOS EXPORTAÇÃO				POPULAÇÃO				SALDO DA PRODUÇÃO "PER CAPITA"					
	DA PRODUÇÃO ANIMAL		DA PRODUÇÃO VEGETAL		MÉDIA		DA PRODUÇÃO ANIMAL		DA PRODUÇÃO VEGETAL		DA PRODUÇÃO ANIMAL		DA PRODUÇÃO VEGETAL	
	VOLUME FÍSICO		VOLUME FÍSICO		Índice	Índice	Números absolutos (kg)		Números absolutos (kg)		Índice	Índice	Números absolutos (kg)	
	Números absolutos (ton.)	Índice	Números absolutos (ton.)	Índice			Números absolutos (kg)	Índice	Números absolutos (kg)	Índice			Números absolutos (kg)	Índice
1940	1.339.320	100	45.710.077	100	41.125	100	32	1.111	100	32	1.111	100	1.111	100
1941	1.424.677	106	46.768.137	102	42.212	102	34	1.108	106	34	1.108	100	1.108	100
1942	1.442.411	108	46.604.448	102	43.300	105	33	1.076	103	33	1.076	97	1.076	97
1943	1.357.752	101	48.660.902	107	44.388	108	31	1.096	97	31	1.096	99	1.096	99
1944	1.528.987	99	46.349.288	102	45.475	111	29	1.019	91	29	1.019	92	1.019	92
(1) 1945	1.359.409	102	52.268.808	114	46.562	113	29	1.123	91	29	1.123	101	1.123	101
1946	1.458.355	109	56.209.454	123	47.650	116	31	1.180	97	31	1.180	106	1.180	106
1947	1.578.459	118	56.803.637	124	48.738	118	32	1.165	100	32	1.165	105	1.165	105
1948	1.710.086	128	59.879.343	131	49.825	121	34	1.202	106	34	1.202	108	1.202	108
1949	1.800.100	134	61.379.293	134	50.912	124	35	1.227	110	35	1.227	109	1.227	109
1950	1.857.443	139	64.571.024	141	52.645	127	35	1.227	110	35	1.227	110	1.227	110
1951	1.594.879	149	64.974.623	142	54.066	131	37	1.202	116	37	1.202	116	1.202	108

NOTA: — Número índice 1940 — 100

(1) — Dêste ano em diante, os dados sobre a Produção Vegetal, referem-se a 29 produtos.
 FONTE: — Anuário Estatístico do I.B.G.E.

ANEXO II

CONSUMO DE DERIVADOS DO PETRÓLEO

O Brasil consumiu, em 1951, as seguintes quantidades, em litros, de derivados do petróleo:

Gasolina de aviação	233.994.479
Gasolina comum	2.491.057.729
Querosene	359.758.791
Óleo "Diesel"	810.015.508
Óleo combustível	2.097.938.897
Óleos lubrificantes	148.434.838

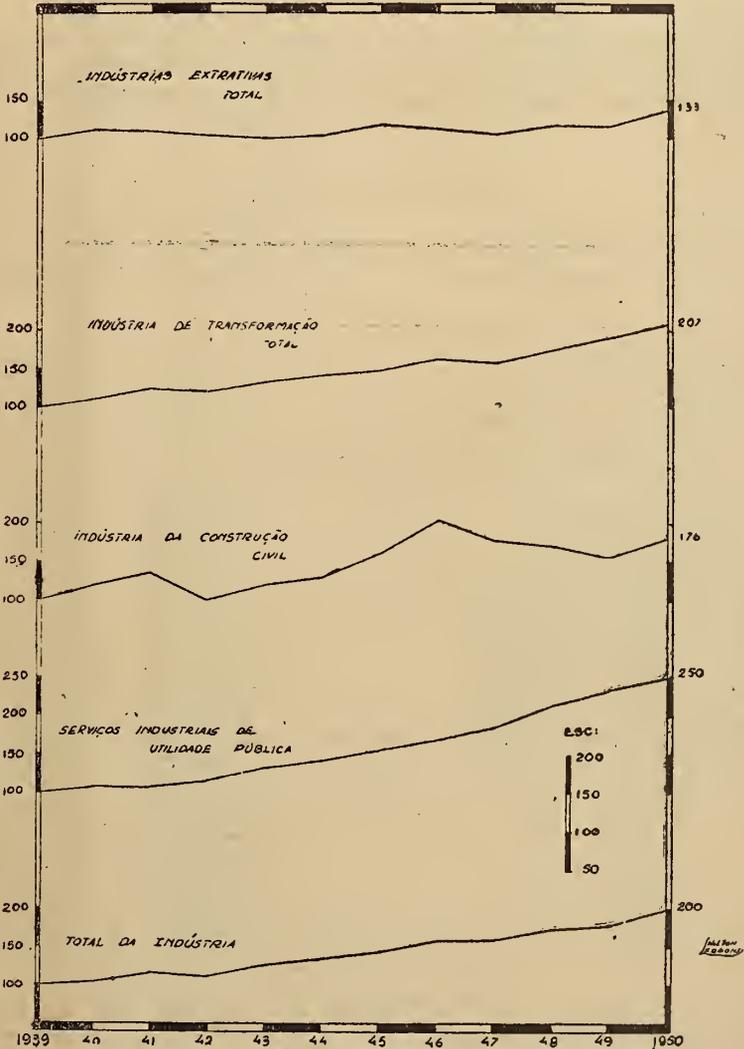
As variações percentuais desse consumo, relativamente ao ano anterior, foram as que se seguem:

Gasolina de aviação	+ 13,06%
Gasolina comum	+ 20,13
Querosene	+ 12,13
Óleo "Diesel"	+ 19,77
Óleo combustível	+ 14,97
Óleos lubrificantes	+ 20,81

No primeiro semestre de 1952, segundo a apuração feita pelo C.N.P., o consumo desses subprodutos foi o seguinte, em litros:

Gasolina de aviação	113.570.705
Gasolina comum	1.387.866.156
Querosene	194.448.023
Óleo "Diesel"	470.074.916
Óleo combustível	1.096.944.451
Óleos lubrificantes	72.063.796

ÍNDICES DA PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA PERÍODO : 1939-1950



ÍNDICE - 1939 = 100

Fonte: DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL DESDE 1939 (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS)

ANEXO III

Indústrias produtoras de matérias primas e de bens de consumo, que poderiam ser desde logo desenvolvidas, com mercado interno indicado pelo volume de importação em 1951, mercado esse cuja tendência é de expandir-se:

IMPORTAÇÃO EM 1951

PRODUTOS	QUILOS	CRUZEIROS
Ácido cítrico	485.572	9.979.890
(1) Nitro e cloro-benzeno, toluol e xilol	1.605.431	8.439.881
Sabões para indústria têxtil	515.127	11.599.941
Acetilcelulose (Acetato de celu-lose)	1.454.111	36.439.227
(2) Solventes, tintas e vernizes	1.691.379	33.715.414
Rayon em fio	565.059	28.986.484
Nylon em fio	200.544	37.549.028
(3) Cianetos e ferrocianetos	821.087	7.176.872
(4) Bicarbonatos de sódio e potássio	7.357.418	10.304.226
Sulfato de amônio	21.656.228	33.213.510
Sulfato de alumínio	6.896.993	9.770.558
Sulfato de cobre	3.496.214	20.025.917
Cloreto de potássio	43.981.283	66.472.078
Nitrato de potássio	2.019.713	8.648.602
(5) Cromatos e bicromatos alcalinos	1.757.073	13.529.261
Óxido de chumbo	932.484	9.564.323
Óxido de ferro	2.081.710	7.937.267
Óxido de titânio	2.099.673	25.894.592
Óxido de zinco	4.616.779	52.914.322
Super-fosfatos	121.726.277	119.223.713
Negro de fumo	7.900.735	39.787.988
Fosfatos naturais	103.830.091	74.247.983
(6) Cimento	656.845.968	438.877.568
(7) Tijolos e peças refratárias	13.499.447	39.072.985

(1) Consideraram-se as classes, 8541, 8543, 8544, 8546, 8548, 8552.

(2) Idem, idem, 3920, 3921, 3922, 3923, 3924, 3925, 3926, 3927, 3929, 3988 e 3992.

(3) Idem, idem, 8574, 8575, 8576 e 8577.

(4) Idem, idem, 8601.

(5) Idem, idem, 8682, 8690, 8691 e 8692.

(6) Idem, idem, 2854, 2855, 2856, 2857 e 2858.

(7) Idem, idem, 7028, 7038, 7086 e 7088.

PRODUTOS	QUILOS	CRUZEIROS
(8) Artefatos de amianto	3.130.592	107.600.529
Papel de impressão	6.301.178	64.374.302
Papel de jornal	79.030.003	401.768.214
Papel para embalagem	573.424	5.215.897
Papel fotográfico, heliográfico..	490.972	29.818.930
(9) Papelão prensado, oleado e vul-	776.111	11.505.209
canizado		
(10) Artefatos de cortiça	2.440.444	57.150.631
(11) Aços especiais e de construção	55.531.791	272.546.666
e ferramentas		
(12) Tubos de aço com e sem costura	47.008.847	258.636.161
(13) Cabos de aço trançados	4.300.705	36.913.375
Parafusos e porcas de ferro	1.654.857	27.018.384
Torneiras, válvulas, registros e	940.316	27.563.787
similares		
Obras de ferro para indústria	205.879	13.325.289
têxtil		
(14) Barris, botijas, recipientes me-	16.656.667	101.289.602
tálicos		
Agulhas de coser, bordar, tricotar	65.454	18.724.034
(15) Alumínio bruto	15.012.678	187.688.831
Torneiras, válvulas, registros e	253.396	15.606.381
similares de cobre e latão		
(16) Artigos miúdos de cobre e latão	236.280	12.158.046
Solda branca	148.595	5.588.969
(17) Obras de ferro não especificadas	517.201	8.982.884
Ácido tartárico	899.458	16.881.248
(18) Celofane	869.816	28.249.444
Tintas para impressão	810.637	21.117.630
(19) Celulose	131.532.760	842.647.637
Ureia sintética	3.876.908	14.437.519
(20) Inseticidas e semelhantes	16.692.315	227.801.455
Sulfato de sódio	5.907.284	7.937.244
(21) Nitrato de potássio	2.019.713	8.648.602
(22) Carburundum esmeris abrasivos	2.191.630	39.061.244
(23) Vidro em lâminas	3.629.588	20.569.218

(8) Idem, idem, 7011, 7012, 7015, 7017 e 7019.

(9) Idem, idem, 6681 e 6685.

(10) Idem, idem, 6013 e 6019.

(11) Idem, idem, 2431, 2433, 2435, 2443 e 2449.

(12) Idem, idem, 7487, 7488.

(13) Idem, idem, 7414.

(14) Idem, idem, 7490.

(15) Idem, idem, 2601, 2602, 2605, 2606 e 2609.

(16) Idem, idem, 7520, 7521, 7524, 7526, 7529, 7544, 7549, 7550, 7554, 7555, 7556, 7560, 7567, 7569 e 7575.

(17) Idem, idem, 7499.

(18) Idem, idem, 6694, papel celofane e semelhantes.

(19) Idem, idem, 1991 e 1992.

(20) Idem, idem, 8965 e 8969.

(21) Idem, idem, 8646.

(22) Idem, idem, 2009 e 7006.

(23) Idem, idem, 7815 e 7819.

MERCADORIAS	QUILOS	CRUZEIROS
(24) Chapas de aço finas ou grossas	2.778.026	46.246.258
Fôlha de flandres	93.923.686	473.101.545
Arame, inclusive galvanizado ...	73.979.068	303.228.979
Arame farpado	63.088.979	279.239.005
Pregos para cerca	3.096.757	15.399.818
Trilhos e artefatos de linha	5.971.587	18.641.530
(25) Laminados e perfilados de alu- minio	3.766.184	65.339.917
(26) Fios de cabos de cobre	758.662	20.951.934
Cobre e ligas em chapas, tubos	27.323.082	425.241.296
(27) Chumbo em lençol, tubos	481.281	5.391.114
Preparações indústria têxtil	1.002.667	37.277.794
Preparações indústria de borra- cha	774.336	17.291.937

(24) Idem, idem, 7404, 7405 e 7409.

(25) Idem, idem, 2601 e 2605.

(26) Idem, idem, 9562, 9563 e 9564.

(27) Idem, idem, 2505 e 7.507.

FONTE : — S.E.E.F. do Ministério da Fazenda.

ANEXO IV

Indústrias de máquinas, aparelhos e artefatos, com mercado interno indicado pelo volume de importações em 1951, que poderiam ser desenvolvidos em prazo relativamente curto

IMPORTAÇÃO EM 1951

MERCADÓRIAS	QUILOS	CRUZEIROS
Limas	996.844	38.056.545
Máquinas para indústria de papel	1.292.999	56.866.915
Teares	11.206.491	332.611.333
Máquinas para bordar e costurar	13.338.045	517.598.964
Máquinas para escrever e estenografar	983.094	143.172.427
Máquinas para calcular	593.697	139.816.795
Máquinas para registrar pagamentos	255.944	21.062.537
(1) Máquinas, várias de usos domésticos	1.102.571	41.059.819
Ventiladores, secadores e aspiradores de pó	321.544	22.117.820
Geladeiras e refrigeradores	9.299.561	282.318.927
Locomóveis	679.629	9.399.683
(2) Acessórios e partes de automóveis	25.852.285	1.201.569.108
(3) Faróis, faroletes, lanternas, holofotes, etc.	1.122.026	64.183.280
Pilhas elétricas	5.874.633	80.449.471
Aparelhos para medidas elétricas	325.733	39.202.000
Máquinas fotográficas	97.350	27.180.751
(4) Pianos e suas partes	917.327	45.785.242
(5) Vitrolas e suas partes	1.018.747	92.665.268
(6) Instrumentos de música vários	132.997	17.070.620

- (1) Consideraram-se as classes 9785 e 9786.
 (2) Idem, idem, 9820, 9823, 9824, 9825, 9826, 9827, 9828 e 9829.
 (3) Idem, idem, 9534, 9535, 9536 e 9539.
 (4) Idem, idem, 9336 e 9337.
 (5) Idem, idem, 9342 e 9344.
 (6) Idem, idem, 9309, 9319, 9329, 9331, 9332, 9334 e 9349.

PRODUTOS	QUILOS	CRUZEIROS
(7) Partes e aparelhos de rádios domésticos	2.491.885	376.823.136
Velas para motores	348.174	34.320.426
(8) Pulverizadores, enxofradores, insufladores e semelhantes	1.124.292	68.542.142
Canetas tinteiros	43.783	7.688.379
Seringas de vidro graduado	52.968	16.127.949
Linoléu, gongóleo, etc.	3.012.716	20.343.821
(9) Óculos	148.229	26.664.033
(10) Ferramentas manuais e cutelaria, exceto limas	7.497.220	270.029.073
(11) Arados e acessórios	12.592.427	135.698.957
Semeadores	1.430.936	20.194.971
(12) Diversas máquinas agrícolas ...	6.456.566	131.873.481
Máquinas para fabricação de artigos de louça e barro	2.132.035	47.470.646
Máquinas para indústria da borracha	2.014.932	57.945.142
Máquinas para indústria de celulose	362.859	13.059.484
Máquinas para indústria de óleos vegetais, derivados	155.132	6.793.336
(13) Máquinas para indústria do papel	1.292.999	56.866.915
(14) Máquinas para indústrias químicas e análogas	499.747	24.015.387
(15) Máquinas para indústrias de produções alimentares	1.982.479	98.206.243
(16) Máquinas para indústria do açúcar e álcool	7.492.461	95.726.103
Máquinas para indústria de cal e cimento	4.515.088	44.743.377
Máquinas para indústria de laminação, metais	6.834.703	138.338.086
Máquinas para indústria de madeira	1.553.020	34.440.484
(17) Acessórios de máquinas têxteis	2.350.528	139.310.908
Máquinas para indústria de mineração	97.301	2.135.652

- (7) Idem, idem, 9505, 9506 e 9508.
(8) Idem, idem, 9775 e 9779.
(9) Idem, idem, 9066, 9067 e 9068.
(10) Idem, idem, 9401 a 9416, 9443, 9449 e 9459.
(11) Idem, idem, 9600 e 9602.
(12) Idem, idem, 9603, 9604, 9606, 9609 e 9640.
(13) Idem, idem, 9636.
(14) Idem, idem, 9639.
(15) Idem, idem, 9641, 9644, 9646 e 9649.
(16) Idem, idem, 9645.
(17) Idem, idem, 5667, 6567, 8067 e 9683, 7567, 7467.

MERCADORIAS	QUILOS	CRUZEIROS
(18) Máquinas para várias indústrias	36.101.874	1.153.722.765
Tornos mecânicos	2.213.741	84.694.061
(19) Máquinas para ferramentas vá- rias	7.323.574	278.474.393
Prensas hidráulicas	1.046.777	21.889.120
(20) Prensas não especificadas	1.276.583	35.532.266
Contadores e reguladores de gás	305.957	9.017.907
Hidrômetros	219.725	14.193.950
Balanças para comércio	462.926	10.295.000
Trenas e fitas métricas	56.899	7.218.121
Termômetros	12.839	5.946.786
(21) Embarcações, navios e suas par- tes acessórias	61.455.363	427.728.076
(22) Automóveis de carga (carroce- rias e peças)	117.985.268	2.403.465.588
(23) Ônibus, carros tanques (carro- cerias e peças)	2.434.142	82.225.485
(24) Locomotivas várias e seus aces- sórios	7.768.681	152.806.887
(25) Fornos não metalúrgicos	1.377.538	55.257.133
Para-raios	286.459	11.963.943
(26) Elevadores elétricos	582.227	19.348.395
(27) Lâmpadas elétricas	916.423	46.765.034
Painéis para instalações elétri- cas	116.764	7.893.299
(28) Peças de material elétrico	1.471.293	21.986.864
Acumuladores e baterias	984.555	23.108.087
(29) Motores elétricos, vários tipos..	3.859.396	141.271.480
(30) Máquinas várias elétricas	1.269.182	45.098.361
(31) Transformadores	4.476.422	142.955.783
(32) Instrumentos musicais	2.069.071	155.521.130
(33) Instrumentos radiotelegráfico e telegráficos	591.458	85.662.490

- (18) Idem, idem, 9619, 9624, 9642, 9643, 9647, 9648, 9656, 9659, 9666, 9681, 9684, 9686, 9689, 9695, 9697, 9698 e 9699.
- (19) Idem, idem, 9743 e 9749.
- (20) Idem, idem, 9712, 9715 e 9719.
- (21) Idem, idem, 9856, 9859, 9866, 9869, 9877, 9879 e 9890.
- (22) Idem, idem, 9812 e 9822.
- (23) Idem, idem, 9813 e 9815.
- (24) Idem, idem, 9731, 9733, 9735, 9736, 9737 e 9738.
- (25) Idem, idem, 7483 e 9593.
- (26) Idem, idem, 9594.
- (27) Idem, idem, 9534 e 9535.
- (28) Idem, idem, 9570, 9576, 9580, 9581, 9585, 9586 e 9587.
- (29) Idem, idem, 9525.
- (30) Idem, idem, 9552, 9556 e 9557.
- (31) Idem, idem, 9527.
- (32) Idem, idem 9309, 9319, 9329, 9331, 9332, 9334, 9336, 9337, 9342, 9344, 9349.
- (33) Idem, idem, 9501 e 9502.

PRODUTOS	QUILOS	CRUZEIROS
(34) Receptores de rádio, transmissores	999.108	112.630.727
Talhas e guinchos	693.743	13.151.595
Guindastes	3.437.048	69.992.566
(35) Turbinas várias	853.899	32.537.901
(36) Máquinas, gás pobre, ar quente, ar comprimido	3.119.063	120.724.132
Compressores de ar	2.113.647	76.495.183
Instalação frigorífica	3.864.432	148.663.096
Máquinas tipográficas	3.410.730	188.257.728
Caldeiras, geradores a vapor ...	4.131.661	49.994.719
Autoclave e alambique	831.355	35.230.478
Dragas e escavadeiras	4.898.493	100.858.588
(37) Moinhos	1.718.375	37.705.449
Aparelhos transmissores movimento transporte e elevação...	1.701.765	44.210.300
Aparelhos para condicionamento do ar	491.328	24.255.262
(38) Bombas várias	2.783.912	110.117.616
(39) Máquinas, peças, relógios	309.891	31.974.176
(40) Aparelhos óticos vários	188.678	41.843.112

(34) Idem, idem, 9503 e 9504.

(35) Idem, idem, 9732 e 9757.

(36) Idem, idem, 9750.

(37) Idem, idem, 9755 e 9794.

(38) Idem, idem, 9770, 9771, 9772 e 9773.

(39) Idem, idem, 9369, 9371, 9378, 9379, 9383, 9388 e 9389.

(40) Idem, idem, 9065, 9069 e as classes 9066, 9067 e 9068.

FONTE: — S.E.E.F. do Ministério da Fazenda.

ANEXO V

Indústria de beneficiamento ou elaboração mais avançada de matérias primas nacionais com possibilidades no mercado externo e dados sobre a exportação daquelas em 1951

P R O D U T O S	EXPORTAÇÃO EM 1951		Produtos elaborados ou beneficiados
	QUILOS	CRUZEIROS	
Minério-Manganês	119.899.730	48.274.452	Ferro-manganês
Minério-Tungstênio	336.570	28.124.808	1) Ferro-tungstênio; 2) óxidos e 3) tungstênio em pó.
Minério-Berilo	1.532.597	10.859.121	Ligas cobre-berilo, óxidos de berilo, berilo metal.
Minério-Tântalo e Colúmbio	9.092	321.234	Ferro-Tântalo, Ferro colúmbio, metais.
Quartzito ou cristal de rocha	811.190	53.943.046	Blanks, slaca e placas plexo-elétricas.
Magnesita	3.149.600	2.455.718	Magnésia calcinada, Refratários.
Mica ou malacacheta	1.349.809	31.831.307	Mica beneficiada. Mica em pó. Artefatos.
Minério-Ferro	1.320.006.711	236.452.298	Gusa-coque. Gusa carvão de madeira.
Zirconita	2.397.980	4.307.764	Ferro-zircônio. Óxidos e sais de zircônio.
Sementes de babaçú	12.582.280	65.849.517	Óleo de côco.
Sementes de mamona	50.493.095	186.461.090	Óleo de mamona.
Sementes de Oiticica	106.250	1.093.800	Óleo de oiticica.
Castanha do Pará com casca	20.610.541	133.145.599	Castanha beneficiada.
Fibras vegetais várias, brutas	62.934.822	467.183.841	Fibras beneficiadas, tapetes, tecidos grosseiros.
Cacau em amêndoas	96.124.520	1.275.835.192	Pasta de cacau. Chocolate. Manteiga de cacau. Cafeína.
Côco da Bahia	600	50.531	Óleo de dendê.
Cêra de carnaúba	9.579.018	321.440.786	Cêra beneficiada.
Madeiras brutas	803.127.186	1.096.484.604	Madeira aparelhada, compensada. Artefatos de madeira.
Fumo	29.813.311	350.902.763	Fumo beneficiado. Charutos e cigarros.
Algodão	177.251.101	4.466.138.489	Fios e tecidos.
Carnes	10.306.706	105.388.487	Carnes enlatadas, presuntos, banha.
Couro salgado, secos, peles brutas	55.180.692	650.225.796	Curtidos e preparados.

FONTE: S.E.E.F., do Ministério da Fazenda, dados sujeitos a reificação.

ANEXO VI

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL — 1941/1952
 EXPORTAÇÃO
 NÚMEROS ÍNDICES — 1938 = 100

ANOS	Quantidade (tonelada)		Valor (1.000 cruzeiros)		Preço médio (Cr\$/t)	
	Nºs. absolutos	Nºs. índices	Nºs. absolutos	Nºs. índices	Nºs. absolutos	Nºs. índices
	1941	3.535.557	90	6.725.646	132	1.902
1942	2.660.827	68	7.499.556	147	2.819	100
1943	2.696.089	69	8.728.569	171	3.237	115
1944	2.671.405	68	10.726.509	210	4.015	143
1945	2.987.221	76	12.197.510	239	4.083	140
1946	3.663.122	93	18.229.532	358	4.977	177
1947	3.781.453	96	21.179.413	416	5.601	200
1948	4.658.408	118	21.696.874	426	4.658	166
1949	3.744.053	95	20.153.084	395	5.383	192
1950	3.819.083	97	24.913.487	489	6.523	233
1951	4.851.889	123	32.514.265	638	6.701	239
1952 (1)	3.010.536	77	19.350.002	380	6.427	229

FONTE: — Anuário Estatístico do Brasil e S.E.E.F.

(1) — Janeiro a setembro.

ANEXO VI

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL — 1941/1952
 EXPORTAÇÃO DE CAFÉ EM GRÃO
 NÚMEROS ÍNDICES — 1938 = 100

A N O S	Quantidade (tonelada)		Valor (1.000 cruzeiros)		Preço médio (Cr\$/t)	
	Nºs. absolutos	Nºs. índices	Nºs. absolutos	Nºs. índices	Nºs. absolutos	Nºs. índices
	1941	633.149	62	2.017.116	88	3.186
1942	436.802	43	1.965.809	86	4.500	201
1943	606.709	59	2.802.734	122	4.620	207
1944	813.329	79	3.879.343	169	4.770	213
1945	850.030	83	4.260.340	186	5.012	224
1946	930.275	91	6.441.463	281	6.924	310
1947	869.804	87	7.755.099	338	8.716	390
1948	1.049.540	102	9.010.564	393	8.593	384
1949	1.162.140	113	11.610.705	506	9.991	447
1950	890.093	87	15.907.569	693	17.872	799
1951	981.481	96	19.447.884	847	19.815	886
1952 (1)	694.250	68	14.034.230	611	20.215	904

FONTE: — Anuário Estatístico do Brasil e S.E.E.F.

(1) — Janeiro a setembro,

ANEXO VI
COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL — 1941/1952
EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO EM RAMA
NÚMEROS ÍNDICES — 1938 = 100

A N O S	Quantidade (toneladas)		Valor (1.000 cruzeiros)		Preço médio (Cr\$/t)	
	Nºs. absolutos	Nºs. índices	Nºs. absolutos	Nºs. índices	Nºs. absolutos	Nºs. índices
1941	288.274	107	1.030.355	109	3.505	101
1942	153.954	57	644.382	69	4.183	121
1943	77.962	29	413.777	44	5.307	153
1944	107.640	40	637.941	72	6.205	179
1945	164.456	61	1.049.058	113	6.379	184
1946	352.752	131	2.937.584	316	8.328	241
1947	285.473	166	3.076.205	331	10.776	311
1948	258.703	96	3.384.997	364	13.084	378
1949	139.759	52	2.006.879	216	14.789	427
1950	128.845	48	1.936.109	208	15.027	434
1951	143.412	53	3.822.668	411	26.655	770
1952 (1)	25.494	9	582.579	63	22.852	660

FONTE: — Anuário Estatístico do Brasil e S.E.E.F.

(1) — Janeiro a setembro.

ANEXO VI

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL — 1941/1952
EXPORTAÇÃO DE CACAU EM AMENDOAS
NÚMEROS ÍNDICES — 1938 = 100

A N O S	Quantidade (toneladas)		Valor (1.000 cruzeiros)		Preço médio (Cr\$/t)	
	Nºs. absolutos	Nºs. índices	Nºs. absolutos	Nºs. índices	Nºs. absolutos	Nºs. índices
1941	132.944	104	314.912	148	2.369	142
1942	71.904	56	216.629	102	3.013	181
1943	115.120	90	342.368	161	2.974	179
1944	101.920	80	307.859	145	3.021	181
1945	83.434	65	229.159	108	2.747	165
1946	130.460	102	651.144	306	4.991	300
1947	99.041	77	1.047.731	492	10.579	635
1948	71.681	56	1.065.884	500	14.870	893
1949	132.244	103	963.505	452	7.286	438
1950	131.996	103	1.445.797	679	10.953	657
1951	96.125	75	1.275.835	599	13.273	797
1952 (1)	31.886	25	433.254	203	13.588	816

FONTE: — Anuário Estatístico do Brasil e S.E.E.F.

(1) — Janeiro a setembro.

ANEXO VI

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL — 1941/1952
EXPORTAÇÃO DE PINHO

NÚMEROS ÍNDICES — 1938 = 100

ANOS	Quantidade (toneladas)		Valor (1.000 cruzeiros)		Preço médio (Cr\$/t)	
	Nºs. absolutos	Nºs. índices	Nºs. absolutos	Nºs. índices	Nºs. absolutos	Nºs. índices
1941	296.708	138	126.188	217	425	157
1942	329.857	153	220.283	379	668	247
1943	286.726	133	255.101	438	890	330
1944	297.489	138	381.419	656	1.282	475
1945	258.428	120	363.209	624	1.405	520
1946	474.956	220	706.021	1.213	1.486	550
1947	500.975	232	640.539	1.445	1.678	621
1948	572.031	265	611.492	1.395	1.419	526
1949	387.643	180	584.933	1.005	1.509	559
1950	499.867	232	605.276	1.040	1.211	449
1951	655.408	304	928.073	1.595	1.416	524
1952 (1)	304.528	141	478.283	822	1.571	582

FONTE: — Anuário Estatístico do Brasil e S.E.E.F.

(1) — Janeiro a setembro.

ANEXO VI
COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL — 1941/1952
EXPORTAÇÃO DE PELES E COURO
NÚMEROS ÍNDICES — 1938 = 100

A N O S	Quantidade (toneladas)		Valor (1.000 cruzeiros)		Preço médio (Cr\$/t)	
	Nºs. absolutos	Nºs. índices	Nºs. absolutos	Nºs. índices	Nºs. absolutos	Nºs. índices
	1941	58.994	106	301.939	144	5.118
1942	60.663	109	396.327	190	6.533	174
1943	38.109	68	305.958	146	8.029	114
1944	24.253	44	300.694	144	12.398	330
1945	16.369	29	302.399	145	16.474	492
1946	37.062	67	650.852	311	17.561	468
1947	75.228	135	1.002.697	480	13.329	555
1948	63.462	114	763.023	365	12.023	320
1949	60.938	109	692.573	331	11.365	303
1950	59.209	106	584.300	280	9.868	263
1951	56.124	101	709.110	339	12.635	337
1952 (1)	17.880	32	180.390	86	10.089	269

FONTE: — Anuário Estatístico do Brasil e S.E.E.F.

(1) — Janeiro a setembro.

ANEXO VI

COMERCIO EXTERIOR DO BRASIL — 1941/1952
 EXPORTAÇÃO DE FUMO EM FOLHA
 NÚMEROS ÍNDICES — 1938 = 100

ANOS	Quantidade (toneladas)		Valor (1.000 cruzeiros)		Preço médio (Cr\$/t)	
	Nºs. absolutos	Nºs. índices	Nºs. absolutos	Nºs. índices	Nºs. absolutos	Nºs. índices
	1941	18.450	69	42.190	49	2.287
1942	19.172	72	54.239	63	2.829	89
1943	17.105	64	65.486	77	3.828	120
1944	29.867	112	154.599	181	5.176	162
1945	31.828	119	255.201	298	8.018	251
1946	53.843	201	492.765	576	9.152	286
1947	39.400	147	376.647	440	9.560	299
1948	24.854	93	260.351	344	10.475	328
1949	27.174	102	267.071	312	9.828	308
1950	36.687	137	400.040	478	11.149	349
1951	29.813	111	350.903	410	11.770	332
1952 (1)	19.162	72	204.190	239	10.656	334

FONTE: — Anuário Estatístico do Brasil e S.E.E.F.

(1) — Janeiro a setembro.

ANEXO VI

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL — 1941/1952

EXPORTAÇÃO DE AGAVE OU SISAL

NÚMEROS ÍNDICES — 1946 = 100

	Quantidade (toneladas)		Valor (1.000 cruzeiros)		Preço médio (C\$/t)	
	N.ºs. absolutos	N.ºs. índices	N.ºs. absolutos	N.ºs. índices	N.ºs. absolutos	N.ºs. índices
1941/1945	—	—	—	—	—	—
1946	2.758	100	19.290	100	6.994	100
1947	14.850	538	95.687	496	6.444	92
1948	19.863	720	118.275	603	5.854	84
1949	23.018	835	117.830	611	5.119	73
1950	46.655	1.681	243.958	1.265	5.229	75
1951	57.389	2.081	432.407	2.242	7.535	108
1952 (1)	29.005	1.059	245.513	1.273	8.465	121

FONTE: — Anuário Estatístico do Brasil e S.E.E.F.

NOTA: — As Estatísticas não consignam dados anteriores a 1946; daí usar-se 1946 como base.

(1) — Janeiro a setembro.

ANEXO VI

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL — 1941/1952
EXPORTAÇÃO DE CERA DE CARNAÚBA

NÚMEROS ÍNDICES — 1938 = 100

A N O S	Quantidade (toneladas)		Valor (1.000 cruzeiros)		Preço médio (Cr\$/t)	
	Nºs. absolutos	Nºs. índices	Nºs. absolutos	Nºs. índices	Nºs. absolutos	Nºs. índices
1941	11.766	128	288.435	286	24.514	222
1942	8.509	93	240.695	238	28.287	256
1943	9.046	99	227.027	225	25.096	228
1944	11.130	122	298.222	295	26.794	243
1945	9.432	103	270.437	268	28.672	260
1946	10.019	109	492.075	487	49.114	445
1947	8.388	92	383.779	380	45.753	415
1948	9.292	101	285.738	283	30.751	279
1949	11.109	121	343.397	340	30.912	280
1950	12.758	139	408.463	404	32.016	290
1951	9.579	105	321.441	318	35.557	304
1952 (1)	6.311	69	189.425	188	30.015	272

FONTE: — Anuário Estatístico do Brasil e S.E.E.F.

(1) — Janeiro a setembro.

ANEXO VI
COMERCIO EXTERIOR DO BRASIL — 1941/1952
EXPORTAÇÃO DE ARROZ
NÚMEROS ÍNDICES — 1938 = 100

ANOS	Quantidade (toneladas)		Valor (1.000 cruzeiros)		Preço médio (Cr\$/t)	
	Nºs. absolutos	Nºs. índices	Nºs. absolutos	Nºs. índices	Nºs. absolutos	Nºs. índices
1941	13.255	23	13.299	33	1.003	143
1942	82.603	144	174.329	432	2.110	301
1943	84.581	147	192.263	477	2.273	324
1944	149.797	261	531.200	821	2.211	315
1945	86.538	151	202.661	502	2.342	334
1946	152.051	265	385.478	955	2.535	361
1947	218.423	380	632.524	1.692	3.125	445
1948	212.643	370	740.811	1.836	3.484	496
1949	991	2	3.151	8	1.053	150
1950	30.305	140	198.941	488	2.452	349
1951	118.121	206	305.529	757	2.587	369
1952 (1)	156.747	273	460.866	1.142	2.940	410

FONTE: — Anuário Estatístico do Brasil e S.E.E.F.

(1) — Janeiro a setembro.

ANEXO VI

COMERCIO EXTERIOR DO BRASIL — 1941/1952

EXPORTAÇÃO DE MILHO

NÚMEROS ÍNDICES — 1938 = 100

ANOS	Quantidade (toneladas)		Valor (1.000 cruzeiros)		Preço médio (Cr\$/t)	
	Nºs. absolutos	Nºs. índices	Nºs. absolutos	Nºs. índices	Nºs. absolutos	Nºs. índices
1941.....	3.546	100	2.503	62,2	3.706	197
1942.....	9.693	273	4.415	108	455	127
1943.....	3.392	95	1.270	31	689	192
1944.....	553	15	616	154	1.114	311
1945.....	188	53	255	63	1.356	379
1946.....	123.016	347	153.335	381	1.246	348
1947.....	166.046	468	245.369	612	1.478	413
1948.....	110.961	313	183.032	458	1.650	461
1949.....	21	0	42	0	2.000	559
1950.....	11.698	330	14.818	36	1.267	354
1951.....	295.248	833	387.220	971	1.312	366
1952 (1).....	28.416	80	45.707	115	1.608	449

FONTE: — Anuário Estatístico do Brasil e S.E.E.F.

(1) — Janeiro a setembro.

ANEXO VI

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL — 1941/1952

EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS DE FERRO

NÚMEROS ÍNDICES — 1938 = 100

ANOS	Quantidade (toneladas)		Valor (1.000 cruzeiros)		Preço médio (Cr\$/t)	
	Nºs. absolutos	Nºs. índices	Nºs. absolutos	Nºs. índices	Nºs. absolutos	Nºs. índices
1941	420.796	114	30.831	156	73	135
1942	316.033	86	23.337	118	74	137
1943	322.802	88	25.310	128	78	144
1944	205.798	56	18.750	95	91	169
1945	299.994	81	26.898	136	90	167
1946	64.413	17	5.828	29	90	167
1947	196.737	53	14.425	73	73	135
1948	599.289	163	61.089	308	102	189
1949	675.574	183	102.756	518	152	281
1950	890.125	242	121.759	614	137	254
1951	1.320.007	358	236.452	1.193	179	331
1952 (1)	1.111.137	302	307.529	1.552	277	513

FONTE: — Anuário Estatístico do Brasil e S.M.E.F.

(1) — Janeiro a setembro.

COMERCIO EXTERIOR DO BRASIL 1949/52

Quadro Comparativo da Exportação dos Principais Produtos

P R O D U T O S	Quantidade: — 1.000.000 ton.					Valor — Cr\$ 1.000.000				
	1949	1950	1951	1952 (*)	1949	1950	1951	1952 (*)	1952 (*)	
Café em grão	1.162	890	981	895	11.611	15.908	19.448	18.053	18.053	
Algodão em rama	140	129	143	37	2.007	1.936	3.823	841	841	
Cacau em amêndoas	132	132	96	39	964	1.446	1.276	535	535	
Pinho	388	500	655	435	585	605	928	683	683	
Peles e couros	61	59	56	23	693	584	709	239	239	
Fumo	27	37	30	24	267	409	351	251	251	
Agave ou sisal	23	47	57	42	118	244	432	363	363	
Cêra de carnaúba	11	13	10	9	343	408	321	276	276	
Arroz	1	80	118	231	3	197	306	676	676	
Milho	0	12	295	43	0	15	387	69	69	
Mínérios de ferro	676	890	1.320	1.417	103	122	256	405	405	
Total dos 11 produtos	2.621	2.789	3.761	3.195	16.694	21.874	28.217	22.391	22.391	
Brasil	3.744	3.819	4.852	3.969	20.153	24.913	32.514	25.454	25.454	

Fonte: Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

(*) Estimativa com base na exportação de janeiro a agosto.

ANEXO VI
COMERCIO EXTERIOR DO BRASIL
Exportação dos Principais Produtos no 1.º semestre — 1951 e 1952

	Quantidade — toneladas		Valor — 1.000 cruzeiros	
	1951	1952	1951	1952
Café em grão	445.660	444.157	8.990.266	8.939.942
Algodão em rama	64.179	19.688	1.790.475	461.628
Cacau em amêndoas	43.499	16.672	602.419	225.096
Pinho	297.581	239.547	400.560	374.550
Peles e couros	34.489	10.887	459.501	123.267
Fumo	10.086	10.845	114.777	106.482
Agave ou sisal	34.696	26.653	242.693	233.953
Cêra de carnaúba	6.215	5.185	203.975	160.309
Arroz	81.059	145.670	203.922	426.329
Milho	162.133	28.416	194.624	45.707
Minérios de ferro	489.578	643.357	79.322	186.229
Total dos 11 produtos	1.669.175	1.591.077	13.282.534	11.283.492
BRASIL	2.221.480	1.985.387	15.299.418	12.881.932

COMERCIO EXTERIOR DO BRASIL

Exportação dos Principais Produtos em Julho 1951 e 1952

JS 281 835

PRODUTOS	Quantidade — toneladas		Valor. — 1.000 cruzeiros.	
	1951	1952	1951	1952
Café em grão	53.509	64.361	1.063.404	1.302.061
Algodão em rama	28.762	3.141	830.355	63.413
Cacau em amêndoas	15.523	3.288	222.925	44.745
Pinho	57.862	33.835	80.974	53.236
Pele e couros	4.419	1.509	53.725	12.256
Fumo	2.894	1.465	36.741	16.929
Agave ou sisal	3.606	1.401	29.870	7.439
Cêra de carnaúba	507	455	18.317	11.465
Arroz	5.902	7.213	15.182	21.534
Milho	18.408	—	22.761	—
Minérios de ferro	185.228	135.125	33.060	38.542
Total dos 11 produtos	376.620	251.793	2.407.314	1.571.620
BRASIL	451.245	316.318	2.803.107	1.756.041

Fonte: Serviço de Estatística Econômica e Financeira. VMEZO A I

MANDIOCA

P R	G E N S				Dif. (13-14) (+) 15
	1949	1950	1951	1952 (*)	
1 — Café	7,62	63,86	59,81	71,20	+ 120
2 — Algod	9,97	7,77	11,76	3,32	+ 637
3 — Cacá	4,78	5,80	3,92	2,11	+ 530
4 — Pinh	2,90	2,43	2,85	2,69	+ 280
5 — Pele	3,44	2,34	2,18	0,95	
6 — Fum	1,32	1,64	1,08	0,99	— 134
7 — Aga	0,59	0,98	1,33	1,43	— 304
8 — Cêr	1,70	1,64	0,99	1,09	— 420
9 — Arr	0,01	0,79	0,94	2,67	— 793
10 — Mill	0	0,06	1,19	0,27	
11 — Mir	0,51	0,49	0,73	1,60	— 467
Tot	2,84	87,80	86,78	88,32	— 987
BRD	0,00	100,00	100,00	100,00	— 870
					— 1.330

FONTE: —
Observações

ANEXO VI
COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL
EXPORTAÇÃO POR PRINCIPAIS PRODUTOS
(Valor — milhões de cruzeiros)

PRODUTOS	NÚMEROS ABSOLUTOS								PERCENTAGENS							
	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952 (*)	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952 (*)
1 — Café em grão	4.260	6.441	7.755	9.019	11.611	15.908	19.448	12.035	34,92	35,34	36,82	41,56	57,62	83,88	59,81	71,20
2 — Algodão em rama ...	1.049	2.938	3.070	3.385	2.007	1.938	3.823	581	8,80	18,12	14,52	15,80	9,97	7,77	11,78	3,32
3 — Cacau em amêndoas	229	851	1.048	1.066	964	1.446	1.276	357	1,88	3,57	4,95	4,91	4,78	5,80	3,92	2,11
4 — Pinho	383	708	041	811	585	605	928	455	2,98	3,87	3,98	3,74	2,90	2,43	2,85	2,69
5 — Peles e couros	302	851	1.003	703	693	584	709	160	2,48	3,57	4,74	3,52	3,44	2,34	2,18	0,95
6 — Fumo	255	493	377	200	267	409	351	187	2,09	2,70	1,78	1,20	1,32	1,64	1,08	0,99
7 — Agave ou sisal	—	19	96	118	118	244	432	242	—	0,10	0,45	0,53	0,59	0,98	1,33	1,43
8 — Cêra de Carnaúba ...	270	492	384	288	343	408	321	184	2,21	2,70	1,81	1,32	1,70	1,64	0,99	1,09
9 — Arroz	203	385	883	741	3	197	308	451	1,88	2,11	3,22	3,42	0,01	0,79	0,94	2,87
10 — Milho	0	153	245	183	0	15	387	46	0	0,84	1,18	0,84	0	0,08	1,19	0,27
11 — Minérios de ferro	27	8	14	81	103	122	236	270	0,22	0,03	0,07	0,28	0,51	0,49	0,73	1,60
Total dos 11 produtos	8.958	12.935	15.522	16.691	16.094	21.874	28.217	14.928	57,04	70,95	73,30	70,92	82,84	87,80	88,78	88,32
BRASIL	12.198	18.230	21.179	21.697	20.153	24.913	32.514	16.902	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: — Anuário Estatístico do Brasil e S.E.E.F

Observações: (*) Dados de janeiro a agosto.

G E N S

P F

	1949	1950	1951	1952 (*)
1 — Cafe	1,05	23,30	20,22	22,57
2 — Algod	3,75	3,37	2,95	0,94
3 — Cacau	3,53	3,46	1,98	0,98
4 — Pinha	0,36	13,09	13,50	10,96
5 — Pelada	1,63	1,54	1,15	0,57
6 — Furo	0,72	0,97	0,62	0,60
7 — Agave	0,61	1,23	1,17	1,06
8 — Cereja	0,29	0,34	0,21	0,23
9 — Arruda	0	2,09	2,43	5,82
10 — Milho	0	0,31	6,08	1,06
11 — Miritim	8,07	23,30	27,20	35,72
Tot	0,01	73,00	77,51	80,50
BR	0,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: —
Observações

ANEXO VI
COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL — 1945/52
EXPORTAÇÃO POR PRINCIPAIS PRODUTOS
(Quantidade — milhões de toneladas)

PRODUTOS	NÚMEROS ABSOLUTOS								PERCENTAGENS							
	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952 (*)	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952 (*)
1 — Café em grão	850	930	890	1.050	1.162	890	981	597	28,46	25,39	23,54	22,55	31,05	23,30	20,22	22,57
2 — Algodão em rama ...	164	353	285	259	140	129	143	25	5,49	9,84	7,54	5,58	3,75	3,37	2,95	0,94
3 — Cacau em amêndoas	83	130	99	72	132	132	98	26	2,78	3,55	2,82	1,55	3,53	3,46	1,98	0,98
4 — Pinho	258	475	501	572	388	500	655	290	8,64	12,97	13,25	12,28	10,36	13,09	13,50	10,96
5 — Peles e couros	16	37	75	83	61	59	58	15	0,54	1,01	1,98	1,35	1,63	1,54	1,15	0,57
6 — Fumo	32	54	39	25	27	37	30	16	1,07	1,47	1,03	0,54	0,72	0,97	0,82	0,60
7 — Agave ou sisal	—	3	15	20	23	47	57	28	—	0,08	0,40	0,43	0,61	1,23	1,17	1,08
8 — Cêra de Carnaúba ...	9	10	8	9	11	13	10	8	0,30	0,27	0,21	0,19	0,29	0,34	0,21	0,23
9 — Arroz	87	152	218	213	1	80	118	154	2,91	4,15	5,77	4,57	0	2,09	2,43	5,82
10 — Milho	0	123	166	111	0	12	295	28	0	3,38	4,39	2,38	0	0,31	6,08	1,06
11 — Minérios de ferro	300	64	197	599	678	890	1.320	945	10,04	1,75	5,21	12,86	18,07	23,30	27,20	35,72
Total dos 11 produtos	1.799	2.331	2.493	2.993	2.621	2.789	3.781	2.130	60,23	63,64	65,94	64,26	70,01	73,00	77,51	80,50
BRASIL	2.987	3.663	3.781	4.658	3.744	3.819	4.852	2.848	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE — Anuário Estatístico do Brasil e S.E.E.F

Observações. (*) Dados de janeiro a agosto.

RNOS 1941/1950

	E CARNAÚBA		FÉCULA DE MANDIOCA		
	Mercado Interno 11	Dif. (10-11) (+) 12	Mercado Externo 13	Mercado Interno 14	Dif. (13-14) (+) 15
1 9 4					
Janeiro/mar	25.343	+ 3.957	2.799	2.670	+ 120
Abril/junho	27.513	+ 964	3.000	2.363	+ 637
Julho/setem	29.473	+ 4.000	2.993	2.463	+ 530
Outubro/de	29.140	+ 3.420	2.650	2.370	+ 280
1 9 5					
Janeiro/mar	31.380	+ 797	2.433	2.567	— 134
Abril/junho	32.333	+ 313	2.343	2.647	— 304
Julho/setem	38.703	— 5.866	1.870	2.290	— 420
Outubro/de	38.637	— 7.507	1.667	2.460	— 793
1 9 5					
Janeiro/mar	47.000	— 14.360	1.940	2.407	— 467
Abril/junho	49.247	— 16.203	1.980	2.967	— 987
Julho/setem	43.963	— 9.330	2.077	2.947	— 870
Outubro/de	41.843	— 6.103	1.793	3.123	— 1.330

FONTE DOS

NOTA — O p

ANEXO VII

PREÇOS MÉDIOS TRIMESTRAIS DE ALGUNS PRODUTOS NOS MERCADOS EXTERNOS E INTERNOS 1941/1950

Preço médio (Cr\$/tonelada)

	PINHO			SISAL			ARROZ			CERA DE CARNAÚBA			FÉCULA DE MANDIOCA		
	Mercado Externo 1	Mercado Interno 2	Dif. (1-2) (+) 3	Mercado Externo 4	Mercado Interno 5	Dif. (4-5) (+) 6	Mercado Externo 7	Mercado Interno 8	Dif. (7-8) (+) 9	Mercado Externo 10	Mercado Interno 11	Dif. (10-11) (+) 12	Mercado Externo 13	Mercado Interno 14	Dif. (13-14) (+) 15
1949															
Janeiro/março ...	1.420	1.143	+ 277	5.067	7.197	- 2.130	4.577	4.097	+ 480	29.300	25.343	+ 3.957	2.799	2.670	+ 129
Abril/junho	1.450	1.150	+ 300	5.430	5.937	- 507	4.727	4.093	+ 834	28.477	27.513	+ 964	3.000	2.363	+ 637
Julho/setembro ...	1.433	1.103	+ 330	5.220	5.767	- 547	3.915	3.997	- 82	33.473	29.473	+ 4.000	2.993	2.463	+ 530
Outubro/dezembro	1.403	1.087	+ 336	4.850	5.500	- 850	7.273	4.333	+ 2.940	32.580	29.140	+ 3.420	2.850	2.370	+ 280
1950															
Janeiro/março ...	1.303	1.057	+ 246	4.987	5.167	- 180	5.450	4.340	+ 1.110	32.177	31.380	+ 797	2.433	2.567	- 134
Abril/junho	1.180	1.097	+ 83	5.020	6.330	- 1.310	2.120	3.867	- 1.547	32.020	32.333	+ 313	2.343	2.647	- 304
Julho/setembro ...	1.127	1.213	- 88	5.313	8.647	- 1.334	2.443	3.443	- 1.000	32.837	38.703	- 5.866	1.870	2.290	- 420
Outubro/dezembro	1.240	1.360	- 120	5.447	6.887	- 1.440	2.453	3.410	- 957	31.130	38.637	- 7.507	1.667	2.460	- 793
1951															
Janeiro/março ...	1.303	1.407	- 104	6.040	9.233	- 3.193	2.477	3.573	- 1.098	32.640	47.000	- 14.380	1.940	2.407	- 467
Abril/junho	1.327	1.540	- 213	7.903	9.553	- 1.850	2.593	3.693	- 1.100	33.037	49.247	- 18.203	1.980	2.987	- 987
Julho/setembro ...	1.413	1.870	- 257	8.270	10.047	- 1.777	2.590	3.797	- 1.207	34.633	43.963	- 9.330	2.077	2.947	- 870
Outubro/dezembro	1.480	1.783	- 303	8.357	9.037	- 680	2.940	3.887	- 947	35.740	41.843	- 8.103	1.793	3.123	- 1.330

FONTE DOS DADOS BRUTOS—Serviço de Estatística Econômica e Financeira

NOTA—O preço médio foi calculado com base no movimento do comércio de cabotagem e exterior

ANOS	T O T A L					
	ço lio /t	Valores dos pre- ços de 1946	Quantidade	Valor	Preço médio Cr\$/t	Valores dos pre- ços de 1946
1941	90	23	892	129	144	295
1942	73	29	665	112	168	220
1943	58	67	699	157	225	231
1944	62	11	370	120	323	123
1945	96	11	563	129	228	186
1946	80	10	230	76	331	76
1947	63	15	362	93	256	120
1948	97	20	770	147	190	255
1949	03	15	848	205	242	281
1950	82	14	1.060	221	209	351
1951	22	9	1.455	417	287	482
1952 (1)	57	3	1.059	418	395	351

Fonte: — A

(1) — Jan

ANEXO VIII
EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS METÁLICOS
BRASIL — 1941/1951
QUANTIDADE — 1.000.000 — VALOR — 1.000.000 cruzeiros
(em ton.)

ANOS	FERRO				MANGANÉS				VOLFRÂNIO				OUTROS				TOTAL			
	Quantidade	Valor	Preço médio Cr\$/t	Valores dos preços de 1946	Quantidade	Valor	Preço médio Cr\$/t	Valores dos preços de 1946	Quantidade	Valor	Preço médio Cr\$/t	Valores dos preços de 1946	Quantidade	Valor	Preço médio Cr\$/t	Valores dos preços de 1946	Quantidade	Valor	Preço médio Cr\$/t	Valores dos preços de 1946
1941	421	31	73	36	437	80	184	109	0	1	36.750	1	33	16	490	23	892	129	144	295
1942	316	23	74	28	306	60	194	76	—	—	—	—	43	29	673	29	665	112	166	220
1943	323	25	76	29	276	66	246	69	1	26	24.415	18	99	35	356	67	699	157	225	231
1944	208	19	91	19	147	35	240	37	2	43	21.441	31	16	23	1.462	11	370	120	323	123
1945	300	27	90	27	245	60	245	61	2	34	16.463	32	16	8	496	11	563	129	226	166
1946	64	6	90	6	149	37	249	37	1	23	15.642	23	15	10	680	10	230	76	331	76
1947	197	14	73	16	142	32	226	35	1	30	24.085	19	22	17	763	15	262	93	256	120
1948	599	61	102	54	141	32	229	35	1	27	25.919	17	29	28	697	20	770	147	190	255
1949	676	103	152	61	150	46	322	37	1	15	25.944	9	22	40	1.803	15	846	205	242	281
1950	390	122	137	60	146	50	337	37	1	17	24.462	11	20	32	1.562	14	1.060	221	209	351
1951	1.320	236	179	119	120	48	407	30	1	103	76.367	21	14	29	2.122	9	1.455	417	267	482
1952 (1)	945	270	266	65	110	54	491	26	0	1	65.450	0	4	93	22.957	3	1.059	416	395	351

Fonte — Anuário Estatístico do Brasil e S.E.E.F.

(1) — Janeiro a setembro.

ANEXO IX

INVESTIMENTOS INGLÊSES NAS COLÔNIAS

Empreendimentos em curso em 31 de dezembro de 1951	53
Novos empreendimentos ou investigações	10
Abandonados em 1951	2
Empreendimentos abandonados total	5

(Atlantic Fisheries, Gambia Poultry Farm, Gambia River Farms, Murudu Rice Farm, Nyasaland Fisheries).

PRINCIPAIS SETORES:

Por cento do capital
autorizado

Empreendimentos agrícolas (16)		
representam	L. 9.628,350	27%
Empreendimentos fabris (6)	L. 4.412,000	12,4%
Empreendimentos florestais (4)	L. 3.934,361	11%
Empreendimentos minerais (3)	L. 3.171,000	8,9%
Empreendimentos pesqueiros (4), produtos ani- mais (4), hotéis (2).		

DIVISÃO PELAS REGIÕES:

Territórios caribeos	L. 7.380,950
Extremo Leste	L. 8.333,783
África Oriental	L. 4.241,900
África Central	L. 9.378,000
África Ocidental	L. 4.120,161
Ilhas Falkland	L. 414,500
Serviços	L. 1.730,000

L. 35.599,294

Nota:

Dêsse capital 1/2 já foi despendido até 31-12-1951
Total dos prejuízos da Colonial Development Corporation, e
suas subsidiárias — 31-Dezembro-1951 = L.1.070.043 (L. 524,917
em 1950).

Fonte:

Revista New Commonwealth — May — 12-1952 — pg. 453
— idem January 8-1952.



ANEXO X
TENDENCIA DO COMERCIO DE EXPORTAÇÃO EM ALGUMAS REGIÕES DO PAIS
 1946/1952
NUMEROS ÍNDICES — 1938 — 100

ANOS	A M A Z O N I A		N O R D E S T E		S A O P A U L O	
	Nºs. absolutos (toneladas)	Números índices	Nºs. absolutos (toneladas)	Números índices	Nºs. absolutos (toneladas)	Números índices
1946	75.095	70	258.510	72	1.542.955	94
1947	82.722	77	468.854	130	1.316.852	80
1948	59.968	56	697.248	193	1.328.536	81
1949	59.638	55	235.176	65	1.164.672	71
1950	55.021	51	445.767	124	993.561	60
1951	68.822	64	269.200	75	1.216.700	74
1952 (1)	30.022	28	73.301	20	520.810	32

Fonte: Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

(1) Janeiro a julho

ANEXO XI

EXPORTAÇÃO POR PRINCIPAIS PAÍSES — 1947/1951
(Valor milhões de Cr\$)

PAÍSES	1947	1948	1949	1950	1951	Média do Quinquênio
Estados Unidos	8.214	9.387	10.117	13.584	15.936	11.448
Inglaterra	1.652	2.049	1.713	2.078	3.196	2.138
Argentina	2.004	2.055	1.550	1.402	2.163	1.835
França	96.995	546	425	1.175	1.643	8.908
União Belgo Luxemburguesa	708	1.031	881.877	632	766	8.860
Holanda	511	544	632	599	957	688
Suécia	508	383	580	820	869	633
Itália	10	567	519	437	560	518
Alemanha	10	230	314	336	1.557	489
Espanha	750	513	329	277	112	396
Canadá	290	312	354	330	390	335
Uruguai	357	326	(290)	314	308	319
Dinamarca	240	255	189	385	383	290
Suíça	370	218	186	283	263	264
Noruega	164	216	153	268	313	223
União Sul Africana	317	265	155	152	155	209
Chile	219	236	173	171	115	183
Finlândia	142	69	21	221	335	153
Portugal	261	72	131	100	195	152
Tcheco-Eslováquia	324	432	1074	149	96	137
Índia	109	367	77	2	52	121
Venezuela	141	1122	32	29	15	68
Outros países	2.140	1.891	1.262	1.088	2.135	1.719
TOTAL	21.179	21.697	20.153	24.913	32.514	24.091

FONTE: — Relatório do Banco do Brasil — 1951, pág. 375

— 1938/51

E S P E C I F I C O	1 9 4 9		1 9 5 1		
	%	Nºs. absolutos	%	Nºs. absolutos	%
TOTAL GERAL	100.0	20.648	100.0	37.198	100.0
I — Gêneros alimentícios e Fumo	18.2	3.642	17.6	4.683	12.6
II — Combustíveis, Lubrificantes e Produtos para Indústrias	12.3	2.406	11.7	4.433	11.9
III — Matérias Primas para a Indústria (exceto as incluídas no I)	44.4	5.141	24.9	10.056	27.0
IV — Equipamentos e Máquinas para a Indústria e Comércio	14.1	7.260	35.2	13.941	37.5
V — Produtos prontos para o consumo direto dos Consumidores	13.4	2.047	9.9	3.968	10.7
VI — Produtos não classificados	0.6	152	0.7	117	0.3

Fonte dos dados

ANEXO XII

IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS SEGUNDO OS GRANDES GRUPOS DE MERCADORIAS — 1938-51

(Valor em milhões de Cr\$)

ESPECIFICAÇÃO	1938		1939		1941		1945		1947		1949		1951	
	Nºs. absolutos	%												
TOTAL GERAL	5.196	100.0	4.984	100.0	5.514	100.0	8.817	100.0	22.789	100.0	20.648	100.0	37.198	100.0
I — Gêneros alimentícios, bebidas e Fumo	844	16.3	668	13.4	804	14.8	2.235	25.9	4.144	18.2	3.642	17.6	4.683	12.8
II — Combustíveis, Lubrificantes e Produtos para Iluminação..	678	13.0	659	13.2	817	14.8	817	9.5	2.124	9.3	2.406	11.7	4.433	11.9
III — Matérias Primas para Produção Industrial e Agrícola (exceto as incluídas no grupo I)	1.469	28.3	1.584	31.8	1.859	33.7	2.822	30.4	5.552	24.4	5.141	24.9	10.056	27.0
IV — Equipamentos e Aparelhos para a Agricultura, Indústria e Comércio	1.575	30.3	1.418	28.4	1.302	23.6	2.267	26.3	7.783	34.1	7.260	35.2	13.941	37.5
V — Produtos prontos para o uso direto dos Consumidores....	558	10.7	552	11.1	621	11.3	444	5.2	3.047	13.4	2.047	9.9	3.963	10.7
VI — Produtos não classificáveis..	74	1.4	103	2.1	111	2.0	232	2.7	139	0.6	152	0.7	117	0.3

Fonte dos dados brutos: Serviço de Estatística Econômica e Financeira e Conselho Federal de Comércio Exterior

ANEXO XIII

POLITICA TRIBUTARIA

Impôsto de Renda

Número de contribuintes		Renda declarada (Cr\$ 1.000.000)		Porcentagem do acréscimo
1950	1951	1950	1951	
Pessoas físicas e jurídicas				
				Dos contri- buintes
				Da Renda
535.797	599.028	41.194	53.734	11
				30



ANEXO XIV
POLÍTICA TRIBUTÁRIA
Concentração da Receita Tributária

A N O S	N O R T E			N O R D E S T E			L E S T E		
	I. Consumo % s/ total	I. Renda % s/ total	I. Vendas e Consignações % s/total	I. Consumo % s/ total	I. Renda % s/ total	I. Vendas e Consignações % s/total	I. Consumo % s/ total	I. Renda % s/ total	I. Vendas e Consignações % s/total
1939	1,4	1,8	—	6,5	5,8	—	37,2	49,9	—
1940	1,3	1,7	3,0	6,2	5,8	9,8	36,7	51,3	28,5
1941	1,3	1,9	3,2	6,2	5,4	10,1	37,3	49,4	28,6
1942	1,3	1,5	3,4	7,0	5,2	9,5	36,4	52,1	28,8
1943	1,5	1,6	3,4	8,3	5,1	9,8	36,8	48,5	27,2
1944	1,4	1,7	3,4	7,9	6,0	9,4	37,1	46,8	27,1
1945	1,2	1,5	3,1	7,7	6,0	9,6	36,9	44,8	27,1
1946	1,0	1,2	2,8	7,6	6,0	8,7	36,3	46,4	29,6
1947	1,0	1,1	2,8	7,2	5,3	7,7	36,1	41,9	27,8
1948	0,8	1,2	2,4	7,0	5,4	9,5	35,2	43,1	28,9
1949	0,9	1,1	2,4	7,2	5,0	8,0	34,6	43,2	30,3
1950	0,8	1,0	2,2	7,3	4,5	8,5	34,1	44,3	31,6
1951	0,8	1,0	2,2	6,9	4,2	8,3	33,4	42,3	31,6

FONTES: — Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda.

Contadoria Geral da República (Impostos de Consumo e Renda referentes a 1949/51).

NOTAS: — O Imposto de Vendas e Consignações foi calculado com a eliminação de diferenças de taxas, tomando-se por base a taxa relativa ao ano de 1940.

(I) No Estado do Amazonas esse imposto incide uma só vez, divergindo a taxa segundo o pagamento seja feito ou não antecipadamente.

(II) Não havendo dados disponíveis, a arrecadação do imposto de venda e consignações relativo ao ano de 1951 no Estado do Amazonas, foi calculada, tomando-se por base o Orçamento de 1950.

(III).

ANEXO XIV
POLÍTICA TRIBUTÁRIA

Concentração da Receita Tributária

A N O S	S U L			C E N T R O - O E S T E		
	I. Consumo % s/ total	I. Renda % s/ total	I. Vendas e Consignações % s/ total	I. Consumo % s/ total	I. Renda % s/ total	I. Vendas e Consignações % s/ total
1939	54,6	41,9	—	0,3	0,6	—
1940	55,5	40,7	57,6	0,3	0,5	1,1
1941	54,9	42,7	57,2	0,3	0,6	0,9
1942	54,9	40,7	57,1	0,4	0,5	1,2
1943	53,0	44,3	58,4	0,4	0,5	1,2
1944	53,3	44,9	59,9	0,3	0,6	1,1
1945	53,9	47,1	59,2	0,3	0,6	1,0
1946	54,9	45,9	58,1	0,2	0,5	0,8
1947	55,5	51,3	60,8	0,2	0,4	0,9
1948	56,8	49,8	58,2	0,2	0,5	1,0
1949	57,1	50,3	58,4	0,2	0,5	0,9
1950	57,6	49,7	56,8	0,2	0,4	0,9
1951	58,7	52,1	57,1	0,2	0,4	0,8

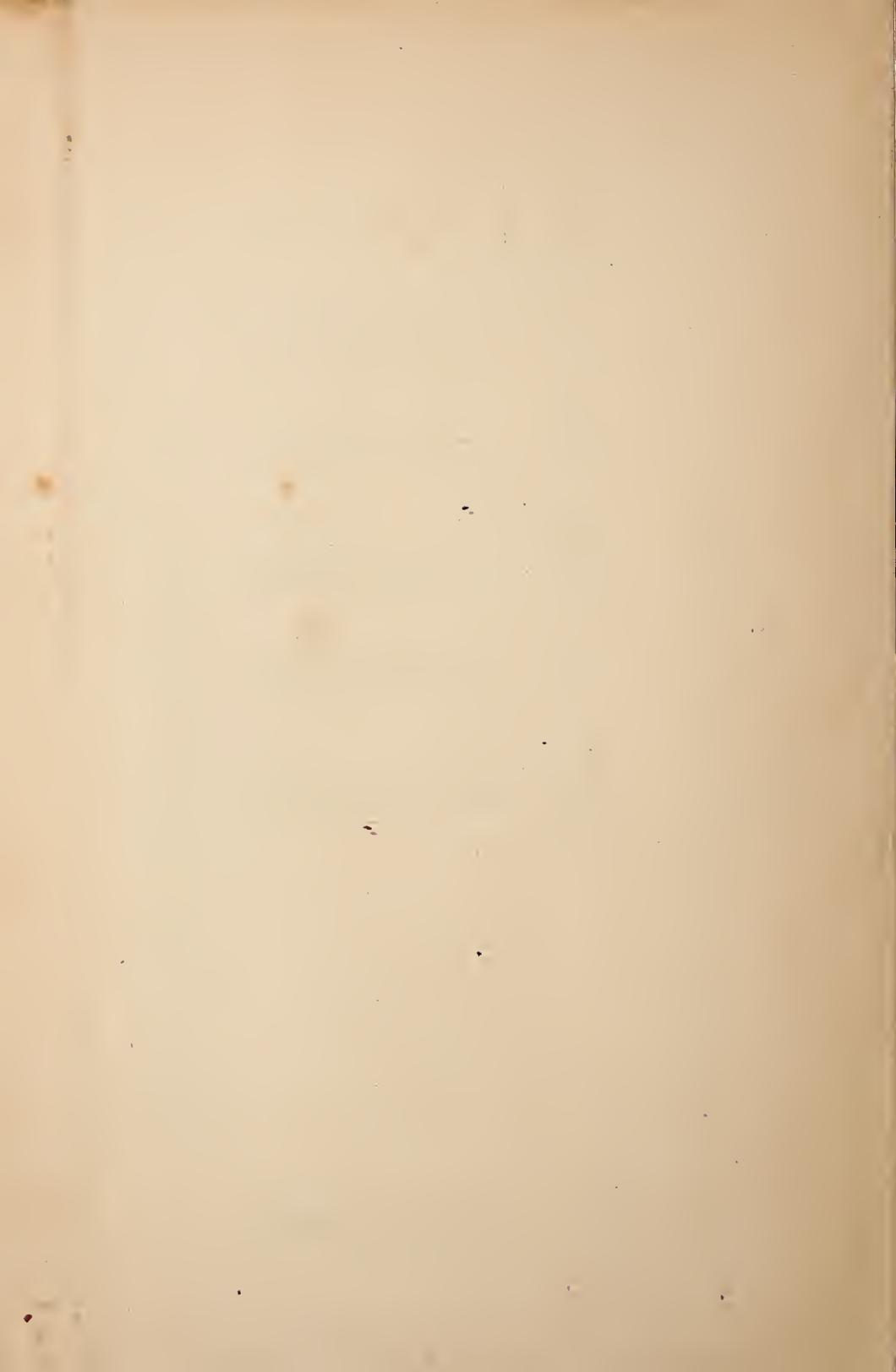
FONTES: — Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda.

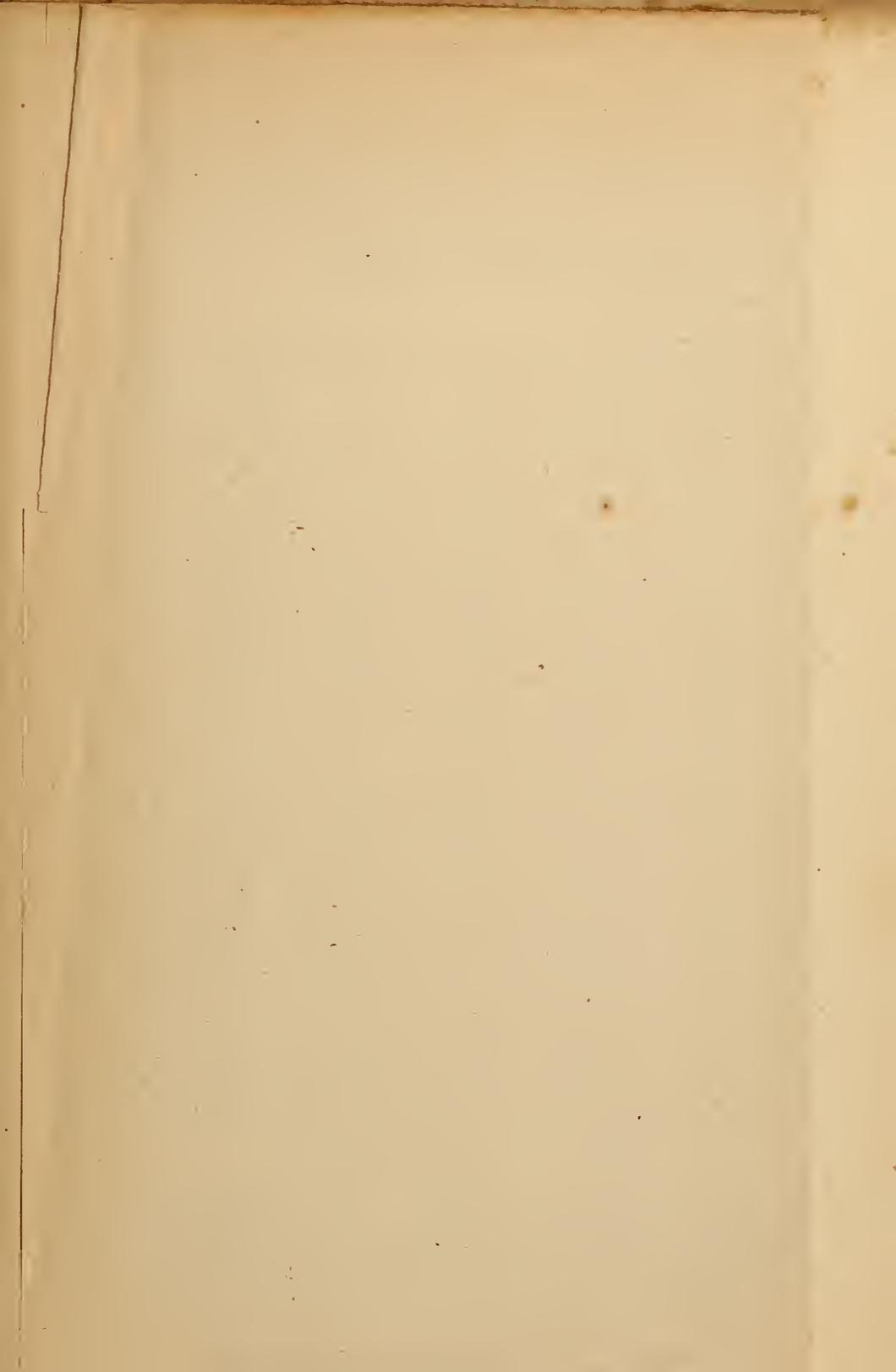
Contadoria Geral da República (Impostos de Consumo e Renda referentes a 1949/51).

NOTAS: — O Imposto de Vendas e Consignações foi calculado com a eliminação de diferenças de taxas, tomando-se por base a taxa relativa ao ano de 1940. (I)

No Estado do Amazonas esse imposto incide uma só vez, divergindo a taxa segundo o pagamento seja feito ou não antecipadamente. (II).

Não havendo dados disponíveis, a arrecadação do imposto de venda e consignações relativo ao ano de 1951 no Estado do Amazonas, foi calculada, tomando-se por base o Orçamento de 1950. (III).

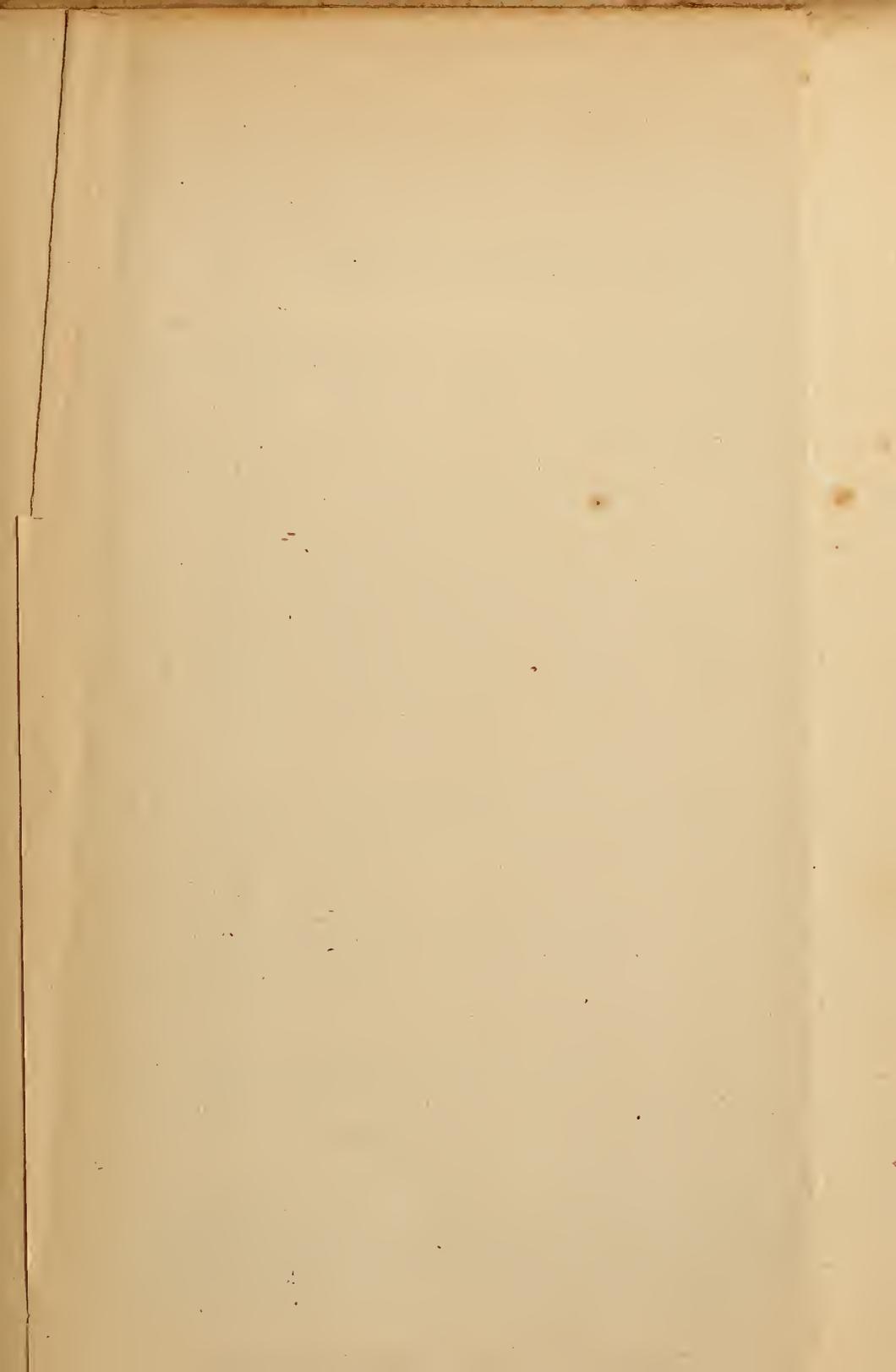




ANEXO XV
CONSUMO E INVESTIMENTO NOS ANOS ESPECIFICADOS — 1938/1951
 (Valores deflacionados aos preços de 1946)

A N O	DESPESAS (Cr\$ 1.000.000)			De Investi- mento IV	População (em milhões de habi- tantes) V	DESPESAS PER CAPITA (Cr\$)				NÚMEROS INDICES 1938—100			
	DE CONSUMO					DE CONSUMO			De Investi- mento LX	DESP. DE CONSUMO			Despesas de Investimen- tos XIII
	Genérico II	Restrito II	Total III			Gen. VI	Rest. VII	Total VIII		Gen. X	Rest. XI	Total XII	
1938	25.295	1 168	26.463	3.773	39.5	640	29	669	98	100	100	100	100
1945	24.316	404	24.720	3.843	48.3	524	9	533	83	82	31	80	86
1948	27.158	1.100	28.256	5.988	47.4	572	23	595	126	89	79	89	131
1947	27.411	2.572	29.983	8.640	48.5	564	53	617	178	88	182	92	185
1948	29.148	2.374	31.522	7.519	49.7	588	48	634	151	92	166	95	157
1949	31.106	1.869	32.975	7.084	50.9	610	37	647	139	95	128	97	147
1950	33.882	1.786	35.868	8.111	52.1	650	34	684	156	102	117	102	163
1951	35.612	3.026	38.638	11 682	53.3	668	57	725	219	105	197	108	228

NOTA: — Ver conceituação de consumo genérico e de consumo restrito na I.ª Exposição do Conselho Nacional de Economia. Observe-se que os dados são parciais e refletem tão somente a tendência de consumo dos bens genéricos e restritos e dos investimentos. Não são valores globais de consumo ou de investimentos.



ANEXO XVI

PRINCIPAIS FATORES QUE AFETAM O ENCAIXE TOTAL DO SISTEMA BANCÁRIO

DEZ. 51 — JUN. 52

(Em bilhões de Cruzeiros)

F A T O R E S	Dez. (51) Janeiro	Janeiro Fevereiro	Fevereiro Março	Março Abril	Abril Maio	Maio Junho	Total do 1º semestre
	+ 1.4	- 1.3	- 0.3	+ 0.8	+ 2.9	+ 3.9	+ 7.4
I — INFLUÊNCIA DA AUTORIDADE MONETÁRIA							
1. Crédito do Banco do Brasil	+ 1.3	- 1.4	- 0.1	+ 0.6	+ 2.7	+ 3.3	+ 7.0
a) Empréstimos ao Governo	+ 1.1	- 1.3	- 0.3	+ 0.2	+ 1.1	+ 1.1	+ 1.9
a1) Empréstimos ao Tesouro Nacional	+ 1.0	- 1.3	- 0.4	+ 0.3	+ 1.1	+ 0.8	+ 2.0
a2) Títulos da Dívida Pública	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
a3) Emp. e Desc. a outras Entidades Públicas	+ 0.1	+ 0.0	+ 0.1	- 0.6	+ 0.0	+ 0.3	- 0.1
b) Emp. e Desc. ao público e a bancos	+ 0.1	+ 0.5	+ 0.4	+ 0.5	+ 0.9	+ 1.5	+ 3.9
c) Outras contas (saldo)	+ 0.1	- 0.6	- 0.2	- 0.1	+ 0.7	+ 1.3	+ 1.2
2. Emp. e Desc. a bancos por conta da C.M.B.	+ 0.2	- 0.0	+ 0.0	+ 0.1	+ 0.0	+ 0.0	+ 0.3
3. Redescontos a Bancos Comerciais	- 0.1	+ 0.1	- 0.2	+ 0.1	+ 0.2	+ 0.0	+ 0.1
II — INFLUÊNCIA DO GOVERNO	- 2.4	+ 0.4	- 0.2	- 0.9	+ 2.0	- 2.7	- 7.8
1. Operações da Carteira de Câmbio (saldo)	- 0.4	+ 0.1	- 0.0	- 1.1	- 1.6	- 1.5	- 4.5
2. Depósitos do Tesouro Nacional no Banco do Brasil	- 1.6	- 1.1	- 0.1	+ 0.1	- 0.2	- 1.5	- 2.2
3. Depósitos de Entidades Públicas no Banco do Brasil	- 0.4	- 0.8	- 0.1	+ 0.1	- 0.2	+ 0.3	- 1.1
III — INFLUÊNCIA DO PÚBLICO	+ 0.6	0.0	+ 0.1	- 0.2	- 0.6	- 0.4	- 0.5
1. Depósitos do Público no Banco do Brasil	+ 0.0	- 0.1	- 0.3	- 0.4	+ 0.1	- 0.4	+ 1.1
2. Moeda em Poder do Público	+ 0.6	+ 0.1	+ 0.4	+ 0.2	- 0.7	- 0.0	+ 0.6
IV — OUTROS FATORES	- 0.3	+ 0.8	+ 0.5	+ 0.1	+ 0.3	+ 0.4	+ 1.8
Encaixe Obrigatório do sistema bancário	+ 0.0	+ 0.0	- 0.0	+ 0.1	- 0.2	+ 0.3	+ 0.2
Encaixe voluntário do sistema bancário	- 0.7	- 0.1	+ 0.1	- 0.3	+ 0.8	+ 0.9	+ 0.7
Encaixe total do sistema bancário	- 0.7	- 0.1	+ 0.1	- 0.2	+ 0.6	+ 1.2	+ 0.9

FONTES. — Revista Bancária Brasileira (Janeiro a agosto de 52) Mensário Estatístico (ns. 9 a 14); Comércio Internacional (abril a junho 52)

NOTA. — Os sinais correspondem às influências sobre os encaixes e outros dados diretamente do S.E.E.F. do Ministério da Fazenda

Observações. — Influíram para o pequeno aumento que se observa no encaixe dos bancos comerciais (900 milhões de cruzeiros), no primeiro semestre deste ano, no sentido da expansão, os seguintes elementos, na ordem decrescente de influência: o crédito do Banco do Brasil ao público e a bancos (com um aumento de 3.900 milhões de cruzeiros), os empréstimos ao Tesouro Nacional (que aumentaram de 2 bilhões de cruzeiros), o crescimento do saldo ativo de outras contas dos balancetes do Banco do Brasil, onde se encontraram os financiamentos aos produtores por conta do governo (1.200 milhões de cruzeiros), além de outros fatores de menor importância, como o redesconto a bancos comerciais, empréstimos a bancos por conta da Caixa de Mobilização Bancária, etc.

Como fatores de contração do encaixe bancário destacam-se: o déficit das operações de câmbio, que se elevou no semestre a 4.500 milhões de cruzeiros, o aumento dos depósitos do Tesouro Nacional, outras entidades públicas e do público no Banco do Brasil, cujos aumentos foram respectivamente de 2.200 milhões, 1.100 e 1.100 milhões de cruzeiros



Conciliatory &

Series Public

pp 126-127
